

VOL.16 - Nº 34 - OUTUBRO DE 2005

ISSN 1676-0336

ATERCEIRIDADE

SESCSP
www.sescsp.org.br

**As Políticas de Atendimento
aos Direitos da Pessoa Idosa
expressas no Estatuto do Idoso**



entrevista
Josepha Teothônia de Britto



ATERCEIRIDADE

VOLUME 16 - Nº 34 - OUTUBRO 2005
Publicação técnica editada pelo SESC
SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

ISSN 1676-0336

SESCSP

| | | | | | |
|-------------|-----------|------|------|------------|--------------|
| A Terc. Id. | São Paulo | v.16 | n.34 | p. 1 - 104 | outubro/2005 |
|-------------|-----------|------|------|------------|--------------|

SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
Administração Regional no Estado de São Paulo

Presidente do Conselho Regional / Abram Szajman
Diretor do Departamento Regional do SESC/SP / Danilo Santos de Miranda
Superintendente Técnico-Social / Joel Naimayer Padula
Superintendente de Comunicação Social / Ivan Giannini
Gerente de Estudos e Programas da Terceira Idade / Cláudio Alarcon
Gerente de Artes Gráficas / Eron Silva

Comissão Editorial

José Carlos Ferrigno (Coordenação) / Celina Dias Azevedo
Evelim Moraes / Fernando Fialho / Glaucianne das Mercês / Lilia Ladislau
Maria Aparecida Ceciliano de Souza / Maria Lucia Del Grande
Maria Sílvia de Souza Mazin / Marta Lordello Gonçalves / Newton Cunha
Regina Célia Sodré Ribeiro

Projeto Gráfico - Gerência de Artes Gráficas

Equipe: Cristina Miras, Daniel Silva / Daniel Viana / Érica Dias
Kelly Santos Lourdes Teixeira / Lucilene Alves / Marilu Donadelli
Roberta Alves / Sérgio Afonso

Fotografias: Páginas 25, 28, 32 e 33: Marcos Piffer.

Páginas 63, 66, 67, 68 e 68: autores do artigo “Utilização da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) para a Qualidade de Vida dos Idosos do Lar dos Velhinhos - Viçosa, MG”. Páginas 89, 90, 92, 94, 95, 96, 99, 100 e 103: Nilton Silva. Páginas 3, 22, 34, 35, 39, 50, 51, 54, 58, 62, 74, 79 e 81: Thales Trigo

Artigos para publicação podem ser enviados para apreciação da comissão editorial, no seguinte endereço:

Revista A Terceira Idade - Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade (GETI) - Av. Álvaro Ramos, 991
2º andar - CEP 03331-000 - Fone: (11) 6607-8000 Fax: 6607-8111
e-mail: ferrigno@sescsp.org.br

A Terceira Idade/Serviço Social do Comércio. ST-Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade. Ano 1 n. 1 (set. 1988)- .-São Paulo: SESC-GETI, 1988-

Quadrimestral
ISSN 1676-0336

1. Gerontologia-Periódicos 2. Idosos-Periódicos I. Serviço Social do Comércio

CDD 362.604

Esta revista está indexada em:
Edubase (Faculdade de Educação/UNICAMP)
Sumários Correntes de Periódicos Online
SIBRA (SIBRADID - Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva - Escola de Educação Física - UFMG)

As Políticas de Atendimento aos Direitos da Pessoa Idosa Expressas no Estatuto do Idoso

Anita Liberalesso Néri

7

As Bordadeiras do Morro São Bento:
Uma História Tecida Entre o Linho e as Linhas

Gisela Kodja & Úrsula Margarida Karsch

25

Programas de Preparação para a Aposentadoria:
Uma Responsabilidade Social das Empresas

Rui Martins de Godoy & Regina Célia Sodrê Ribeiro

34

Discutindo a Qualidade de Vida do Idoso

Karla Maria Bandeira

50

Utilização da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) para a Qualidade de Vida dos Idosos do Lar dos Velhinhos - Viçosa, MG

Eliecir Soares Pereira, Simone Caldas Tavares Mafra, Alessandra Lima Silva, Jaqueline Firmino Fialho & Juliana Alexandrino Santos

62

Carta dos Idosos à Nação Brasileira
Avaliando a Aplicação do Estatuto do Idoso

79

ENTREVISTA

Josepha Teothônia de Britto

89





Causas e conseqüências do estatuto do idoso

Em 1979, o SESC SP promoveu um encontro de idosos, em São Carlos, interior de São Paulo, para avaliar um modelo de trabalho recém-implantado: as Escolas Abertas da Terceira Idade. Independentemente da temática, pretendeu-se que esse evento desse voz a pessoas não habituadas a discutir suas questões de forma pública e organizada. A essa primeira experiência sucederam-se muitas outras. Encontros de idosos foram se tornando uma tradição em nossa entidade. Vale recordar o I Encontro Nacional de Idosos, ocorrido no ano de 1982, no SESC Pompéia, capital paulista. Naquela ocasião, cerca de 2.000 idosos representando grupos de Terceira Idade de todo o Brasil, apresentaram trabalhos sobre políticas públicas e privadas voltadas a esse segmento etário. O impacto na mídia foi intenso, jornais estamparam esse singular evento em manchetes de primeira página, um congresso de pessoas idosas que falavam dos problemas da velhice! Algo realmente incomum.

De lá para cá, inúmeros encontros de idosos promovidos pelo SESC e por outras instituições passaram a multiplicar-se pelo país, constituindo-se como facilitadores da mobilização e organização da Terceira Idade e, conseqüentemente, da formação de lideranças do setor. Paralelamente, o engajamento de técnicos e especialistas da área representou uma expressiva contribuição à causa do idoso. A criação dos conselhos municipais e estaduais de idosos, assim como do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, foram expressivas conquistas do movimento. Mais recentemente o Estatuto do Idoso veio coroar o esforço de todos aqueles que há décadas lutam pela dignidade de nossos velhos cidadãos.

No mês de outubro do corrente ano, a aprovação do Estatuto do Idoso pelo Congresso Nacional completou dois anos. Por isso, o SESC SP, dando prosseguimento ao programa Trabalho Social com Idosos,

promoveu mais um Encontro Nacional, que teve como tema “Avaliação e Perspectivas da Implementação do Estatuto do Idoso”.

Que mudanças, de fato, houve, se houve, nas diversas áreas de atendimento aos idosos, desde a criação do Estatuto? Como o poder público e a iniciativa privada têm se comportado em relação a essa nova legislação? Os idosos estão satisfeitos com os resultados? Essas e outras questões serão objeto de análise e debate. A convite do SESC, grupos de idosos estão preparando trabalhos para o evento nas diversas áreas de atendimento contempladas no Estatuto, como Previdência, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Lazer, Transporte, Fiscalização das Entidades de Atendimento, Profissionalização e Trabalho, Crimes contra a Pessoa Idosa e Habitação.

Em nosso país, a luta para o estabelecimento de leis que realmente representem um avanço nas políticas sociais, como o Estatuto do Idoso, é árdua. Todavia, a aplicação da lei é ainda mais complexa. Para que o Estatuto não signifique apenas uma carta de boas intenções, é preciso que a sociedade brasileira reflita e se solidarize com seus velhos, e que estes façam valer seus direitos.

Em 1963, o SESC instituiu o Trabalho Social com Idosos, programa pioneiro na América Latina. Atualmente nossa instituição atende a 55 mil idosos no estado de São Paulo. No âmbito de suas finalidades institucionais o SESC prosseguirá fazendo sua parte.

Danilo Santos de Miranda
Diretor Regional do SESC São Paulo

As Políticas de Atendimento aos Direitos da Pessoa Idosa Expressas no Estatuto do Idoso



Resumo

No Estatuto do Idoso, o Estado explicita princípios e normas a serem observados pelas instituições sociais e pelos cidadãos em relação a pessoas de 60 anos e mais. Assim como a Política Nacional do Idoso, reflete a influência da atuação de especialistas, políticos e segmentos organizados de idosos, desde os anos 1970, e espelha a trajetória de constituição da Gerontologia no Brasil, nos últimos 45 anos. O ponto de vista central a este texto é que o Estatuto do Idoso reflete a vigência da ideologia de velhice como problema médico-social, ou seja, que os idosos devem ser tutelados porque são doentes, dependentes, vulneráveis e incapazes. Tal ideologia reflete ignorância dos seguintes pontos: a) a velhice é uma experiência heterogênea; b) existe considerável potencial para um envelhecimento saudável, ativo e produtivo, cuja atualização depende em grande parte de investimentos sociais contínuos dirigido aos cidadãos em todas as fases da vida; c) a solidariedade entre as gerações, a capacidade de poupança da população e a sua criatividade no gerenciamento de escassos recursos sociais têm sido de mais valia na provisão de cuidados aos idosos pelas famílias do que a atenção oferecida pelo Estado; d) abandono, negligência e maus tratos aos idosos são passíveis de ocorrer no seio das famílias e dos asilos privados ou filantrópicos, mas também são exercidos pela rede pública de atenção à saúde e pela Previdência. Políticas de proteção social baseadas em suposições e generalizações indevidas podem contribuir para o desenvolvimento ou a intensificação de preconceitos negativos e para a ocorrência de práticas sociais discriminatórias em relação aos idosos. A consideração dos direitos dos idosos deve ocorrer no âmbito da noção da universalidade do direito de cidadãos de todas as idades à proteção social, quando se encontrarem em situação de vulnerabilidade.

Palavras chave: idosos, políticas públicas, preconceitos, Estatuto do Idoso.

Abstract

In the Elder People Statute, Brazilian State establishes norms and principles to be followed by both social institutions and citizens as related to people with ages of 60 years or more. Just like the Elder People National Policy, it reflects the concern of specialists, politicians and organized groups composed by senior citizens since the 1970's. It also mirrors the history of the formation of Gerontology in Brazil along the last 45 years. The core of this article is that the Elder People Statute's view is that old age is a medical and social problem, that is, that elder people should be cared for because they are sick, dependent, vulnerable and incapable. Such point of view incurs in a wrong vision of the following topics: a) old age is a heterogeneous experience; b) there is a considerable potential for aging in a healthy, active and productive way, which depends in most part of constant social investments aimed to citizens in all phases of their lives; c) solidarity among different generations, plus the population's capacity for savings and its creativity on managing scarce social resources have been more valuable for families to take care of elder people than any social fare facilities provided by the State; d) disregard, negligence and bad treatment may happen within families and private homes, but they are also likely to happen in Government Institutes of social fare. Social policies based on undue suppositions or generalizations may add to development or intensification of prejudices and to discriminatory social practices regarding senior citizens. The attention to elder people's rights must occur within the universal notion that citizens of all ages are entitled to social protection in case they find themselves in any vulnerable situation.

Keywords: elder people, social policies, prejudice, Elder People Statute.

ANITA LIBERALESSO NERI

Psicóloga e pedagoga. Professora Titular na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, onde ensina e pesquisa sobre psicologia do envelhecimento.

O Estatuto do Idoso, Lei No. 10.741, completou um ano no dia 1º de outubro de 2004. Em conjunto com a Política Nacional do Idoso, Lei 8.842, promulgada pelo Presidente da República em 4 de janeiro de 1994, o Estatuto forma as bases das políticas públicas brasileiras relativas ao idoso. Através delas, o Estado declara princípios e intenções em relação a esse segmento e explicita para a sociedade um conjunto de diretrizes e regulações a serem observadas por várias instituições sociais e pelos cidadãos em suas relações com os idosos, definidos como pessoas de 60 anos e mais.

O objetivo deste artigo é analisar a ideologia de velhice subjacente ao Estatuto do Idoso à luz de conhecimentos especializados no campo das Ciências Sociais aplicadas ao envelhecimento. Focalizará em primeiro lugar os antecedentes históricos da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, mostrando que são de edição recente e que respondem a demandas da sociedade brasileira, mas que remontam a fatos mais remotos e a idéias veiculadas primeiro em outros países. Fará a seguir uma descrição da estrutura do Estatuto do Idoso, antes de entrar na análise crítica do seu conteúdo. O ponto de vista central que pretendo defender nessa análise é que esse documento reflete a vigência da noção de que a velhice é um problema médico-social.

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO ESTATUTO DO IDOSO

A Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso tiveram uma gestação longa: sabe-se que, em 1976, foi realizado o I Seminário Nacional de Estratégias de Política Social do Idoso, reunindo profissionais de Geriatria e Gerontologia e técnicos das áreas da Saúde e da Previdência Social. Desmobilizados durante os governos militares, voltaram a atuar e a pressionar o poder público e os políticos até a efetiva promulgação da Lei 8.842 e sua regulamentação dois anos mais tarde.

Quanto ao Estatuto do Idoso, sabe-se que tramitou no Congresso a partir de 1997 e que foi gerado por iniciativa do movimento dos aposentados, pensionistas e idosos vinculados à Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas. Em 2000, foi instituída uma Comissão Especial da Câmara Federal para tratar do Estatuto. A seguir, foram realizados dois seminários nacionais, um em 2000 e o outro em 2001, bem como quatro seminários regionais e um outro, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e pela 3ª Secretaria da Câmara Federal (COSTA; MENDONÇA; ABIGALIL, 2002).

A respeito desse processo de elaboração e aprovação das duas leis pelo Congresso Nacional, é importante observar que elas resultaram da pressão de setores organizados da sociedade sobre os políticos, o que significa que refletem princípios e ideologias de uns e de outros. Além disso, a promulgação das duas Leis reflete a forma como ocorreu a construção da categoria velhice pela sociedade brasileira, ao longo do século XX.

No final do século XIX e início do século XX, a assistência social era ditada por princípios associados aos valores de uma sociedade escravocrata, governada

pela oligarquia rural. Aos mais necessitados davam-se esmolas - um atendimento pronto, direto, impulsionado pela caridade cristã, exemplo do assistencialismo filantrópico do Brasil de então. Muitos, entre eles ex-escravos e seus descendentes, haviam abandonado o trabalho no campo, vindo a constituir uma verdadeira massa errante que, para sobreviver, batia de porta em porta nas cidades. Simultaneamente, a modernidade impulsionava a transição de uma sociedade senhorial escravocrata para o modelo burguês.

A criação da categoria social “pobre” data dessa época, quando a pobreza começou a ser vista pela aristocracia como um problema social. Para administrar a pobreza, procede-se ao seu asilamento. Igreja, elite e políticos juntam-se para criar instituições assistenciais destinadas a abrigar órfãos, imigrantes, leprosos, mendigos e idosos. Remonta a essa época a associação negativa entre pobreza e asilo, que nos marca até hoje e marca o próprio Estatuto do Idoso, como veremos.

No Brasil, pode-se dizer que o marco inicial da construção da categoria social velhice remonta ao ano de 1890, quando foi fundado no Rio de Janeiro o Asilo São Luiz para a Velhice Desamparada, e ao ano de 1909, quando surgiu, nessa mesma instituição, um pavilhão para velhos não-desamparados (GROISSMAN, 1999). Esses eventos assinalam uma desvinculação da noção de velhice das noções de mendicância, vadiagem, pobreza e desamparo, a que estava associada desde a abolição da escravatura.

No início do século XX, na Europa e nos Estados Unidos, dava-se os primeiros passos para a constituição da Geriatria como disciplina científica. Em 1904 é cunhado, por Metchnikoff, o termo Gerontologia e, em 1909, o termo Geriatria, por Nascher (NERI, 1995). No entanto, foi só depois da Segunda Grande Guerra que a Gerontologia e a Geriatria se transformaram em campos de práticas profissionais, de pesquisa e de formação acadêmica.

No Brasil, os campos da Geriatria e da Gerontologia se constituíram mais tarde, sob influência de idéias européias, principalmente francesas, sobre como enfrentar o ônus social do envelhecimento populacional. Em 1961, foi fundada a primeira sociedade científica brasileira no campo da velhice: a Sociedade Brasileira de Geriatria que, em 1978, começou a acolher também não-médicos e por isso passou a se chamar Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. No final dos anos 1960, o SESC começou a desenvolver um trabalho pioneiro com idosos, por meio de programas de preparação para a aposentadoria, de divulgação científica sobre cuidados com a saúde no envelhecimento, de lazer, de atividades físicas e de educação para pessoas da Terceira Idade, nos mesmos moldes dos que existiam na Europa. Em 1982, foi fundada a Associação Nacional de Gerontologia, congregando principalmente profissionais da área social.

Os anos 1980 marcaram o início de várias iniciativas acadêmicas, no sentido de formar pessoal para lidar com a saúde dos idosos, dentro das Faculdades de Medicina, principalmente no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Desde essa época, a SBGG vem ocupando posto de destaque na formação de médicos para trabalhar em Geriatria. Apareceram também as primeiras Universidades da Terceira Idade.



Essas iniciativas se multiplicariam nos anos seguintes, marcando-os como os anos do estabelecimento dos campos da Geriatria e da Gerontologia e de várias especialidades profissionais dedicadas ao atendimento à velhice no Brasil (LOPES, 2000). Enfrentando enormes resistências dentro da Universidade, no final dos anos 1990 a Gerontologia adentrou o domínio da pós-graduação: surgiram três cursos de mestrado e doutorado e um crescente embora instável número de cursos de especialização (NERI, 2000).

Foram exatamente esses desenvolvimentos que presidiram o aparecimento da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, já que os profissionais que pressionaram o governo e ofereceram idéias e princípios para esses documentos partiram das fileiras das instituições mencionadas - SBGG, ANG, SESC, Universidades - e de cidadãos idosos, que começaram a se mobilizar em defesa de seus direitos como aposentados.

A ideologia predominante nesse percurso histórico é a de que a velhice é um problema médico-social. Ou seja, há uma crença generalizada no poder da Medicina para definir, compreender e controlar a questão da velhice nos âmbitos individual e social, oferecendo parâmetros para a designação do normal e do patológico e para a alocação de recursos. Ao mesmo tempo, credita-se a atitudes negativas, a preconceitos e estereótipos existentes na sociedade, os problemas sociais dos idosos.

A seguir, destaco 11 princípios dessa ideologia que, a meu ver, influenciaram a constituição da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso (ver análise mais detalhada sobre este assunto em NERI, 2003).

1. As pessoas de mais de 60 anos formam um grupo homogêneo. Na verdade, a velhice comporta considerável variabilidade interindividual e abrange um período que pode ser muito longo, no decorrer do qual as limitações e a fragilidade tendem a aumentar, o que faz dos velhos-jovens, entre 60 e 70 anos, um grupo muito diferente dos velhos-velhos, aqueles com mais de 80 anos. As variações decorrentes de classe social e gênero não devem ser esquecidas quando se trata de idosos, porque - combinadas a outras variáveis, como doenças, nível de atividade e envolvimento social, determinam vários padrões de envelhecimento saudável e patológico.

2. Associação de velhice com dependência física. Neste ponto, é grande a variabilidade entre os idosos. A pesquisa indica que apenas 5% dos idosos na faixa dos 65 anos são gravemente dependentes em termos físicos. No entanto, indica que cerca de 40% dos idosos com mais de 80 anos e 50% dos que têm mais de 90 são gravemente dependentes em termos físicos, necessitando de apoio familiar, médico e social.

3. A associação incondicional entre velhice e doença e a conseqüente legitimação da medicina como campo preferencial de pesquisa e de atuação em favor dos idosos.

4. A adoção de medidas individuais - como controle da dieta, cuidados com a saúde, estilo de vida ativo e envolvimento social - é garantia de velhice bem-sucedida. Em parte, isso é verdade, mas é preciso considerar também que os efeitos dessas variáveis dependem de fatores intrínsecos, situacionais, de história de vida e macroestruturais.

5. A boa longevidade é uma conquista pessoal e, assim, envelhecer bem ou mal é uma questão de responsabilidade pessoal. Na verdade, esta noção se presta a eximir as instituições sociais de seus deveres para com os idosos. Uma velhice saudável depende dos investimentos em saúde e educação ao longo de toda a vida. Cabe ao Governo, à Escola, e às profissões estabelecer as bases para um desenvolvimento bem-sucedido para todos os cidadãos.

6. Associação de velhice com declínio intelectual, que se reflete em baixo desempenho no trabalho, incapacidade para novas aprendizagens, pouca flexibilidade e alta resistência à mudança. Estes aspectos são comumente apontados como motivo para os mais velhos não se envolverem em tarefas intelectualmente exigentes, para serem afastados do trabalho e para não serem submetidos à reciclagem profissional.

7. Associação de velhice com dependência econômica. Dados sócio-demográficos mostram que os idosos brasileiros como um todo são menos pobres do que o resto da população e que há um intenso fluxo de ajuda mútua entre os idosos e os filhos adultos, mesmo e principalmente na população de baixa renda. Em várias cidadezinhas do País, os idosos movimentam a economia com suas pequenas aposentadorias, pensões e Benefícios de Prestação Continuada.

8. O aumento do número de idosos na população e a expansão da longevidade geram ônus social e familiar, que recai sobre os mais jovens. Na verdade, dados

sócio-demográficos mostram que o aumento do número de idosos na população não aumenta a razão de dependência. Mostra também que a capacidade de poupança da população é mais responsável pela sobrevivência e pelo bem-estar dos idosos do que os recursos públicos.

9. O envelhecimento populacional é um risco iminente à saúde econômica das famílias e da sociedade. Esta idéia é muito usada para defender, por exemplo, as baixas aposentadorias e as falhas no sistema público de saúde - mas defende apenas as instituições sociais e os profissionais.

10. A falta de solidariedade e as atitudes negativas dos mais jovens são a causa de práticas sociais que prejudicam, discriminam e rejeitam os idosos. Na verdade, tais produtos dependem de complexos fatores sociais, que incluem, entre outros, o desemprego, a baixa escolaridade, a preparação deficiente para o trabalho, o excesso de apelos de consumo, a pobreza e a violência urbana. As atitudes sociais são produto de um conjunto de fatores, entre os quais o baixo status do idoso não é uma consequência, mas uma causa.

“Há que se considerar também que viver fora da família é uma decisão legítima para os idosos.”

11. Os asilos são um mal necessário para os idosos que não têm família. Há aí uma falácia, cuja função é escamotear a falta de investimentos públicos em arranjos domiciliares para idosos e em apoio e instrumentalização da família para que desempenhe o papel protetor que dela se requer. Além disso, muitas famílias pobres e em situação de vulnerabilidade social não têm meios de garantir abrigo e condições mínimas de sobrevivência a seus membros, princi-

palmente os idosos. Há que se considerar também que viver fora da família é uma decisão legítima para os idosos.

Passo agora a uma breve descrição dos fundamentos e da estrutura do Estatuto do Idoso, para depois chamar a atenção para alguns aspectos que, a meu ver, refletem a ideologia da velhice como problema médico-social.

2. FUNDAMENTOS DO ESTATUTO DO IDOSO

O Estatuto do Idoso aparece como a explicitação das políticas que o Estado estabelece em relação aos idosos. O termo política diz respeito a um conjunto de objetivos de um determinado programa governamental e condicionam sua execução. O termo público é relativo ao bem comum, ao universal, ao que é do interesse comum e ao que é objeto de interferência do Estado. Definir políticas públicas significa estabelecer e priorizar metas gerais, estabelecer as competências dos vários atores envolvidos em seu cumprimento e delimitar o grau de intervenção do Estado (BORGES, 2002).

Nos Estados democráticos modernos, o conceito de política pública tem íntima ligação com o de cidadania, pensada como o conjunto das liberdades individuais expressas pelos direitos civis: direito de ir e vir; direito à informação, ao traba-

lho, à fé, à propriedade e à justiça; direito de votar e ser votado; direito de participar do poder político; direito à segurança e ao bem-estar econômico. O Estatuto do Idoso reafirma esse conceito expresso na nossa Constituição de 1988.

3. ESTRUTURA DO ESTATUTO DO IDOSO

São 118 artigos dispostos em sete títulos:

Título I – Disposições preliminares: define quem é idoso, reafirma o seu status de cidadão, estabelece a condição de prioridade de seus direitos civis e também as competências para seu atendimento.

Título II – Dos direitos fundamentais: à vida, à liberdade, ao respeito e à dignidade; à alimentação, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; à profissionalização e ao trabalho; à previdência social; à assistência social, à habitação e ao transporte.

Título III – Das medidas de proteção: define quando e por quem devem ser aplicadas.

Título IV – Da política de atendimento ao idoso: determina a co-responsabilidade das instâncias públicas e privadas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; estabelece linhas de ação e regula a ação das entidades de atendimento, por meio de normas e sanções.

Título V - Do acesso à justiça: reafirma a prioridade de atendimento aos idosos e dispõem sobre as competências do Ministério Público para atendê-los.

Título VI - Dos crimes: identifica os tipos de crimes contra idosos, classifica-os como de ação penal pública incondicionada e estabelece sanções.

Título VII – Disposições finais e transitórias: descreve inclusões no Código Penal relativas aos idosos; estabelece as fontes de recursos públicos para o atendimento aos programas e ações voltadas aos idosos; prescreve a inclusão de dados sobre os idosos nos censos demográficos do país; condiciona a concessão do Benefício de Prestação Continuada, previsto na LOAS, ao nível de desenvolvimento sócio-econômico do país.

4. O ESTATUTO DO IDOSO E A IDEOLOGIA DA VELHICE COMO PROBLEMA MÉDICO-SOCIAL

O Artigo 1º designa como idosos pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Comentário: A fixação desse limite vai ao encontro da disposição da ONU: nos países em desenvolvimento, devem ser designadas como idosas as pessoas com 60 anos e mais. Anuncia um marco legal para o início da velhice e, com isso, contraria o conceito errôneo segundo o qual, dependendo da condição econômica ou de saúde, a pessoa envelhece mais cedo, o que deveria ser levado em conta pelas instituições ao programar serviços de atenção ao idoso. De modo apropriado um documento desse tipo, define quem são os alvos das políticas que estabelece.

O Artigo 2º reassegura o direito pleno dos idosos aos direitos fundamentais da pessoa humana. Assegura aos idosos todas as oportunidades e facilidades para preservação da saúde física e para o desenvolvimento, em condições de liberdade e dignidade.

Comentário: Proteção social é um direito dos cidadãos em situação de vulnerabilidade e de risco social, mas só será integral se cada sociedade tiver condições e valores para tanto. O Brasil não é um Estado de bem-estar social e, segundo os analistas, não o será. Nem nesses Estados, em que a proteção social é grande e universal, são oferecidas todas as oportunidades a indivíduos de todas as idades. Não por acaso, esses países abrigam os mais fortes movimentos sociais em defesa aos idosos articulados por eles mesmos, graças ao seu nível educacional, à força de suas noções sobre cidadania e ao poder político de que desfrutam. Um aspecto inerente às sociedades industrializadas contemporâneas é a descontinuidade cultural entre a vida adulta e a velhice, ou seja, a existência de uma restrição de oportunidades sociais para os mais velhos, na medida em que as sociedades não são capazes de assegurar a continuidade dos papéis adultos para além de uma determinada idade. Aos mais jovens e produtivos são oferecidos mais bens e oportunidades e investe-se mais em suas capacidades porque isso se transforma em benefício imediato para a sociedade.

O Artigo 3º assegura absoluta prioridade ao idoso no que tange à efetivação dos seus direitos.

Comentário: Se todos os brasileiros são iguais perante as leis, princípio de qualquer Estado democrático, priorizar os direitos de um segmento, seja qual for, significa discriminar as outras categorias. É um desígnio irreal, porque a sociedade não tem meios e nem atitudes para cumpri-lo. Isso é o que se pode depreender do exame das alíneas do parágrafo único desse artigo:

I, II e III – O atendimento imediato e individualizado a uma categoria social depende de seu poder econômico, mesmo em sociedades igualitárias. E mais ainda no Brasil, onde a posição social determina profundas diferenças de tratamento, como revela uma comparação entre as escolas públicas e as particulares ou entre o SUS e a rede privada de atendimento. Ou seja, recursos e oportunidades sociais são uma questão basicamente econômica. Em vez da universalização dos direitos, convivemos com a discriminação por nível de renda, por idade e por classe social. Podemos ver isso todos os dias nas filas do INSS e dos hospitais públicos.

V – Ao priorizar o atendimento ao idoso pela própria família, exime o Estado e outras instituições da responsabilidade de atender às ne-

cessidades do idoso; demoniza os asilos; ignora as necessidades da família urbana, restrita, vertical, com mulheres que trabalham fora e que são, em número crescente, chefes de família; ignora desejos e necessidades dos idosos, como o desejo de não coabitar com a família; confunde velhice com pobreza, remetendo o Estatuto ao século XIX, quando os asilos eram lugar para mendigos, andarilhos, doentes, loucos, deficientes físicos, deficientes mentais e idosos.

VI – A capacitação e a reciclagem de recursos humanos em Geriatria e Gerontologia depende de regulações do mercado de profissões. No Brasil, o baixo poder aquisitivo da maioria dos idosos e seu baixo nível educacional dificultam seu acesso a especialistas. Assim, a demanda se torna pequena e, com isso, não há investimentos na formação de profissionais. Esse é um processo lento, que emana do interior das categorias profissionais na interação com a população.

VII – A idéia de divulgar informações sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento é uma das manifestações mais típicas da influência dos gerontólogos sociais sobre a criação e até mesmo sobre a formulação do Estatuto. É como se fosse necessário convencer a sociedade de que o envelhecimento é um assunto digno de ser considerado ou criar uma categoria social para a qual não se dá muita atenção – a velhice. Na verdade, as pessoas sabem o que é envelhecer a partir de suas experiências culturais e não têm necessariamente interesse nesse tema, até mesmo porque sua experiência vital se dá em continuidade: não há ruptura na passagem para a velhice.

Artigo 7º – Dispõe sobre a atuação dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais do idoso previstos pela Política Nacional do Idoso (PNI) no cuidado pela observância dos direitos dos idosos.

Comentário. Este é de fato um avanço da PNI e do Estatuto, que dispõe as condições para o estabelecimento de parcerias entre o poder público e a sociedade civil, entre as instituições públicas, as privadas e as não-governamentais, quando se trata dos direitos dos idosos. É um bom ponto de partida num País que não garante o acesso de uma ampla maioria de desprivilegiados a serviços públicos que poderiam lhes garantir uma vida digna. Mas, na prática, esses Conselhos funcionam como legitimadores das propostas governamentais, como estruturas burocráticas e não como instâncias deliberativas e fiscalizadoras em relação às políticas públicas para os idosos (PAZ, 2002).



Capítulo IV – Do direito à saúde.

Contém um conjunto de disposições muito bem articuladas, que refletem uma compreensão adequada e realista do fenômeno velhice e de bioética. Apresenta um conjunto de ações funcionais à administração de cuidados em saúde aos idosos. Toca em questões importantes do ponto de vista organizacional, tais como o cadastramento das pessoas idosas e a criação de serviços ambulatoriais, hospitalares e de atendimento domiciliar, os primeiros a serem ofertados pelo SUS e os últimos por instituições públicas, filantrópicas e sem fins lucrativos. Focaliza duas questões candentes que circulam cotidianamente pelos nossos meios de comunicação de massa: a distribuição gratuita de medicamentos, próteses e órteses e a discriminação dos idosos nos planos de saúde. Mostra boa compreensão e boas atitudes em relação ao conforto emocional dos idosos, a ser facilitado pela presença de um acompanhante. Assegura aos idosos a liberdade de escolha e regula a questão da interdição legal. Menciona a necessidade, por parte das instituições de saúde, de atender a um padrão mínimo de adequação às necessidades dos idosos, de capacitar profissionais e de orientar cuidadores familiares e grupos de auto-ajuda. Ao que parece, profissionais bem-formados e realistas da área da saúde assessoraram os legisladores e o resultado foi bom.

Artigo 20º – Estabelece que o idoso tem direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, em iniciativas que devem respeitar sua peculiar condição de idade.

Comentário: A ressalva de “respeitar sua peculiar condição de idade” denota uma visão do idoso como um indivíduo prejudicado em termos intelectuais, físicos e sociais. Ignora que, mantendo a atividade, o envolvimento com a vida e os desafios, o idoso pode viver bem e desenvolver novas competências. O risco embutido no Artigo 20 é a destinação aos idosos de programas simplórios, piegas, antiquados e preconceituosos. O ideal é que todos os cidadãos, de todas as idades, tenham acesso aos bens espirituais e culturais, além de oportunidades de recreação e convivência.

Artigo 21º – Afirma que o poder público cuidará de criar oportunidades de acesso dos idosos à educação, adequando currículos, metodologias, materiais e programas às suas peculiaridades.

Comentário: Não é atribuição do poder público criar essas oportunidades e muito menos adequar currículos, metodologias, materiais e programas. Para isso existe a Escola, instituição que representa o Estado quando o assunto é educação.

Parágrafo 1º – Ao preconizar que os cursos para idosos devam incluir técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, o poder público avança novamente para o campo da

Escola e lhe furta o direito de avaliar as motivações da clientela idosa. Nem mesmo se sabe, em princípio, se é por que os idosos estariam interessados nesses tópicos e qual seria sua funcionalidade para eles. Além disso, não se leva em conta a heterogeneidade de características e interesses dos idosos. Por que prescrever conteúdos para a educação não-formal? Por que não deixar este tema ao sabor da época e dos próprios idosos?

Parágrafo 2º – Diz que os idosos devem participar de eventos cívicos e culturais, com o fito de transmitir conhecimento e vivências às próximas gerações, contribuindo assim para preservar a memória e a identidade culturais. De fato, um dos papéis sociais que se espera dos idosos é a preservação da memória, mas pensar que isso deve ser feito por meio de eventos cívicos e culturais soa a totalitarismo. É ao idoso que cabe decidir se quer ou não cumprir esse desígnio. Isso depende da história pessoal, da motivação e de fatores do contexto, que incluem a valorização social. Não pode ser definido por lei.

Artigo 22º. – Fala sobre a inclusão, em todos os níveis de ensino, de conteúdos sobre envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de modo a eliminar preconceitos e a aumentar os conhecimentos sobre o tema.

Comentário. Em primeiro lugar, o texto admite que há preconceitos a serem corrigidos, o que não é necessariamente verdade. Se for, os conteúdos acadêmicos não são a melhor forma de corrigi-los. Além disso, o artigo veicula a idéia de que é preciso ensinar sobre velhice. Trata-se de idéia preconceituosa, arcaica, irrealista e de consecução improvável. Mostra que o grupo que a concebeu acredita ser a velhice um tema que precisa ser legitimado na sociedade e que se deve ensinar, sobre esse tema, que ele representa uma questão médico-social a ser resolvida pela Geriatria e pela Gerontologia Social. Se essa inclusão acontecer, mais prejudicará os idosos do que os ajudará, porque criará ilhas artificiais e imposições de difícil aceitação. Algo que pode evocar lembranças dos tempos da Ditadura Militar, quando os alunos de graduação e pós-graduação das universidades deviam freqüentar, obrigatoriamente, cursos de “Estudos de Problemas Brasileiros”. Nas democracias, os currículos acadêmicos não se organizam por imposição legal, mas por demandas sociais provindas de vários setores da sociedade, incluindo os conselhos profissionais e as organizações industriais, comerciais e de prestação de serviços.

Artigo 23º – Preconiza descontos de pelo menos 50% nos ingressos para eventos recreativos e culturais e acesso preferencial de idosos a esses lugares.

Comentário: Por este artigo, o poder público atribui à esfera privada o dever de custear em parte a participação dos idosos nesses eventos. Seria melhor se remunerasse melhor as aposentadorias e pensões para que os idosos pudessem digna-

mente pagar pelo próprio lazer. Quando os recursos são escassos, atribuir prioridade a uma categoria, em particular aos idosos, que já são vistos como não-produtivos, pode acirrar os ânimos dos mais jovens, intensificando a intolerância e os preconceitos contra esse segmento.

Artigo 24º – Preconiza a criação de espaços e horários especiais para a recreação e o lazer dos idosos.

Comentário. A criação de espaços e horários especiais para idosos nas atividades culturais e de lazer tende a segregá-los. Embutida nessa proposição, há também o risco de infantilização dos idosos e de biomedicalização da velhice. A segregação dos idosos e sua infantilização no contexto do lazer podem parecer inofensivas e até mesmo manifestações de carinho, mas seu efeito a longo prazo sobre a sociedade é muito negativo, na medida em que contribuem para o estabelecimento e o recrudescimento de atitudes negativas e preconceituosas em relação aos idosos.

Artigo 25º – Recomenda que o poder público promova a criação de Universidades da Terceira Idade e de publicações para idosos.

Comentário. O poder público não precisa e nem deve apoiar a criação de Universidades da Terceira Idade ou de publicações para idosos. Isso é tarefa das Universidades, que têm autonomia para isso e se regulam pela demanda interna e externa, assim como o mercado editorial é regulado pela demanda externa. A segmentação editorial é um processo natural na sociedade de consumo. Quanto mais educados forem e quanto maior poder aquisitivo tiverem os idosos, mais aparecerão publicações e facilidades a eles destinadas. O mesmo artigo recomenda a impressão dos livros em letras grandes para facilitar a leitura aos idosos, já que a idade acarreta dificuldades visuais. A idéia de facilitar a leitura para os idosos por meio de edições em letras maiores, em virtude de suas perdas visuais, coloca-nos de novo diante de uma distorção. Na verdade, todos os idosos deveriam poder usar óculos e operar a catarata. Talvez a pretensão do legislador fosse eximir o Estado de seu papel de prover serviços básicos e universais em saúde.

Em resumo, todo o Título VI é de inspiração preconceituosa e discriminatória, ignora os processos sociais que emanam do seio da sociedade, confunde atribuições do governo e da sociedade civil e atribui ao poder público um papel que de fato ele não tem e não pode assumir. Não se observa nele a mesma inspiração democrática e esclarecida presente no título sobre saúde. Ao contrário, o que transparece é uma visão estreita e ingênua dos processos sociais, do papel do poder público e da velhice.

Artigo 27 – Preconiza que, por ocasião da admissão do idoso em qualquer trabalho, ou por ocasião de concursos, é vedada a discriminação por idade.

Comentário. Trata-se de um texto não-realista porque a discriminação no trabalho ocorre também com adultos por critérios de gênero, raça, aparência e classe social. Na verdade, a sociedade brasileira sempre soube escamotear a adoção de critérios etários e de raça para a admissão ao trabalho através de eufemismos como, por exemplo, “procura-se candidato ágil, ambicioso, pronto a enfrentar desafios” ou “procura-se candidato de boa aparência”, para disfarçar a realidade de que não se aceita pessoas com mais de 35 anos e de que não se aceita negros. Na maioria dos contextos de trabalho, as pessoas já são discriminadas a partir dos 40 anos, principalmente se têm baixo nível educacional. As universidades públicas não contratam, as agências de fomento não concedem bolsas e as bolsas de pesquisa para aposentados são chamadas de “bolsas pé-na-cova”. Dar prioridade aos mais velhos não é real e, se tornado obrigatório, acarretará maior discriminação aos idosos. Bom seria se, a exemplo do que se propõe na União Européia, houvesse no Brasil a noção de que a sociedade não deve discriminar os mais velhos no trabalho para não desperdiçar seu cabedal de experiência.

Capítulo VII. Este capítulo expõe uma das mazelas da velhice no Brasil: a queda do poder econômico e a injustiça de não ter adequada retribuição social pelo trabalho oferecido à sociedade.

Comentário. Não é verdade que a Previdência preserva minimamente o poder de compra dos aposentados até o final da vida. É interessante notar que o poder público se protege das reivindicações dos idosos quando, nas disposições transitórias do Estatuto, vincula o aumento das aposentadorias à capacidade econômica do País. É claro que há lógica nesse raciocínio e que ele é correto. O lado perverso da questão é que o governo sempre pode alegar falta de recursos, como sempre o fez, ou escamotear dados econômicos para não aumentar as aposentadorias. Nesses casos, ninguém se levantará para proteger os direitos de uma categoria que é apontada como fonte de ônus para a sociedade.

Capítulos VIII, IX e X. Dispõem respectivamente sobre a assistência social, a habitação e o transporte.

Comentários. Os três revelam discernimento em relação aos idosos e à sua proteção social. Quanto à redução dos custos das passagens municipais, estaduais e interestaduais, a exigência de que os idosos provem, in loco, que são velhos e que são pobres, tem grande potencial de expô-los à humilhação e à agressão. Ou seja, são concessões que mais expõem do que protegem os idosos. Numa sociedade como a nossa, marcada pela desigualdade, num contexto de disputa por escassos recursos sociais, exíguos até para os jovens, proteger seletivamente os idosos pode ser prejudicial à sua imagem e ao seu bem-estar.

O Título III tem como foco defender os idosos de maus tratos.

Comentário. Embora seja ético legislar sobre este delicado aspecto das relações com os idosos, é preciso estabelecer critérios claros para definir o que são maus tratos e qual é a sua tipologia, assim como para definir a que instâncias cabem as competências de fiscalizar, coibir e educar em cada instituição social. Do contrário, os idosos correm o risco de vitimização por alguns setores da sociedade, movidos principalmente por motivos ideológicos.

Sem negar o problema e sem pensar em estatísticas sobre maus tratos a idosos – as quais são praticamente inexistentes – é importante lembrar alguns princípios gerais derivados das Ciências Sociais: a) em qualquer contexto sócio-cultural e histórico, em períodos de crise ou privação, tendem a sofrer mais os membros mais vulneráveis, entre eles os idosos, as crianças, os deficientes e os doentes; b) em contextos disfuncionais, com jovens dependentes de drogas e de álcool, onde impera a violência nas relações interpessoais, os idosos são um segmento fortemente arriscado a sofrer maus tratos; c) o fato dos idosos contribuírem economicamente para a sobrevivência da família - quer com dinheiro, quer executando tarefas domésticas e cuidando das crianças e de outros idosos - os protege de maus tratos. Neste sentido, o benefício de Prestação Continuada significa uma proteção para os idosos muito pobres do Brasil; d) em que pesem as carências e todos os problemas que habitam nossos jornais diários, a família ainda é o refúgio preferencial da esmagadora maioria dos idosos (95% no Brasil), na medida em que o poder público e as entidades privadas e mistas não são capazes de prover habitação e saúde a toda a população; e) os asilos filantrópicos e os de baixo custo para os usuários não são necessariamente antros de maus tratos, mas se caracterizam por ampla variabilidade nos padrões de atendimento; f) há que se dar crédito à existência de redes de solidariedade entre as gerações, mesmo em situações de penúria. Em muitos contextos, a solidariedade e a criatividade das populações respondem pelo bem-estar possível aos idosos, onde o poder público é totalmente ausente; g) embora a divulgação das mazelas sociais cumpra objetivos educativos, é bom lembrar que, muitas vezes, o que aparece na mídia é o escandaloso e o trágico, apresentados como espetáculo, para manter a atenção do espectador ou do leitor concentrada no veículo, que exhibe também mensagens comerciais ou institucionais de seu interesse.

Assim, as ocorrências de maus-tratos a idosos não devem ser generalizadas de modo indiscriminado, pensando-se, por exemplo, que todos os idosos brasileiros pobres estão sob o risco de maus tratos ou sofrem efetivamente maus tratos dentro da família ou dos asilos. E nem a velhice empobrecida deve ser vista como um simples caso de polícia, como o Estatuto do Idoso deixa entrever nestes capítulos e nos que a eles se seguem, que tratam das sanções a indivíduos e instituições que descumprirem as leis de proteção aos idosos. Por exemplo: o filho em situação de pobreza, sem nenhuma ajuda externa, sai para trabalhar e deixa sozinho o pai que não tem mais condições de se alimentar sem ajuda. O que é melhor fazer por esse idoso? Prender o filho ou proporcionar ajuda para que possa passar o dia ou até morar numa instituição?

O mesmo raciocínio se aplica à análise das instituições de curta, média e longa permanência para idosos e à análise dos domicílios familiares, assunto que é alvo de tratamento detalhado nos capítulos II, III e IV do Título IV. Ou seja, asilos e lares de pessoas carentes não devem, de modo algum, ser vistos a priori como contextos de maus tratos e de inadequação ambiental, apenas com base em critérios externos que não levam em conta fatores econômicos, culturais e particulares. Tampouco se pode dizer que os filhos de hoje tendem a asilar os pais: apenas 2% dos idosos brasileiros vivem em asilos. Além disso, cabe às associações profissionais colaborar com as instituições públicas no estabelecimento de um conjunto mínimo de requisitos para o funcionamento de instituições asilares. É importante lembrar que a demonização dos asilos e das famílias disfuncionais e destituídas é um artifício ideológico habilmente manejado para escamotear as falhas do poder público e da iniciativa privada em dotar os idosos de recursos compatíveis com a satisfação de seus direitos básicos. Igualmente, é recurso ideológico mascarar a violência institucional a que os idosos são submetidos no SUS, no INSS, nos hospitais públicos, nos bancos e nas repartições públicas. É importante lembrar que essa violência institucional atinge os brasileiros de modo geral, mas os pobres em particular.

Artigo 70º do Título V, que trata do Acesso à Justiça. Assegura prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente uma pessoa idosa, em qualquer das instâncias da Justiça. No parágrafo 1o desse artigo, estipula-se que o interessado na obtenção dessa prioridade deverá requerê-la à justiça, apresentando prova de idade.

Comentário: Este artigo enuncia que os idosos pobres e, depois de sua morte, seus cônjuges ou companheiros, podem pedir, a uma Justiça morosa e não-igualitária, para serem atendidos antes de morrer, evidentemente em seu próprio benefício. Isto é de fato um avanço mas, no entanto, os idosos ricos que estão no papel de devedores à Justiça por crimes de dinheiro, de honra, de corrupção ou de não-cumprimento de deveres para com os trabalhadores e para com a Previdência, não são passados à frente e nem a lei dispõe de uma cláusula que lhes dê prioridade para que sejam atendidos antes que morram, agora em benefício da sociedade. A meu ver, em todo o Estatuto, esta disposição é a mais reveladora da destinação do Estatuto do Idoso ao tratamento dos direitos dos idosos pobres e não de todos os cidadãos idosos. Ela revela a noção de que os idosos formam uma categoria a ser tutelada pelo poder público, a confusão de velhice com pobreza, doença e dependência econômica e, finalmente, a noção de que os ricos e poderosos não têm idade. São três elementos reveladores da vigência de preconceitos entre os políticos, os profissionais de Gerontologia Social e até mesmo entre os idosos que se constituíram em forças de pressão para a geração do Estatuto do Idoso.

5. CONCLUSÕES

Estas considerações, assim como todas as que as precederam, não têm o objetivo de negar a legitimidade ou a pertinência do Estado brasileiro, ao dispor princípios e normas sobre os direitos dos idosos. Nem se nega o alcance educacional desse documento, que explicita para a sociedade os princípios éticos que idealmente devem pautar o atendimento aos idosos e em que são expostas as normas e sanções sociais relativas a essa matéria.

O que se pretendeu foi mostrar que o documento é revelador de uma ideologia de velhice compatível com o padrão de conhecimentos e atitudes sobre velhice existentes entre políticos, profissionais de Geriatria e de Gerontologia e grupos organizados de idosos que tiveram influência na constituição do Estatuto. Tais conhecimentos e tal ideologia não são compatíveis com uma visão crítica da realidade brasileira e nem são informados por dados científicos recentes, segundo os quais o envelhecimento provoca perdas físicas, intelectuais e sociais, mas também pode ser ocasião para ganhos. Um velho que se mantém ativo e envolvido em seu meio social, que tem boa saúde ou que tem doenças crônicas compensadas e que pode contar com uma rede de suporte material, instrumental, informativo e afetivo suficiente para suprir suas necessidades, tem grandes probabilidades de envelhecer bem. Se for exposto a desafios compatíveis com suas condições, pode mostrar desenvolvimento intelectual e social. Além disso, os velhos não são todos iguais entre si, pois a experiência de velhice comporta forte heterogeneidade.

É importante que os gestores e mediadores de políticas públicas tenham uma visão crítica do conteúdo dos documentos que servem para pautar suas decisões, metas e ações. Essa visão crítica, longe de servir para desqualificar o documento ou discriminar sua clientela, pode ser útil ao refinamento do olhar para o fenômeno que acontece perto de cada um. Um olhar mais refinado é de grande utilidade para a implementação das políticas públicas para os idosos.

As políticas relativas aos idosos e as regulações do Estatuto do Idoso existem praticamente só no papel. Elas só se tornarão realidade por meio do esforço consequente das categorias profissionais envolvidas com o atendimento às necessidades do idoso. Para que isso aconteça, é de fundamental importância que os profissionais conheçam muito bem sua realidade. O bom conhecimento da realidade é indicado pela competência para identificar problemas, suas causas e conseqüências, e para identificar recursos e prioridades. Tal competência permite tomar decisões consequentes sobre onde e como investir, em que tempo em que seqüência. Planos amplos e metas de longo prazo têm mais chance de serem realizados se forem repartidos em pequenos passos hierarquizados, avaliados e corrigidos frequentemente. O sucesso em pequenas doses é mais conducente ao objetivo final do que a frustração em doses maciças, em razão de se trabalhar sem saber por que, para quem, com quem, com o quê e em qual direção.

Os cidadãos idosos, organizados e mobilizados em associações em defesa de seus direitos, devem ser envolvidos no processo de estabelecer instrumentos para viabilizar o cumprimento do Estatuto do Idoso.

Com o tempo e a melhoria do nível educacional e do bem-estar da população, pode ser que não necessitemos mais de um Estatuto do Idoso ou, pelo menos, que ele seja revisto à luz de conceitos menos preconceituosos e discriminatórios em relação aos idosos do que os que se revelaram na edição inicial. Estamos muito longe desse momento, é verdade, mas fica a esperança de que o progresso social vai permitir mudanças paradigmáticas em nossa maneira de olhar os idosos e em nossa concepção sobre igualdade e universalidade dos direitos, mudanças essas compatíveis com a experiência de uma sociedade mais justa e igualitária. Uma sociedade boa para os idosos é uma sociedade boa para todas as idades.

Referências Bibliográficas

- BORGES, M. C. M. Gestão participativa em organizações de idosos: instrumentos para a promoção da cidadania. In: Freitas, E. V. et al. (Orgs.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 1037-1041.
- BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei N. 10.741, de 1o de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso)*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm> Acesso em: 09 jan. 2004.
- COSTA, N. E.; MENDONÇA, J. M. ; ABIGALIL, A. Políticas de assistência ao idoso: a construção da política nacional de atenção à pessoa idosa. In: E. V. Freitas, et al. (Orgs.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 1077-1082.
- GROISSMAN, D. *A infância do asilo: a institucionalização da velhice no Rio de Janeiro da virada do século*. 1999. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- LOPES, A. *Os desafios da gerontologia no Brasil*. Campinas: Átomo e Alínea, 2000.
- NERI, A. L. Psicologia do envelhecimento: uma área emergente. In: Neri, A. L. (Org.). *Psicologia do envelhecimento: tópicos selecionados numa perspectiva de curso de vida*. Campinas: Papyrus, 1995.
- NERI, A. L. A formação de recursos humanos em gerontologia: o papel da pós-graduação. *Arquivos Brasileiros de Geriatria e Gerontologia*, v.4, n. 3, p. 99-104, 2000.
- NERI, A. L. Atitudes e crenças sobre velhice: análise de conteúdo de textos do jornal O Estado de São Paulo. In: VON SIMSON, O. R. M. ; NERI, A. L. ; CACHIONI, M. (Orgs.). *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. Campinas: Átomo e Alínea, 2003, p.13-54.
- PAZ, S. F. A situação de conselhos e fóruns na defesa dos direitos dos idosos. In: FREITAS, E. V. et al. (Orgs.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 1042-1047.

As Bordadeiras do Morro São Bento: Uma História Tecida Entre o Linho e as Linhas



Resumo

O presente trabalho analisa o comportamento de cinco senhoras idosas frente ao seu ofício. Imigrantes da Ilha da Madeira, bordadeiras desde a infância, elas deixaram o país de origem em companhia dos maridos, na primeira metade do século XX, movidas pelo sonho de uma vida próspera no Novo Mundo. Desde que chegaram ao Brasil, moram na encosta do Morro São Bento, em Santos, Estado de São Paulo.

O linho e a linha, incorporados à rotina na casa materna, são ferramentas que vão acompanhá-las durante toda a vida, garantindo algum dinheiro, um pouco de liberdade e muito prazer. Além disso, o bordado ofereceu a elas a chance de reforçar o orçamento doméstico e garantir respeito e a visibilidade em terra estrangeira.

No entanto, a atividade que, com tanta intensidade, preencheu a existência dessas mulheres, não despertou o interesse de suas filhas e netas. As gerações seguintes declaram admiração e respeito pelo bordado, mas não quiseram fazer dessa arte o seu ofício. No Morro São Bento, o bordado da Ilha da Madeira é um tesouro sem herdeiros.

Indiferença semelhante as ilhoas madeirenses vão perceber na sociedade. Diante das peças bordadas, as pessoas demonstram encantamento e respondem com elogios. Mas a relação compra e venda é estabelecida de forma precária e, assim, parte do sentido da produção se perde.

Mesmo diante de tais circunstâncias, essas mulheres mantêm a rotina e trabalham todas as tardes. Cumprem religiosamente o calendário de exposições. E, ao contarem a história de suas vidas, elas deixam claro que bordar é mais do que tarefa, hábito ou obrigação: é com o linho e as linhas que essas mulheres tecem a sua própria identidade. São mulheres, são mães, são avós mas, acima de tudo, elas são e querem permanecer bordadeiras.

Palavras chave: memória, trabalho, identidade.

Abstract

This work brings up an analysis on behavior of five old ladies as to their occupation. Immigrants from the Madeira Island, embroiderers since their childhood, these ladies left their country, following their husbands in the first half of the 20th century, in the quest for their dream of prosperous life in the New World. Ever since they arrived in Brazil, these ladies have lived on Morro São Bento, in Santos, São Paulo.

Linen fabric and thread, constant routine since their mothers' homes, are the tools that have followed them for the entire life, allowing them some income, some freedom and much pleasure. Not only that, for embroidery also brought them the chance to increase their home budget and allowed them respect and hopeful future in foreign land.

However, the professional activity that intensively fulfilled the life of these women, never awakened the interest of their daughters or granddaughters. The following generations show pride and respect for embroidery, but they would rather not take this art as their jobs. On Morro São Bento, the Madeira Island embroidery is a treasure with no heirs.

Those Madeira islanders also find similar indifference in society. People are amazed and respond with compliments to these embroidered sets. However, profits in buying and selling these sets are very little; so the real meaning of producing such work is getting lost.

Even facing these results, these ladies keep their routine and work every afternoon. They do their duties to exhibit their work at the scheduled fairs. As they tell their own stories they make it clear that embroidering is more than a task, a habit or a duty: for it is with linen fabric and thread that these ladies weave their own identity. They are women, mothers, grandmothers and, above all, they are and they want to be embroiderers.

Keywords: memory, work, identity.

GISELA KODJA

Jornalista, Mestre em Gerontologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. giselakodja@uol.com.br

ÚRSULA MARGARIDA KARSCH

Professora Titular da PUCSP, Mestre em Saúde Pública (USP) e Doutora em Serviço Social (PUCSP), Coordenadora da Pós-graduação stricto sensu da UNISANTOS, Assessora da Secretaria do Estado da Saúde, São Paulo. ulakar@uol.com.br

INTRODUÇÃO

A história das bordadeiras do Morro São Bento é uma lição para qualquer pessoa que queira enxergar o mundo com tolerância e paixão.

Mulheres fortes e aguerridas, enfrentaram o duro processo da imigração, a dor da saudade, a crueldade da miséria e a força da incerteza que conspiraram contra elas. Apesar da difícil trajetória, não se mostram contrariadas. Sabem que os anos correm trazendo bons e maus momentos e acreditam profundamente no poder regenerador do trabalho. Por esta razão, elas fizeram do seu ofício uma bandeira e se mantiveram na luta, desde a infância até a velhice.

AS MULHERES DE ALÉM-MAR

As meninas da Ilha da Madeira nascem com o seu destino traçado: logo que “ganham um pouquinho de juízo” começam a bordar. Aprendem os primeiros pontos por volta dos 6 anos de idade e, assim, o linho e a linha são incorporados à rotina das mulheres bem cedo, na casa materna.

No caso das bordadeiras do São Bento, essas ferramentas vão acompanhá-las durante toda a vida, garantindo algum dinheiro, um pouco de liberdade e muito prazer. O bordado também vai oferecer a elas a chance de conquistar respeito e visibilidade em terra estrangeira.

O CAMINHO DO CAIS ATÉ O MORRO

No Brasil, a história começou em meados do século XX, período das grandes emigrações, quando as cinco bordadeiras e seus maridos deixaram Portugal para fugir da fome e da falta de oportunidades. Partiram movidos pelo sonho e a coragem de conquistar uma vida próspera no Mundo Novo.

Essas famílias desembarcaram no porto de Santos e foram morar no Morro São Bento, região com características geográficas bem semelhantes às da Ilha da Madeira.

Na época, ainda sob a influência da aristocracia européia, em especial da inglesa, era costume das famílias brasileiras financeiramente privilegiadas bordar roupas de cama, mesa, banho e os enxovais das crianças. Era um hábito que sustentava o status social e garantia uma demonstração de requinte e bom gosto. Na cidade de Santos, litoral do Estado de São Paulo, esse trabalho era realizado por várias pessoas que recorriam a técnicas distintas, mas um dos grupos se destacava: o das bordadeiras da Ilha da Madeira.

Aqui, como em Portugal, elas trabalhavam apenas em tecidos nobres, como o linho, a seda natural, o organdi e o algodão. As peças de uso pessoal, que exibiam em suas casas, encantavam as senhoras que por ali passavam para fazer as suas encomendas. Elas contam que deixavam lençóis e toalhas pendurados na janela para impressionar as compradoras.

Os trabalhos perfeitos, resistentes, com barrados que alternavam pontos em relevo e espaços vazios, apresentavam formas absolutamente originais. Eram

peças tão extravagantes que D. Beatriz costuma contar que, ao passar pela Alfândega, sua bagagem ficou retida alguns dias porque os fiscais pensavam que se tratava de mercadoria para comércio.

A fama das bordadeiras se espalhou e elas passaram anos e anos trabalhando muito na encosta do Morro São Bento. Até a década de 60, não havia, na cidade de Santos, quem não soubesse da existência dessas artesãs.

Porém, a partir daí, a indústria passou a investir ferozmente contra a preciosidade do trabalho manual. Nada mais podia ser exclusivo, raro. O mundo havia mergulhado na era das grandes quantidades, da produção em série, do poliéster, do jeito americano de viver. Toalhas e lençóis de tergal, aliados às máquinas de lavar roupa, viraram sinônimo de modernidade. Surge um novo tempo e, em sua obra mais recente, Bosi (2003, p. 167) fala muito adequadamente sobre a “estética neo-capitalista e a preferência pelos novos objetos frios, protocolares, em detrimento daqueles produzidos com as mãos, impregnados de biografia e memória”.

Conduzidos por um novo modelo de comportamento, os compradores se afastaram e as bordadeiras enfrentaram um longo período de latência. O desprezo que a sociedade passou a demonstrar pelas peças delicadas que produziam fez com que a maioria delas desistisse do ofício e levou as novas gerações a sepultar definitivamente a responsabilidade de carregar essa arte para o futuro. O Morro São Bento, que já abrigou mais de 300 artesãs madeirenses, conta hoje com apenas 5, a mais nova está com 68 anos de idade e a mais velha com 81.

As jovens descendentes conhecem os pontos, mas a tradição que acalentou a vida de quem veio de longe não ecoa em seus corações. Elas chegaram aqui muito pequenas e desta terra retiraram referências e possibilidades de um futuro desligado da imagem de estrangeiras. Os casamentos se deram fora da colônia portuguesa, moram “lá embaixo” e o contato das crianças com os antigos costumes se limita à casa das avós.

As filhas das bordadeiras justificam a falta de dedicação ao trabalho manual de forma prática, fazendo contas:

Um jogo de lençóis bordado, avaliado em duzentos e cinquenta reais, leva três semanas para ser feito e muitos meses para ser vendido; uma diarista consegue levantar essa quantia em três dias. Não vale a pena!.

As mães são discretas ao comentar o fato. Não se alongam nas explicações e admitem que, atualmente, o lucro que têm em cada peça é muito pequeno. Dessa

“O meu marido falou assim: isso que vocês estão chamando de contrabando é o enxoval da minha esposa, que nos casamos há três anos. Eles não acreditavam que aquilo tudo, tão bonito, podia ser meu”.

**“São dias de muita alegria,
passamos o tempo todo ali,
falando da vida, contando histórias
do morro, lembrando coisas.
Eu gosto demais de estar
com as minhas amigas”.**



forma, acabam dando razão às filhas. Sabem que o bordado da Ilha da Madeira, no Morro São Bento, vai embora com elas e dizem que “a vida é assim”, que “é preciso andar para a frente”.

O bordado da Ilha da Madeira no Morro São Bento é um tesouro sem herdeiros. Mas as cinco senhoras resistem na encosta bordando todas as tardes e dizem que “um dia sem passar uma linha não é um dia”. Conta D. Beatriz que, quando veio para o Brasil, o navio balançava muito. O mar estava violento e a travessia foi muito difícil. “Mas eu fiz um lencinho. Fui bordando devagarzinho e, quando cheguei aqui, estava pronto”. Os momentos de profunda tristeza, elas também enfrentam com a agulha na mão. D. Tereza lembra que quando o marido morreu, ela não bordou. A filha, Terezinha, imediatamente contesta: “Mãe, mas foram poucos dias. Um ou dois, não mais do que isso”.

O linho é companheiro fiel, desde a infância, quando elas bordavam imensas toalhas em grupo. Depois do almoço, as mulheres da família se reuniam no pátio e cada uma pegava uma ponta. As crianças cuidavam das bolinhas e das hastes, tarefa mais simples e, as mais velhas, faziam os pontos mais elaborados e os arremates.

Hoje, elas trabalham sozinhas e o tempo de bordar é sagrado. Não gostam de receber visitas quando estão trabalhando e, ainda que a televisão esteja ligada, o olhar está sempre voltado para o tecido. D. Tereza diz que “assiste” alguns programas de entrevista e os telejornais, mas não sabe dizer como é o rosto de nenhum apresentador.

O grupo é uma forte referência e, embora insinuem alguma independência, fato é que o bordado as mantém constantemente ligadas. Elas trocam “riscos”, idéias e favores; freqüentam a mesma igreja e as festas da colônia; e, há anos, conservam um compromisso que é cumprido religiosamente, o de realizar duas exposições mensais. Nessas datas, descem juntas e animadas as ladeiras do São Bento, levando lençóis e toalhas, preciosas oferendas que preparam para que “o povo da cidade possa ver as coisas lindas que fazemos aqui no morro”. D. Maria fala empolgada sobre essas ocasiões.

Cada uma das sacolas que carregam chega a pesar 6 quilos, mas não se queixam da bagagem, não reclamam do desconforto de ter que tomar dois ônibus para chegar ao seu destino e tampouco acham ruim se voltarem para casa com todas as peças que puseram na sacola de manhã cedo. D. Isabel consegue enxergar a situação com ternura. Explica que “eles não compram porque não têm dinheiro. Mas gostam do nosso trabalho, dizem que temos mãos abençoadas”.

Se o bordado não é um legado para as novas gerações e tampouco fonte geradora de conforto e segurança, por que, afinal, essas mulheres continuam bordando?

SOMOS TODAS BORDADEIRAS

As artesãs, vindas da Ilha da Madeira, poderiam ter ficado anônimas, como tantos outros estrangeiros que se espalharam pelo país na mesma ocasião. Mas elas caminharam muito para chegar até aqui e não queriam perder a viagem. Fizeram

**“E venho a descobrir que estas
velhinhas fiaram a seda nas
metamorfoses delas próprias.
Não se sabiam tão prodigiosas”.**

Cidadela, Antoine de Saint-Exupéry

uso das armas que tinham em mãos, travaram uma longa batalha com o destino e mudaram as suas histórias.

Quando falam da chegada ao Brasil, fazem questão de deixar claro que não vieram de mãos vazias, só para retirar deste país os benefícios da prosperidade. Trouxeram na sacola agulhas, linhas e o talento para reproduzir, nesta

terra, uma arte milenar que se transformou em símbolo do seu país. Hoje, elas são mais do que “as velhas portuguesas do morro”. São as bordadeiras do São Bento, que domaram as dificuldades da vida com o trabalho.

São mulheres que têm a exata dimensão do valor do seu bordado e do papel que ele desempenha em suas vidas. As laçadas que deram ao longo dos anos criaram fortes elos de ligação entre as meninas que faziam hastes e bolinhas e suas mães e avós, a quem cabia a parte mais refinada do trabalho. Essa relação, que se manteve, deixou as madeirenses sempre próximas de suas raízes e em condições de enfrentar o exílio, situação que envolve renúncia, sensação de abandono e privações de toda ordem.

Para o imigrante que pisa em terra nova, são colocados mais desafios do que sonhos. O que fazer quando abandonamos todas as nossas referências? Que caminho seguir, se nos encontramos na mais absoluta solidão? Quais são as fronteiras que se pode cruzar no escuro?

Reagir a tantas dificuldades significou renascer em terra estranha e o elemento facilitador desse processo, no caso dessas portuguesas, foi o trabalho manual. Arendt (1983, p. 68) considera que “a ação é a atividade mais intimamente relacionada com a condição humana da natalidade; o novo começo inerente a cada nascimento pode se fazer sentir no mundo somente porque o recém-chegado pode iniciar algo novo, isto é, agir”.

O bordado foi a alavanca para o futuro, mas também um dos mais fortes elementos de ligação com o passado e revelou-se um importante diferencial em vários aspectos da vida: na relação conjugal, na criação dos filhos e no padrão financeiro da família. Tecendo e vendendo bordados, sempre com cuidado para não atíçar e nem ofuscar os maridos, ajudaram de forma decisiva no orçamento doméstico. Com isso, proporcionaram aos filhos uma vida muito mais confortável do que aquela que elas mesmas tiveram. Graças a um trabalho silencioso, a geração seguinte estudou mais e se sacrificou menos.

As bordadeiras desempenharam todos os papéis destinados às mulheres da sua época de forma cuidadosa e consciente. Têm muito orgulho de realizar tarefas com perfeição, como aprenderam com suas antepassadas. Contam que “as antigas não faziam nada pela metade, de má vontade ou sem capricho”. E esse exemplo norteou suas vidas. Admitem, no entanto, que simplificaram muito a arte do bordado e falam com certa nostalgia dos ricos trabalhos que fizeram ou que viram ser

feitos em Portugal. Lamentam que a falta de interesse e de poder aquisitivo dos compradores tenha levado a fina arte da Madeira a empobrecer no Brasil. Abreviar o trabalho e trocar tecido e linhas nobres por material inferior foram decisões difíceis, mas tomadas com muita objetividade: antes de mais nada, era preciso manter a possibilidade de continuar bordando.

Elas vivem em Santos há décadas e enfrentaram muitas dificuldades para manter o bordado vivo na encosta do São Bento. Em alguns períodos, o inimigo foi a tendência do mercado, em outros, as crises econômicas. Em nenhum momento, porém, por pior que fossem as circunstâncias, deixaram seu trabalho de lado. D. Isabel conta que “teve um tempo que não tinha bordado aqui no Brasil, ninguém comprava e as fábricas de São Paulo, que contratavam mão-de-obra, pagavam muito mal. Era uma exploração!”. Para não ficar afastada do linho, passou a trabalhar mais devagar. “Fiquei bordando lencinhos para a minha filha, bordei jogos para as minhas netas. Cada uma tem, pelo menos, um jogo que eu bordei”.

Não são somente elas que vinculam a sua imagem ao bordado. Teresinha, filha de D. Teresa diz: “Se eu chegar na casa da minha mãe e ela não estiver bordando, vou me assustar. É sinal de que tem alguma coisa errada com ela. Eu nunca vi a minha mãe parada!”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bordar, para essas mulheres, é a atividade mediadora da sua identidade original, é o processo criador da perpetuação de suas raízes, ao mesmo tempo em que é o movimento que modela a sua forma de ser: elas bordam e o produto é arte, é cultura, é tradição. (KODJA, 2004, p.127).

Não é um trabalho qualquer, realizado para o ganho. Ele parte da vivência e da necessidade de se manterem ligadas às suas origens.

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. (WEIL apud BOSI, 2003, p.175).

Assim,

O bordado como trabalho não pode ser visto como produção que resulta do esforço, como atividade que se aproxima do martírio. Bordar é produto do desejo e do prazer de estar em contato com as lembranças. Por isso, é realizado em pleno ócio, no tempo de descansar. (KODJA, 2004, p.127).

“É bom ter um lugar certo para bordar. A gente senta ali e fica trabalhando

sosegada”, diz D. Tereza. Segundo Russell (2002, p. 28), “este trabalho é valioso, não porque o trabalho é bom, mas porque o lazer é bom”.

Por fim, analisamos a relação do bordado com a imagem que as narradoras têm de si mesmas. As bordadeiras não querem ser ou parecer dependentes. Prepararam a vida para que a velhice fosse simples e digna. Todas são viúvas, moram sozinhas e têm condições de suprir suas necessidades básicas. Dizem que é “coisa de português que, desde pequeno, aprende que não deve esperar nada de ninguém. Nem de parentes e nem do governo”.

A renda que vem do bordado é revertida em pequenos luxos. Em geral, realizam melhorias na casa onde vivem. Mas essas mulheres sabem perfeitamente que atividade prazerosa não está relacionada ao ganho; portanto, não submetem seu trabalho à opressão do lucro. Elas foram além da lógica capitalista e decidiram

revestir de importância tudo o que poderia ter sido banal.



Amalgamando experiências individuais às do grupo, coincidências a divergências, semelhanças a diferenças, as bordadeiras se aproximaram da idéia de que a memória socialmente estruturada não é um depósito de dados. É, na verdade, um processo que depende de seres humanos capazes de guardar lembranças e de ser únicos. No caso das bordadeiras, refere-se à necessidade fundamental, coletiva e pessoal, de manter viva uma identidade construída com trabalho e lembranças (KODJA, 2004, p.109).



Referências Bibliográficas

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- BOSI, E. *O templo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- KODJA, G. *Bordadeiras do Morro São Bento: memória, trabalho e identidade*. 2004. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Departamento de Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- NASCIMENTO, F.R. (Org.). *Bordados da Madeira nos morros de Santos*. Santos: D.O. Urgente, 1992.
- RUSSELL, Bertrand. *O elogio ao ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *Cidadela*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.



Programas de Preparação para a Aposentadoria: Uma Responsabilidade Social das Empresas



Resumo

Este artigo apresenta teorias sobre o envelhecimento humano, relacionadas à aposentadoria em seus aspectos sociais, psicológicos, financeiros e de saúde, que podem embasar propostas de Programas de Preparação para Aposentadoria - PPAs. Propõe uma reflexão sobre aperfeiçoamento e inovações destes programas. Explora fatores prioritários responsáveis pela decisão de implantação de PPAs para empregados próximos da aposentadoria, com vínculo formal de trabalho, em organizações do primeiro e do segundo setor da sociedade. Na iniciativa privada constata-se que é de fundamental importância a organização atender aos diferentes stakeholders, entre os quais, um dos mais importantes é o empregado. As organizações, expostas às regras dos mercados financeiro e consumidor, são sistematicamente cobradas a apresentar resultados positivos de desempenho de gestão. O PPA constitui uma rica oportunidade de reflexão, experiência e desenvolvimento de práticas voltadas às necessidades dos funcionários, com contrapartidas para a organização, como a identificação e fortalecimento de sua marca e imagem diante dos seus empregados, consumidores e comunidade em geral, no viés da responsabilidade social. Há poucas décadas, a aposentadoria representava o preparo para a morte, hoje ela pode ser entendida como o início de uma nova vida. O aposentado tem a oportunidade de escolher uma nova carreira, de dedicar-se a um trabalho voluntário e até mesmo de programar seu tempo livre.

Palavras chave: aposentadoria, idosos, envelhecimento, responsabilidade social

Abstract

This article offers theories about human aging as referred to retirement and its social, psychological, financial and health aspects which may be a basis to Retirement Preparation Programs (RPP). It proposes a reflection about improvement and innovation of these programs. It inquires into priority factors responsible for the decision of establishing RPP's to employees on the brink of retirement from formal working links in organizations belonging to both society's private and public sectors. At the private sector it has been noticed that it is important to contemplate the diverse stakeholders, among them one of the more important are the employees. These organizations, ruled by financial and consuming markets, are systematically pressed to present positive results related to their administration management. RPP is a great opportunity for reflection, acquirement of experience and development of practices aimed to the employees' needs, with their side effects to the organization, such as identifying and strengthening of its brand and image as seen by its employees, its consumers and the community as a whole in terms of social responsibility. Few decades ago, retirement represented preparing the way to death; today it may be seen as the beginning of a new life. The retired citizen has the opportunity to choose a new carrier, get involved in some kind of voluntary work or juts to schedule his leisure time.

Keywords: social responsibility, ageing, retirement, elder people

RUI MARTINS DE GODOY

Professor de Educação Física. Formado em Empreendedorismo Social pela MBA/FEA/USP. Ex-Gerente de Estudos e Programas da Terceira Idade do SESC SP.

REGINA CÉLIA SODRÉ RIBEIRO

Psicóloga. Especialista em Gerontologia pelo Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo. Formada em Empreendedorismo Social pela MBA/FEA/USP. Assistente Técnica da Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade do SESC SP.

APOSENTADORIA X ENVELHECIMENTO: CONCEITOS

A generalização da aposentadoria acabou por criar uma nova etapa do ciclo de vida: a primeira é a infância, identificada como o período de educação e formação para o trabalho; a segunda é a adulta, que corresponde ao tempo de produção; a terceira é a velhice, entendida antes como a época em que se perde a aptidão para a produção e hoje traduzida, também erroneamente, por aposentadoria. Ao se dizer “aposentado” entende-se “velho” e vice-versa.

Para melhor compreender a relação entre aposentadoria e velhice, entendemos esta última como a etapa derradeira da vida de uma pessoa com idade avançada. Por envelhecimento, entendemos o processo das mudanças que ocorrem ao longo do tempo nos planos físico/biológico, social e psicológico. Quanto ao termo idoso, nós o usamos para nos referir a pessoas com mais de 60 anos de idade.

Alguns autores procuraram definir o significado da aposentadoria em sua relação com a velhice. França (1999 apud BEGER 2003), por exemplo, diz que o termo aposentadoria está associado à idade. Para Guillemard (1987 apud BEGER 2003), a aposentadoria corresponde ao momento em que o empregado “é decretado profissionalmente velho”. Moragas (1997) apud BEGER (2003) afirma que “para a maior parte da população, a aposentadoria define legal e convencionalmente a entrada na velhice...”

No final do século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo, começou a valorização do jovem como mão-de-obra mais efetiva e barata. A sociedade não demorou a convencionar um limite máximo de idade para o trabalhador que, ao atingí-lo, era “expulso” do seu trabalho e abandonado à própria sorte.

Por outro lado, o aumento da expectativa de vida faz com que a aposentadoria seja uma etapa cada vez mais extensa da vida. Essa longevidade se deve a vários fatores, entre eles os avanços da tecnologia e da medicina que estão a serviço do homem, o estilo de vida, as orientações nutricionais, as práticas corporais e os exercícios especializados que visam a manutenção dos movimentos.

A aposentadoria corresponde também à fase da vida que se relaciona diretamente às mudanças biológicas e fisiológicas desencadeadas pelo envelhecimento, sejam hereditárias e/ou adquiridas através dos costumes praticados ao longo da existência, juntamente com outros tipos de mudanças que determinam a qualidade de vida dos mais velhos.

O modelo das relações de trabalho praticadas em nossa sociedade, associado ao período de maior produtividade do ciclo de vida humano, concentra-se na vida adulta – de 25 a 50 anos. No entanto, o período quinquagenário, que coincide com as evidências de envelhecimento corporal, não incapacita o indivíduo para o trabalho e para uma vida produtiva.

A aposentadoria está diretamente vinculada, também, à relação entre tempo de contribuição e idade cronológica mínima. Ainda assim, existe a possibilidade da aposentadoria precoce, na faixa dos 45 a 50 anos de idade. As relações entre apo-

sentadoria, velhice e capacidade de trabalho estão, portanto, condicionadas ao sistema previdenciário, às relações de trabalho entre empregado e empregador e também à capacidade de resposta do funcionário às exigências do mercado de trabalho que, num certo momento, o exclui.

Assim, o trabalhador se vê, de repente, fora do mercado de trabalho e sem preparo para uma vida pós-trabalho. Além disso, quanto mais a pessoa envelhece, maiores são as possibilidades de vir a ter limitações físicas, ou seja, de chegar a um estágio de dependência, com perdas de autonomia nas atividades da vida diária, evidenciando-se, então, a necessidade de cuidados de familiares e de cuidados especializados na área da saúde.

Mas sabemos que a sociedade não está preparada para atender às necessidades da dependência decorrente do processo natural de envelhecimento. Os familiares, em geral, não estão preparados para assumir a assistência especial ao idoso e, quando o fazem, é com grande sacrifício, desgastes e conflitos emocionais e psicológicos. Esse despreparo acaba criando sérios problemas nas relações familiares, seja porque os familiares não conseguem aceitar a própria incompetência para tais funções, seja porque se dão conta da impossibilidade da família arcar com os custos referentes a profissionais especializados envolvidos.

A Bélgica e a Holanda, na década de 1950, foram os primeiros países a conceder uma aposentadoria (entendida como remuneração) para quem parava de trabalhar. No Brasil, foi a partir da década de 1960 que os trabalhadores passaram a contar com uma remuneração após um período de 30 ou 35 anos de trabalho.

Pode-se entender aposentadoria como direito adquirido a uma remuneração, segundo Motta (1981 apud BEGER 2003), que “deveria satisfazer as necessidades de quem a recebe...”. Ferrari (1996 apud BEGER 2003) afirma que “não podemos nos esquecer de que a aposentadoria é uma extensão do direito universal ao trabalho”.

A aposentadoria - entendida como o conjunto das leis que regulamentam as condições da retirada de um trabalhador do mercado - aparece como uma das mais fortes formas de organização de normas sociais do nosso sistema sócio-político. Esse é um fenômeno que, no Brasil, surge de forma estruturada no século XX, na era Getúlio Vargas. (SALGADO, 1989)

A aposentadoria é um período em que a pessoa recebe remuneração sem trabalhar, sem que isso acarrete desaprovção social (LEITE, 1993 apud BEGER, 2003). É um direito adquirido pelo trabalhador e não uma sentença de morte. Mas, pela própria demanda socioeconômica e pelo aumento da longevidade, corre o risco, atualmente, de perder a característica de premiação para assumir a de punição.

Todos os autores acima citados se referem a uma das questões da aposentadoria: o direito legal à mesma, o direito a uma remuneração que satisfaça às necessidades básicas de subsistência, embora nem sempre isso aconteça. É o direito ao não-trabalho. Esses estudos também evidenciam a associação da aposentadoria à idade cronológica e, mais especificamente, à entrada na velhice. Esse é um concei-

to cultural que Guillemard, (1987apud BEGER, 2003) enuncia com clareza ao afirmar que a aposentadoria é o momento em que se decreta que o empregado é profissionalmente velho.

ASPECTOS ESTRUTURAIS DA APOSENTADORIA

Os estudos sobre aposentadoria constataam a existência de focos culturais - oriundos da própria estrutura da sociedade e de sistemas sócio-culturais e econômicos - que decretam simbolicamente a morte do empregado que, por direito legal, entra na fase da aposentadoria.

Em termos econômicos, a remuneração do trabalhador a partir do momento em que se aposenta - regida pela Consolidação das Leis do Trabalho e calculada com base nas últimas contribuições à Previdência Social - é significativamente menor do que o último salário do período profissionalmente ativo desse mesmo trabalhador. Além disso, tal remuneração será corroída pela inflação e por uma correção monetária insuficiente ao longo dos anos, ocasionando a perda do poder de compra.

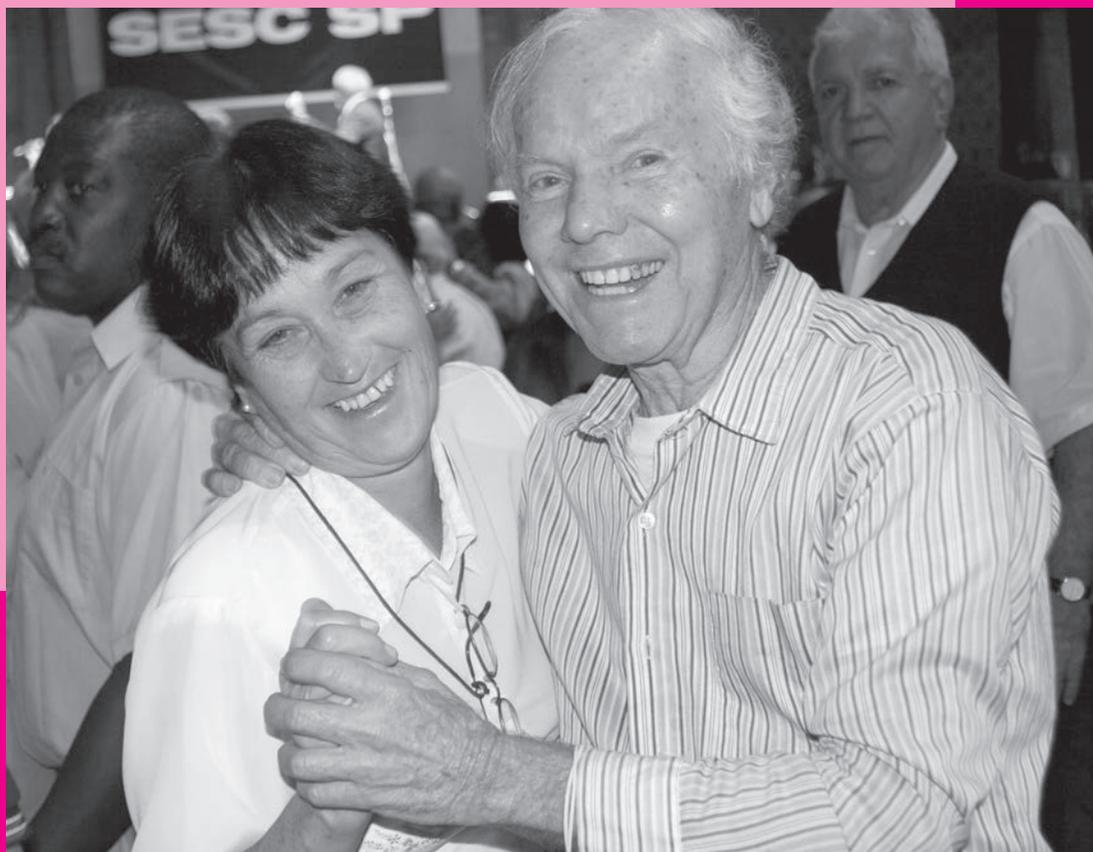
Em alguns segmentos do serviço público, no entanto, onde a aposentadoria é integral, por ser regida pelo sistema estatutário, a remuneração não sofre praticamente nenhuma perda. Mas hoje, como resultado das privatizações e das novas abordagens à gestão do sistema previdenciário, constata-se o desaparecimento gradual do sistema estatutário e a prevalência da C.L.T.. Além dessas formas diferenciadas para o cálculo das aposentadorias de empregados do setor privado e do setor público, outra variável é a manutenção ou não dos benefícios complementares por tempo de serviço, as gratificações por funções etc.

Os aspectos econômicos não justificam a importância do planejamento financeiro do orçamento familiar na aposentadoria, embora a ausência deste represente uma séria ameaça à construção de um “sonho” ou de um novo projeto de vida na fase pós-trabalho.

Em termos sociais, a aposentadoria significa também perda de papéis. Moragas (1977 apud BEGER, 2003) fala do “papel sem papel” do aposentado, já que a sociedade não reconhece qualquer função para ele. Salgado (1989) menciona o fato do aposentado se afastar da convivência em grupos. Trata-se aqui do papel social que, segundo o dicionário Aurélio, é

O conjunto de ações realizadas por um indivíduo em sua interação com outros indivíduos, tal como determinadas pela posição que ocupa na sociedade (v. status) e pelas expectativas daí decorrentes em relação a seu comportamento. [Para certos autores e correntes, é um conceito básico da análise sociológica, constituindo, segundo alguns, uma entidade social objetiva].

Analisando a vida de um indivíduo em períodos sucessivos de 5 anos, verificamos que, na primeira etapa, lhe é atribuído apenas o papel de filho, quando uma



“Os aspectos econômicos não justificam a importância do planejamento financeiro do orçamento familiar na aposentadoria, embora a ausência deste represente uma séria ameaça à construção de um ‘sonho’ ou de um novo projeto de vida na fase pós-trabalho.”

das expectativas da sociedade é a obediência. Nessa primeira fase, pertencer ao grupo já faz parte do repertório do indivíduo que, sendo por natureza um ser gregário, tem necessidade de pertencer a um determinado grupo social, sendo esse um papel que já lhe é cobrado pela sociedade.

Nos períodos seguintes, novos papéis são adquiridos e se somam aos anteriores. Na vida adulta, observa-se a concentração de um número maior de papéis a serem desempenhados, um acúmulo de tarefas e obrigações a serem realizadas, muitas vezes ao mesmo tempo.

Nas últimas etapas da vida, a partir da quinta década, começam a ser registradas algumas perdas, entre elas a do papel de empregado, de filho... e, à medida que se envelhece mais, outros papéis vão deixando de fazer parte do dia-a-dia, como o de motorista, o de atleta e tantos outros.

Algumas teorias sociais procuram explicar as relações do indivíduo envelhecido, retirado do processo produtivo do trabalho, com a sociedade. Uma delas é a Teoria do Desengajamento, de Cumming e Henry (1961). Essa teoria representa a primeira tentativa de explicar o processo de envelhecimento e as mudanças dele decorrentes nas relações entre o indivíduo e a sociedade, com base nas proposições do realismo funcional para a análise das condições dos idosos e de suas reações psicológicas e sociais frente à velhice. Segundo ela, o envelhecimento é um processo de desengajamento ou afastamento universal e inevitável, funcional tanto para a sociedade quanto para o indivíduo idoso.

Mas, na prática, observa-se a saída de “jovens idosos” para a aposentadoria, em plena capacidade produtiva e levando consigo a história, a competência funcional e os investimentos da organização neles depositados. É preciso considerar também que essa saída é seguida pela entrada de jovens sem esses referenciais – e nem sempre preparados para responder imediatamente às exigências do cargo. A falta de preparo para essas transições acarreta insegurança e conflitos de diferentes ordens, com conseqüências imprevisíveis e possibilidades de perda para a organização. A teoria do desengajamento foi fortemente criticada em termos teóricos e empíricos, mas a despeito de suas limitações teve profundo impacto no campo da Gerontologia¹ - o estudo do envelhecimento humano - ensejando novos estudos e pesquisas.

Outra teoria – a Teoria da Atividade – aborda a relação entre aposentadoria e inatividade:

A primeira idéia associada à aposentadoria é sempre a passagem da vida ativa à inatividade, ou seja, da cessação das responsabilidades relacionadas ao mundo do trabalho e da produção, com a autorização da sociedade e seu respectivo reconhecimento, expresso através de pensões e aposentadorias. (QUEIROZ, 1987 apud BEGER, 2003, p. 22).

¹ Gerontologia: termo usado pela 1ª vez em 1903 por Metchnicoff: Gerontologia Social, termo usado pela 1ª vez em 1954 por Clark Tibbits: Geriatria, termo usado pela 1ª vez em 1909 pelo médico Nascher. Ele fundou a Sociedade de Geriatria em NY em 1912 e publicou o livro “Geriatrics” em 1914.

Na verdade, quase todo mundo almeja o merecido repouso, o tempo livre, a liberdade com relação a horários e obrigações. Entretanto, passada a euforia inicial, a inatividade se transforma em fonte de sentimentos de inutilidade e solidão. Por outro lado, teorias psicológicas defendem que são muitos os desajustes na vida social, familiar e psicológica do indivíduo que, por motivo de aposentadoria, é afastado do trabalho, perdendo com isso “um importante sobrenome”: o nome da instituição onde trabalhava, cuja representação simbólica é a de uma família.

Uma das conseqüências da perda de papéis sociais é o abismo que se abre entre o “homem trabalhador” e o “homem inútil”. Os papéis inerentes ao antigo emprego, cargo ou função, assim como os papéis de provedor do lar, de chefe de família, de companheiro de trabalho (ou “amigo”), dificilmente são substituídos por outros papéis. Constata-se que, quando desaparecem, instala-se em muitos aposentados o sentimento de inutilidade, que pode gerar sérias patologias com graves conseqüências.

No Trabalho Social com Idosos do SESC SP, que atende cerca de 55 mil idosos em todo o Estado de São Paulo, são freqüentes os depoimentos de participantes sobre as conseqüências do sentimento de inutilidade. Os relatos surgem quando se discute os aspectos positivos da sua participação em atividades que representam uma melhor utilização do tempo livre, assim como a possibilidade de abandonar medicamentos prescritos para depressão e outras patologias de origem psicossomática, por não serem mais necessários. Embora não representem um estudo sistematizado, as fichas médicas de anamnese dos idosos que realizam atividades físicas expressam o caráter preventivo – de manutenção da saúde - e até terapêutico dessas atividades.

Entre as situações negativas consideradas mais freqüentes à época da aposentadoria estão: isolamento, solidão, desinteresse pela vida, alcoolismo, senilidade, morte social e, por último, a morte física – conseqüência da morte social aliada a doenças e distúrbios psicológicos. Mira Y Lopes apud CHAMUZEAU, diz que o impacto emocional da aposentadoria é a principal causa das alterações psicossomáticas geralmente atribuídas ao processo de envelhecimento. **Nesse impacto emocional reside todo o dano de uma aposentadoria que não foi planejada**² (BEGER, 2003, p. 29).

A aposentadoria pode ser considerada como um ritual de passagem que indica um novo status, uma nova maneira de se relacionar com o grupo social. É um acontecimento que, de certa forma, impõe aos indivíduos novos papéis, estabelecidos e cobrados pela sociedade.

Podemos obter informações, depoimentos, explicações ou detalhamentos de quem já vivenciou a aposentadoria, mas o sentimento de cada indivíduo, a maneira de lidar com este novo momento é particular, pertence a cada um e, por ser uma nova etapa da vida, deve ser minimamente planejada.

O trabalho pode ter sido o grande estímulo de vida para o indivíduo, já que

² Grifo dos autores

sempre esteve no centro de suas preocupações, ocupando assim a maior parte do seu tempo. Jaime Pacheco afirma que:

A escola pública do mundo ocidental objetivou formar o cidadão e o trabalhador, valorizando o trabalho assalariado como a maneira mais desejável para a realização do ser humano. Trabalhar assalariadamente era visto como a possibilidade de criar um mundo melhor, uma vida com mais conforto e maiores possibilidades de consumo. (PACHECO, 2004, p. 206).

Derivam daí - da educação, da estrutura familiar e da formação religiosa entre outras - as fortes expectativas, estímulos, supervalorizações e influências que giraram em torno do significado de trabalho e que marcaram a formação dos valores sociais e culturais das gerações ao longo do tempo.

De Masi (1999 apud RODRIGUES, 2001) é um autor que postula a necessidade de mudança de alguns valores e paradigmas em relação ao trabalho e ao ócio. Ele defende a possibilidade de um ócio produtivo. Para isso, seria necessário alterar a idéia que se tem de ócio como sinônimo de preguiça.

A necessidade que os aposentados têm de continuar trabalhando de alguma forma não se limita à complementação da renda (razão alegada por eles) e ao preenchimento do tempo livre, mas parece reforçar a idéia de que há uma construção simbólica em relação ao trabalho, que lhes confere reconhecimento social e, no caso dos homens, da própria masculinidade.

Ao apontar e interpretar a transformação do trabalho na sociedade pós-industrial e ilustrar a transformação do lazer, De Masi (2000) aborda fatos históricos que marcaram o que ele considera uma tríplice transformação. Sua primeira fase é caracterizada pela produção rural, a segunda pela sociedade industrial e a terceira pela sociedade pós-industrial. Na primeira e mais longa, em que predominava a agricultura, o poder estava nas mãos dos proprietários de terra. Na segunda, o epicentro era a produção de bens industriais em grande escala e por último, na sociedade pós-industrial, a produção passa a ser de bens imateriais em grande quantidade (serviços, informação, estética, símbolos e valores).

Todas estas mudanças foram determinadas por fatores como o desenvolvimento tecnológico e científico, além do desenvolvimento do processo organizacional, em que os marcos importantes são Taylor e Ford. Passou-se a organizar cientificamente o trabalho, depois a escola, a sociedade e, agora, o tempo livre.

De Masi (2000) é imperativo ao afirmar que:

É necessário criar um modelo que não se baseie no trabalho, mas sim no tempo livre. O problema não é administrar o tempo: antes de administrá-lo, é necessário criar um modelo de vida baseado nele, o que ainda não existe.

As principais conseqüências da transição da industrialização para a era pós-industrial são: o aumento da longevidade, um maior bem-estar e um aumento exponencial da população. Segundo ele, o indivíduo sempre desejou viver o maior

tempo possível, sofrer o menos possível e trabalhar o menos possível. Dentro dessa idéia, ele faz uma descoberta muito interessante com base num estudo sobre 18 paraísos: em nenhum deles se trabalha. Conclui ele: se o trabalho fosse um valor positivo, no paraíso se trabalharia. O trabalho é uma grande “invenção industrial” e fruto de toda uma formação cultural.

Um Programa de Preparação para a Aposentadoria pode ser entendido como um programa de preparação para o não-trabalho, para o tempo livre. Sua finalidade principal é, talvez, desconstruir a idéia de que o trabalho é um dever e o ócio um pecado, o pai dos vícios e da anarquia. O pré-aposentado precisa aprender a nada fazer e a saber quais são os lugares certos para isso.

“El hombre que trabaja pierde un tiempo precioso.” (Provérbio espanhol)

APOSENTADORIA E PPA: UM BREVE HISTÓRICO

No final da década de 1970, o Brasil era considerado um país de jovens. No SESC, estudiosos do envelhecimento e profissionais que desenvolviam programas para pessoas idosas perceberam, por meio de entrevistas, que os aposentados que não se preparavam para se retirar do mercado de trabalho apresentavam dificuldades de adaptação àquela fase da vida. Por isso, foram desenvolvidos, por essa instituição, os primeiros modelos de programas, através de palestras sobre temas anteriormente apontados, na expectativa de melhor preparar os trabalhadores para as consequências da aposentadoria.

O primeiro modelo de PPA foi desenvolvido no SESC Consolação (SP), de outubro a dezembro de 1980, para atender diretamente os trabalhadores de diferentes organizações que estavam em vias de se aposentar e que aderiram espontaneamente ao programa de palestras. Os que vieram em seguida foram desenvolvidos para instrumentalizar representantes de RH das organizações, fornecendo-lhes orientações para a formatação de uma programação básica, adequada a cada uma delas.

A década de 1980 foi um período de freqüentes iniciativas de PPAs e a razão desse “boom” merece um estudo. De lá para cá, o interesse das organizações diminuiu consideravelmente. Algumas os mantiveram por algum tempo e por motivos diversos os abandonaram. As várias crises econômicas vivenciadas no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 fizeram com que as organizações promovessem redefinições orçamentárias, além de redefinir os papéis e funções de seus funcionários e os objetivos específicos de sua atuação no mercado, o que explica em parte a desaceleração dessas experiências.

Mesmo assim, existem ainda ações pontuais e diversificadas, direcionadas ao atendimento dos funcionários pelos departamentos de RH e Benefícios, entre outros. Atualmente, além dos responsáveis pelas áreas de RH e Benefícios, surgiram organizações de consultoria que elaboram, administram e desenvolvem os diversos programas para os trabalhadores. Em algumas organizações, tais programas foram estendidos aos cônjuges.

No setor público, a Companhia Energética de São Paulo, a SISTEL nacional e a Petrobrás foram as pioneiras. Da mesma forma, várias organizações privadas, como a Siderúrgica Belgo-Mineira, a IBM do Brasil, a Esso Brasileira de Petróleo, a Companhia Nestlé de Alimentos, a Companhia de Papel Aracruz e a Aços Anhangüera, seguiram a mesma trajetória.

Um programa de pré-aposentadoria não se propõe a eliminar nem a prevenir todas as conseqüências advindas da aposentadoria mas, em última instância, a estimular os trabalhadores a remapear seu curso de vida.

Apesar das poucas referências bibliográficas às experiências de PPAs, os resultados conhecidos são surpreendentes, revelando um alto grau de sensibilidade e aceitação dos vários gestores, além de um alto grau de envolvimento e comprometimento no desenvolvimento do programa, embora cada PPA tenha características e prioridades próprias, determinadas pelas organizações.

Um dos fatores de sucesso de um programa de preparação para a aposentadoria é o conhecimento prévio dado aos funcionários que dele participam. Outro fator é o diagnóstico, ou identificação de demandas, fundamental para que o PPA tenha um maior alcance em seus objetivos. É a partir dele que os graus de adesão e aproveitamento são significativos.

CONSTATAÇÕES IMPORTANTES

Uma das principais constatações diz respeito à unanimidade das organizações no tocante à importância do PPA, independentemente de estar desenvolvendo o programa, de pretender desenvolvê-lo ou de reconhecer sua aplicabilidade, tanto para os funcionários quanto para ela própria.

Isto se dá pela reciprocidade de reconhecimento entre organização e funcionários. Da parte do empregado, isso se traduz no respeito de quem sempre se identificou e respondeu às necessidades de desenvolvimento da organização, no orgulho de nela trabalhar e a ela pertencer - o que melhora seu desempenho funcional - e também na imagem positiva que ele faz da organização.

Na contrapartida, explicita-se no desejo dos gestores, mesmo nas organizações que ainda não desenvolvem o PPA, em proporcionar ao funcionário a oportunidade de projetar seu futuro de pós-trabalho e vislumbrar uma melhor qualidade de vida. Com isso, agrega-se à organização a imagem de socialmente responsável, tanto pelos funcionários e pela comunidade local quanto pela sociedade em geral, resultando num melhor clima de trabalho.

Apesar dessa reciprocidade tranqüila entre os dois lados, há ainda uma grande resistência à adesão e participação por parte dos atores envolvidos. De um lado estão os funcionários, que expressam receios, medo de aderir aos PPAs, muitas vezes por falta de consciência e pelo conseqüente despreparo para dimensionar a importância, a complexidade, a abrangência e a contundência em diferentes níveis - financeiro, psicológico, familiar - do impacto que possivelmente ocorrerá, ainda mais na falta de preparação para o pós-trabalho.

Tudo isso se dá pelas cobranças altamente propositivas e pelo posicionamento de respostas de superação a que somos estimulados pela sociedade ocidental e eminentemente capitalista. Instala-se então um bloqueio que faz com que o funcionário se recuse a perceber a possibilidade de problemas e tenha receio de se mostrar fragilizado diante de seus pares, independentemente dos diferentes papéis funcionais desempenhados na escala hierárquica da organização.

Uma sugestão para minimizar a possível resistência de funcionários em vias de se aposentar à idéia de participar do PPA é alterar o nome Programa de Pré-Aposentadoria para, por exemplo, Programa de Pós-Carreira. Este termo dá idéia de continuidade da rotina diária, ao contrário da palavra aposentadoria, que traz representações como: parada, ruptura, ultrapassado, descartável, improdutivo, incapaz. Algumas organizações usam o nome Programa Qualidade de Vida, que abrange não apenas o PPA, mas todos os programas oferecidos aos funcionários da organização.

Além da possível resistência oferecida pelos funcionários, há a resistência por parte das organizações, decorrente da cultura de priorização dos compromissos urgentes (e nunca resolvidos por completo), pendências que põem os PPAs – voltados aos funcionários – em segundo plano. Assim, fica-se à espera de um momento favorável para melhor analisá-los e entendê-los em sua dimensão de resultados para os empregados e para a organização. Quando chega esse momento, aí sim, surge a possibilidade de experimentá-los, implantando-os através da área de benefícios do setor de recursos humanos.

Na análise e avaliação dos PPAs, é preciso considerar também as diferentes cargas horárias para a sua realização. Quanto a isso, há algumas variáveis importantes como, por exemplo, o tempo considerado adequado para a realização do PPA - que costuma ser de 2 anos antecedendo a aposentadoria - e o tempo dedicado aos conteúdos desenvolvidos pelas organizações – que varia de 15 a 32 horas de treinamento concentradas em uma semana (tempo que, dependendo da dinâmica de sua realização, pode não ser suficiente.)

Em geral, se a organização tem 2 anos para oferecer o programa aos seus pré-aposentados, há a possibilidade de um melhor espaçamento de seu tempo de aplicação para um aprofundamento de conteúdos (conceitos e experiências), amortizando custos, permitindo uma melhor assimilação pelos participantes e evitando uma única retirada do funcionário, talvez muito longa, do seu posto de trabalho.

No entanto, as abordagens diferentes para a sensibilização dos empregados à participação do PPA, as formas variadas para sua implantação, os conteúdos programáticos

“Um programa de pré-aposentadoria não se propõe a eliminar nem a prevenir todas as conseqüências advindas da aposentadoria mas, em última instância, a estimular os trabalhadores a remapear seu curso de vida”.

distintos e as diferenças de carga horária para o seu desenvolvimento demonstram que cada organização encontra um modelo adequado às suas necessidades.

Às organizações que ainda não encontraram um modelo adequado em função do reduzido número de funcionários em fase de pré-aposentadoria, que se altera a cada ano, sugerimos a parceria com outras organizações em igual situação, viabilizando assim a implementação e o desenvolvimento do PPA.

Nas organizações do serviço público, o PPA ou assemelhado está vinculado à área de Atendimento de Pessoal Interno e o processo normativo para encaminhamento, aprovação e implantação do PPA se faz de forma mais lenta. O desafio não se concentra apenas na aprovação para a realização do PPA. Depois da aprovação pelas chefias superiores, surgem as dificuldades ligadas à alocação de recursos internos das diferentes ordens e às parcerias com outros setores da organização que nem sempre priorizam o PPA com a mesma intensidade. Isto se dá principalmente pela dificuldade de sensibilizar os envolvidos: chefias e funcionários.

Já na iniciativa privada, graças ao fluxo direto e ágil de encaminhamentos e tomadas de decisões, tais necessidades são assimiladas e agilizadas com muito mais rapidez do que nas organizações do serviço público. Normalmente, a partir da aprovação do PPA pela direção do setor competente, o RH estabelece um cronograma de implantação e desenvolvimento do programa, começando pela sensibilização dos funcionários e chefias com vistas à adesão ao mesmo.

Em algumas organizações entrevistadas, essa falta de sensibilização se estende aos níveis hierárquicos superiores, em especial à chefia imediata responsável pelo programa, que não priorizam o PPA entre os programas do setor em questão. Portanto, a sensibilização e a priorização são os grandes desafios a serem superados.

Constata-se também que é baixo o custo para o desenvolvimento de um PPA, graças à possibilidade de utilização de diferentes recursos internos da organização, envolvendo outros setores, bem como de se estabelecer parcerias com entidades da comunidade. Tais procedimentos, adicionalmente, enriquecem a proposta temática do programa.

Os custos são pontuais e ficam relativamente mais altos quando são utilizados recursos externos. É o caso de hotéis – por ocasião de encontros e seminários, que são atividades essenciais ao programa - que possam atender os funcionários em vias de se aposentar, cônjuges, ex-funcionários e equipe gestora do PPA. Mas o fator custo é perfeitamente assimilável pelas organizações, justificando-se pela relevância e resultados agregados, tanto para funcionários quanto para as organizações.

Ressaltamos também que a falta de avaliações nas várias etapas dos PPAs das organizações dificulta a tomada de decisões dos gestores para a correção e replanejamento do programa, centrado no atendimento às necessidades dos participantes e da organização. A maioria das organizações utiliza a avaliação de reação dos participantes nas seguintes situações:

- Fase inicial do planejamento - levantamento de necessidades e expectativas dos pré-aposentados,
- Fase de desenvolvimento do programa - realização de reuniões temáticas e encontros periódicos.
- Fase de encerramento – evento de interação e troca de experiências ao final do programa.

A outra forma de avaliação utilizada é a subjetiva, através da observação e análise dos comportamentos e depoimentos dos participantes e do envolvimento das chefias. É fundamental que os gestores de PPAs avaliem também a opinião dos demais funcionários sobre o programa disponibilizado aos colegas em vias de aposentadoria.

Uma análise geral poderá resultar em novas práticas na organização: modificar os sistemas de gerenciamento de desempenho para incluir as expectativas dos trabalhadores mais velhos comparadas às dos mais jovens; melhorar itens relacionados à saúde e à segurança; adequar as oportunidades de promoção para os mais jovens; dar mais valor às habilidades, às experiências e aos conhecimentos dos mais velhos, inclusive na formação de seus sucessores; corrigir processos de aposentadoria.

São também importantes as ações de monitoramento dos aposentados que participaram ou não do PPA, desenvolvidas através de atividades que promovam encontros periódicos e criem oportunidades para a troca de experiências e informações entre eles. Os estudos realizados a partir do monitoramento dos aposentados por um determinado período podem estimular e influenciar o aumento do número de organizações dispostas a introduzir o PPA para seus funcionários.

Na sociedade moderna, as organizações sociais atuam com o objetivo de melhor organizá-la e também de colaborar para a minimização das diferenças sociais. Considerando o aumento da longevidade e da população idosa, o tempo livre e as experiências dos aposentados, essas organizações podem dar uma valiosa contribuição preparando as pessoas que nelas trabalham para realizar ações comunitárias que incluam reflexões sobre a aposentadoria e suas implicações.

É importante que uma pessoa em vias de se aposentar e ao fazer suas escolhas para a pós-carreira, seja orientada a optar por:

- Trabalhar para a comunidade exercendo um trabalho voluntário. As orientações podem ser obtidas, por exemplo, nos Centros de Voluntariado e no Programa Voluntários do Comunitas, entre outros.
- Desenvolver uma nova carreira. A pessoa pode ser orientada, na própria organização, por consultorias específicas e, por exemplo, pelo GIFE e/ou o ETHOS.
- Empreender um negócio. Consultorias e cursos específicos - no SEBRAE e nas Universidades, por exemplo - podem prepará-la em gestão de negócios.
- Descansar e usufruir o tempo livre. Ela pode ser orientada quanto aos tipos de lazer e atividades disponíveis no SESC, SESI, ACM, Secretarias Municipais e Estaduais, por exemplo.

Pelo exposto, concluímos que não existe e nem deve existir um modelo único de PPA, pois o modelo a ser implantado em cada organização deve se adequar às suas características intrínsecas, à sua realidade cultural, à diversidade de suas necessidades e aos seus atores principais, o próprio objeto de legitimação do programa: os funcionários.

Referências Bibliográficas

ALZUGARAY, Domingo; ALZUGARAY, Catia (Eds.). *Guia da previdência: como garantir a sua aposentadoria*. São Paulo: Três, 2003. 98p.

BEGER, Maria Lucia Martuscelli. *Aposentados e livres... mas para quê? Os trabalhadores e a representação social do projeto de vida pessoal e da aposentadoria*. 2003. 130f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BERNARDES, Denis de M. Aposentadoria x cidadania. *A Terceira Idade*, São Paulo, v.11,n. 19, p. 22-35, abr. 2000.

BESSA, Heloisa Helena Pugliesi. *Formas de cessação da relação de trabalho*. 2001. 114f. Monografia (Especialização) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

CAMARANO, Ana Amélia. *O idoso brasileiro no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 22p. (Texto para discussão, 830). Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt012h.pdf> . Acesso em: 04 ago. 2004.

CAMARANO, Ana Amélia. *Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 858)

CHAMUZEAU J. L. *A posição do idoso no trabalho*. São Paulo: Assessoria da Coordenação de Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo, s.d. Apostila.

CHAVES, Jorge Bezerra Lopes. *A responsabilidade social na ocupação da força de trabalho da terceira idade*. 2001. 115f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Organizacional) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2001.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO. *Programa de preparação para aposentadoria - P.I.P.A.* São Paulo: CESP, 1997.

CORREIA, Erica Paula Barcha. *Aspectos da reforma da aposentadoria no setor público*. 2001. 214f. Tese (Doutoramento em Direito Previdenciário)- Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

CRITCHLEY, Robert K. *Reavaliando sua carreira*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

CUMMING, Helaine; HENRY, William. *Growing old*. New York: Appleton-Century-crofts, 1961.

- DAL RIO, Maria C. Trabalho voluntário como promoção de integração social do idoso. *A Terceira Idade*, São Paulo, v.13, n. 24, p. 57-72, abr. 2002.
- DE MASI, Domenico. Perspectivas para o trabalho e o tempo livre. In: SESC. DR. SP. *Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 121-137.
- DEPS, Vera Lucia. *A transição à aposentadoria na percepção de professores recém-aposentados na Universidade Federal do Espírito Santo*. 1994. 132f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- DUTRA, Joel de Souza. *Administração de carreiras*. São Paulo: Atlas, 1996.
- FARINA, Anete Souza. *Stress na aposentadoria: um estudo com grupos diferenciados por tipo de convívio social*. 1998. 186f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- FELIPPE, Lucio R. H. et al. *Programa de preparação para a aposentadoria: uma política de desenvolvimento humano*. Boletim do CRE, ano 5, no. 7, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/psico/artigos/lucio.doc>>. Acesso em: 04 ago. 2004.
- FERRIGNO, José C. Trabalho, aposentadoria e alienação social. *A Terceira Idade*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 9-15, out. 1989.
- GARCIA, Maria T.G. Auto-imagem na aposentadoria: mito e realidade. *A Terceira Idade*. São Paulo, v. 10, n.16, p. 35-46, maio 1999.
- GOLDMAN, Sara N.; PAZ, Serafim F. *Cabelos de neon*. Niterói: Talento Brasileiro, 2001.
- LOPES, Ruth C. Oficinas de orientação e revisão do projeto de vida. *A Terceira Idade*. São Paulo, v.10, n. 15 pp. 28-32, dez. 1998.
- LUQUET, Mara. *Guia valor econômico de planejamento da aposentadoria*. São Paulo: Globo, 2001. 134p.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. São Paulo: Atlas, 1996.
- MILNITZKY, Claudia; SUNG, Florence Sih; PEREIRA, Rodrigo Mendes. *Envelhecimento e políticas públicas: conquistas e desafios*. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA em Gestão e Empreendedorismo Social) - Fundação Instituto de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- NERI, Aguinaldo. Preparação para a aposentadoria. *A Terceira Idade*, São Paulo, v.10, n. 15 p. 19-27, dez. 1998.
- NICHI, Silvia Aparecida da Costa Fontes. *Programas de preparação à aposentadoria: aposentadoria e representações sociais*. 2000. 212f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.



Discutindo a Qualidade de Vida do Idoso



Resumo

No Brasil, vivenciamos um processo de acelerado envelhecimento da população. Segundo dados apresentados pelo IBGE, em 2004 existiam no país 16,7 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais. O presente trabalho se propôs a discutir sobre a qualidade de vida dos idosos levando em conta os aspectos subjetivos e sociais presentes nesta discussão. Os fatores subjetivos envolvidos na discussão sobre qualidade de vida são relevantes, pois são fruto das expectativas e anseios individuais de cada cidadão idoso. Porém, é necessário oferecer aos idosos – bem como a todo conjunto da população – um modelo de sociedade capaz de possibilitar educação em todos os níveis, com equidade e justiça social, para que possamos pensar numa sociedade com qualidade de vida.

Palavras chave: *qualidade de vida, idosos, envelhecimento, bem-estar*

Abstract

Brazil's population is going through a fast-paced process of aging. According to data provided by IBGE (Brazil's official department of demographic research), in 2004 there were 16.7 million people with ages equal or above 60 years old. The objective of this article is to discuss about the quality of life of elder people, considering the subjective and social aspects involved in this discussion. The subjective factors related to quality of life are relevant, because they derive from individual wishes and expectations of every elder citizen. However, it's necessary to offer to elder people – as well as to the population as a whole – a model of society able to provide education and social justice in all levels, not only to senior citizens but to the population as a whole. Only this way we can think of a society fulfilled in terms of quality of life.

Keywords: *quality of life, elder, aging, well-being*

KARLA MARIA BANDEIRA

*Assistente Social.
Mestre em Serviço Social
pela Universidade
Federal de Pernambuco.
Técnica de Trabalho
Social com Idosos do
SESC Casa Amarela/PE
kbandeira@pe.sesc.com.br*

INTRODUÇÃO

Um novo fenômeno social vem se apresentando em todo o mundo: o envelhecimento da população. A taxa de fecundidade foi consideravelmente reduzida e, paralelamente a isso, a expectativa de vida vem aumentando em todos os países. No Brasil, por exemplo, as pessoas maiores de 60 anos já representam 9,1% da população, contra 7,3% nos primeiros anos da década de 1990 (IBGE, 2003). Um aumento significativo e ao mesmo tempo preocupante, já que durante anos fomos conhecidos como um país jovem. No entanto, nunca fomos referência em políticas sociais para a juventude e tampouco somos agora para o segmento idoso – que até recentemente não era nem referenciado.

As políticas de atenção ao idoso são desconhecidas e muitas vezes descumpridas. Em princípio, a aprovação do Estatuto do Idoso em 2003¹ fortalece este segmento. Mas, como outras leis brasileiras, se não houver lutas, manifestações e reações, pouco do que está contido nesse documento será efetivado. Esta é uma das principais críticas que podemos fazer ao país, já que as leis nascem sem o devido reconhecimento e aplicabilidade, tendo que ser alvo de lutas para ser efetivadas.

O estatuto se propõe a ser o instrumento que colaborará na conquista da dignidade e da cidadania humana na terceira idade. Num país de forte desigualdade social, a aplicação desse estatuto se faz necessária, pois os idosos brasileiros vivenciam na velhice muitos dos problemas sociais a que foram submetidos durante toda a vida.

Para os que “nunca trabalharam” e comprovam miserabilidade, fica o estigma de serem sustentados por um benefício criado pelo governo: o BPC² (Benefício da Prestação Continuada). Para os que trabalharam e pertencem às camadas mais carentes, a aposentadoria também traz alguns estigmas, como o de peso social, de “vagabundos” e de improdutivos.

Diante dessa realidade, numa sociedade conhecida por uma das maiores desigualdades sociais, não desfrutar de uma vida com qualidade não é privilégio apenas do segmento idoso. Segundo dados apresentados pelo IBGE em 2002, o 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimentos dos 50% mais pobres, e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais do que os 40% mais pobres. Metade dos trabalhadores brasileiros ganha até dois salários mínimos e mais da metade da população ocupada não contribui para a Previdência. A qualidade de vida, tal como é evidenciada através da mídia nacional, merece ser alvo de reflexões e estudos: como alcançá-la num país com essa configuração social?

Para efeitos de análise, vamos privilegiar a discussão da qualidade de vida para a pessoa idosa³, já que este segmento é o que mais cresce atualmente na pirâmide

¹ O Estatuto do Idoso projeto apresentado a Câmara dos Deputados em 1997 pelo Deputado Federal Paulo Paim (PT-RS), tendo sido votado, aprovado e transformado na Lei Nº10.741 pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionado em 1º de outubro de 2003.

² O BPC substituiu a renda mensal vitalícia, que garantia um rendimento mensal a idosos acima de 70 anos. Foi instituído em 7 de dezembro de 1993 como dispositivo da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), e garante um salário mínimo ao idoso com 67 anos e a pessoa com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família.

³ A “pessoa idosa” à qual nos referimos no texto, são os indivíduos com mais de 60 anos e em condições de pobreza.

meida etária brasileira. No entanto, sabemos que a utilização cotidiana desse termo permeia outros segmentos.

Atualmente, há uma preocupação excessiva com a qualidade dos produtos a serem comercializados no mercado. No mundo do trabalho, são vários os programas que visam difundir o ideal de qualidade na produção, fazendo disso o ponto mais importante do processo. “Com um amplo espectro interventivo, eles vêm priorizando, na sociedade, a qualidade dos processos e produtos, em detrimento da qualidade de vida no trabalho” (ABREU, 2002).

Neste artigo, não vamos nos aprofundar na relação entre produção, trabalho e qualidade de vida. Estamos nos propondo a elencar, nas páginas subseqüentes, o sentido atribuído ao conceito de qualidade de vida a partir das definições de alguns autores e de algumas ciências, fazer um breve retrospecto sobre as pesquisas mundiais sobre o termo e encerrar com a relação entre qualidade de vida e pessoa idosa.

DISCUTINDO A QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO

Vivenciamos, hoje, uma época em que o consumo e a estética têm destacado valor social. O sujeito parece valer o quanto pode consumir, a beleza física e a juventude são exaltadas constantemente pela mídia. A julgar por isso e por diversos discursos cotidianos, parece que foi encontrada a solução para a vida dos habitantes do mundo: o que a humanidade precisa é de qualidade de vida.

São várias as ciências que utilizam o termo qualidade de vida (Psicologia, Sociologia, Economia etc.), sendo que algumas destacam seu caráter subjetivo. Mas o que se observa é que, quando utilizam essa expressão, poucos são os autores que trazem à tona a discussão sobre o conceito.

Sobre essa ênfase na subjetividade, ressalvas devem ser feitas, já que pode levar à desconsideração das condições básicas para uma vida saudável, que devem ser oferecidas por uma sociedade à sua população. Ter ou não qualidade de vida não é uma responsabilidade individual, mas fruto de uma série de fatores construídos socialmente, como condições dignas de trabalho e acesso à saúde para toda população.

Algumas ciências já trabalham o termo qualidade de vida, cada qual procurando relacioná-lo com sua área de conhecimento e suas características específicas.

Em medicina, a expressão “qualidade de vida” está associada, principalmente, à relação custo/benefício inerente à manutenção da vida de enfermos crônicos e terminais. A Economia, por outro lado, a associa à renda per capita, que funciona como indicador do grau de acesso da população aos benefícios da educação, da medicina e dos serviços sociais.

Em Sociologia, o conceito é mais abrangente, incluindo um conjunto de indicadores econômicos e de desenvolvimento sócio-cultural, identificados como nível ou padrão de vida de uma população. Quanto à política, a relação é feita com a equidade na distribuição das oportunidades sociais. Por fim, em Psicologia Social, “a experiência mais forte é a experiência subjetiva de qualidade de vida, representada pelo conceito de satisfação”. (NERI, 2000).



“...É importante lembrar que ter ou não qualidade de vida não é responsabilidade individual - fatores econômicos, sociais e culturais interferem diretamente no bem-estar de uma população.”

As discussões sobre qualidade de vida nesses campos do conhecimento são importantes porque, juntas, constroem maneiras de considerar o indivíduo em diversas dimensões. A característica de subjetividade encontrada em alguns estudos é relevante para pesquisas sociais sobre o tema, mas é importante lembrar que ter ou não qualidade de vida não é responsabilidade individual – fatores econômicos, sociais e culturais interferem diretamente no bem-estar de uma população.

Dois aspectos relevantes do termo qualidade de vida precisam ser destacados. Em primeiro lugar, é difícil precisar sua origem, mas certo é que sua popularidade aumentou significativamente com o aquecimento da economia após a Segunda Guerra Mundial, embora só na década de 1960 surgisse um verdadeiro interesse científico por esse conceito. Em segundo lugar, trata-se de uma expressão de uso rotineiro, sem grandes aprofundamentos e de escassas referências teóricas.

Na literatura, encontramos algumas abordagens do que vem a ser “qualidade de vida”. Assim, não existe um conceito universalmente aceito, já que o tema apresenta grande complexidade, requerendo uma análise profunda e cautelosa.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu qualidade de vida como a percepção que o indivíduo tem de sua posição na vida, dentro do contexto da cultura e do sistema de valores em que vive, considerando seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (FLECK et al., 1999).

Essa definição de qualidade de vida, difundida mundialmente pela OMS, parte da percepção individual, sendo essa percepção do sujeito a chave para a compreensão da existência ou não de uma vida com qualidade. Isso limita o conceito, pois certamente a qualidade de vida está relacionada a diversos fatores sociais que fogem ao controle individual.

Durante muito tempo, a discussão sobre qualidade de vida se confundiu com a discussão sobre prolongamento da vida. Sobre isso, comenta Simões (1996): “as ciências biológicas procuraram, de várias maneiras, prolongar a vida dos indivíduos”. Ele diz ainda:

Embora o desenvolvimento científico esteja contribuindo para prolongar a vida dos indivíduos, socialmente, aqueles que chegam à vida avançada sofrem vários preconceitos, como o de serem pessoas irrelevantes, de representarem algo menos que o adulto, de serem tratados com desprezo por políticas públicas, condenando-os muitas vezes ao isolamento. (MOREIRA, 2001).

O prolongamento da vida de uma população é identificado, de início, como fator positivo numa sociedade. Mas esse prolongamento deve estar associado a um acesso humano e adequado à saúde, à alimentação, ao lazer como direito, a um salário/aposentadoria compatível com as necessidades de gastos e a uma estrutura social que não marginalize aqueles que envelhecem. A esse respeito, Domenico De Masi destaca um aspecto essencial:

O prolongamento da expectativa de vida do ser humano, na sociedade atual, mostra que a longevidade só será associada à qualidade de vida se a pessoa idosa for mais informada e mais instruída...(MOREIRA, 2001).

Não basta uma sociedade com mais idosos: é necessário oferecer oportunidades de participação social aos mesmos, o que se dará, entre outras coisas, através do compromisso com o acesso à educação em todos os níveis, em todas as idades.

Assim, a qualidade de vida apresenta uma íntima relação com educação, já que é através desta que garantimos acesso à informação, o que contribuirá para uma vida com mais qualidade.

O nível de qualidade de vida na velhice está associado a alguns indicadores, como afirma Nascimento (2000):

Existem indicadores que, uma vez avaliados, podem oferecer um perfil bem preciso do nível de qualidade de vida em que está inserido o idoso. Entre estes, podemos citar, como os mais representativos, o grau de independência e autonomia, o nível médio de stress e a sensação de bem-estar.

No Brasil, o estudo organizado por Neri (1993), que deu origem ao livro *Qualidade de Vida e Idade Madura*, é a principal entre as poucas obras que discutem a relação entre os dois termos.

Neste livro, mais especificamente no artigo de sua autoria, a autora apresenta um resumo dos dados e das formulações teóricas sobre o tema, considerando prioritariamente estudos americanos a esse respeito.

Os estudos sobre qualidade de vida apresentados nesse livro demonstram que ainda estamos amadurecendo nessa discussão. Na verdade, a discussão sobre o significado e o valor do termo é recente no país e parece

estar mais ligada à área de Educação Física. Mas a discussão não se concentra na pessoa idosa e também não há uma definição clara. Boa parte da literatura especializada na área de Educação Física e Ciências do Esporte - onde a relação é entre as variáveis atividade física e qualidade de vida - não especifica de forma clara as definições conceituais e operacionais relativas ao constructo “qualidade de vida”.

Nesse campo do conhecimento, a qualidade de vida é associada a vários fatores, como controle do tabagismo, hábitos alimentares e estilo de vida, mas sua importância é discutida principalmente em termos de práticas de exercícios e cuidados com o bem-estar físico.

“Não basta uma sociedade com mais idosos: é necessário oferecer oportunidades de participação social aos mesmos, o que se dará, entre outras coisas, através do compromisso com o acesso à educação em todos os níveis, em todas as idades.”

Os pesquisadores da Escola de Chicago – Carvan, Burgess, Havigurst e Gold Hammer – são pioneiros na discussão do conceito de qualidade de vida. “Segundo os conceitos que resultaram desses primeiros investimentos, envelhecer bem significaria estar satisfeito com a vida atual e ter expectativas positivas em relação ao futuro.” (NERI, 1993)

Posteriormente, ainda no trabalho de Neri, foram apresentados os estudos desenvolvidos pelo grupo de Kansas, sob a liderança de Havighurst, Neugarten e Guttman, que estabeleceram quatro condições para um bom envelhecimento: 1) atividade; 2) capacidade de afastamento; 3) satisfação com a vida; 4) maturidade ou integração da personalidade.

Nessa trajetória de estudos sobre qualidade de vida, duas novas condições necessárias para um bom envelhecimento foram apresentadas por Williams e Wirths: 1) equilíbrio de energia entre o indivíduo e o sistema social e 2) um sistema social estável. Esta talvez seja a grande contribuição dos pesquisadores citados, pois um sistema social estável, não excludente, que conceda oportunidades, é uma das chaves para se ter qualidade de vida.

Os estudos da Escola de Chicago, do grupo de Kansas e de Williams e Wirths, apresentados e analisados no livro de Neri (1993), apontam para uma análise da qualidade de vida a partir de fatores que incidem na satisfação do indivíduo. Uma dimensão importante que surgiu foi a variável atividade, apresentada inicialmente como um dos determinantes da satisfação.

Vale ressaltar a análise da relação entre qualidade de vida e continuidade do desenvolvimento pessoal na velhice, apresentada por Ryff (1989), que fez uma revisão da literatura sobre essa relação e propôs um modelo integrativo baseado em seis pontos: 1) auto-aceitação; 2) relações positivas com os outros; 3) autonomia; 4) intencionalidade e direcionalidade na busca de metas na vida; 5) senso de domínio e 6) competência sobre os eventos do ambiente e da própria vida.” (RYFF apud NERI, 1993).

Mais especificamente sobre autonomia, Ryff (1989) faz as seguintes considerações:

A questão da autonomia do idoso é um aspecto fundamental ao seu bem-estar. A autonomia inclui a capacidade para a autodeterminação, para resistir a pressões sociais, para pensar e agir de certo modo e para avaliar o Eu por padrões pessoais. (RYFF apud DEPS, 1993).

A respeito da autonomia na terceira idade, é importante que o idoso não se perceba como dependente. Em geral, a dependência acarreta, em pessoas de qualquer idade, o estigma de peso ou incômodo – o que pode gerar problemas como solidão, isolamento e depressão.

Neri (1993) afirma que:

Identificar as condições que permitem envelhecer bem, com boa qualidade de vida e senso pessoal de bem-estar, é tarefa de várias disciplinas no âmbito das ciências biológicas, da psicologia e das ciências sociais.



De forma geral, ter uma boa qualidade de vida na terceira idade requer: boa alimentação, condições adequadas de moradia, estabelecimento e manutenção de contatos sociais, acesso a serviços de saúde e remuneração compatível com necessidades de gastos. Essa é, talvez, a principal barreira que os idosos brasileiros enfrentam, já que no Brasil o valor das aposentadorias⁴ é incompatível com as necessidades básicas de sobrevivência de um indivíduo, o que certamente é um dos fatores que o impedem de conquistar uma melhor qualidade de vida.

Para Neri (1993) “avaliar a qualidade de vida na velhice implica a adoção de múltiplos critérios de natureza biológica, psicológica e sócio-estrutural”. Nas pesquisas que a autora apresenta e analisa, destaca-se a relação estabelecida entre qualidade de vida e satisfação.

O aumento da expectativa de vida e do número de idosos pode ser considerado um indicativo positivo para um país, mas não se pode cair no equívoco de achar que viver muito é viver bem. Além disso, na discussão sobre a qualidade de vida de um segmento, é importante levar em conta os outros grupos sociais, pois, como já

⁴ Segundo os dados do IBGE de 2000, 44,5% dos idosos responsáveis por domicílios no Brasil recebem até 1 salário mínimo.

foi dito, num país como o Brasil, o “privilégio” de não ter uma vida com qualidade não é apenas do idoso.

Sobre isto comenta Debert (1994):

No Brasil, presenciamos um Estado incapaz de resolver problemas básicos da maioria da população, deixando os idosos em situação de extrema vulnerabilidade. Os mecanismos tradicionais de amparo à velhice se desfazem sem que novos mecanismos de proteção social tenham sido desenvolvidos. Além disso, aos problemas próprios do envelhecimento somam-se os problemas de uma população cuja experiência, ao longo de todas as etapas da vida, foi marcada por condições de vida amplamente desfavoráveis, que tendem a se agravar na velhice. A pobreza e a miséria da população brasileira em geral tornam-se, então, paradigmáticas na velhice.

Portanto, medir qualidade de vida é, sem dúvida, uma tarefa complexa, já que não existe uma definição consensual do seu significado. Além disso, na construção do termo, as opiniões dos sujeitos encerram sempre expectativas pessoais que eles estabelecem para as suas vidas, gerando a subjetividade da definição. Para um enfermo, qualidade de vida é ter saúde, para um jovem que anseia sair da condição de desempregado, o termo significa inserção no mercado de trabalho, para os que trabalham muito, qualidade de vida pode ser tempo para o lazer.

Segundo Dantas (2003):

Medir qualidade de vida é bastante complexo pelo fato de não se encontrar definição consensual sobre o que realmente significa. Por isso, o pesquisador deverá definir o que está considerando como qualidade de vida em seu estudo (...)

Qualidade de vida representa, segundo nossas reflexões, a concretização/realização das expectativas positivas estabelecidas pelo indivíduo para a sua vida. Mas, para que essas expectativas sejam concretizadas, é necessário que ele encontre uma estrutura social pautada em políticas sociais abrangentes e condições econômicas que lhe permitam sobreviver com dignidade e acesso a lazer, saúde e cultura. É essa a organização de sociedade que deve ser oferecida aos nossos jovens, adultos e idosos, para que possam ter realmente uma vida com qualidade.

CONCLUSÃO

O termo qualidade de vida tem que deixar de ser discutido apenas no âmbito das diversas ciências. É necessário que se torne um conceito explorado, difundido e, principalmente, que se transforme em meta social dos nossos governantes.

Os fatores subjetivos envolvidos na discussão de qualidade de vida devem ser analisados de forma cautelosa, já que não excluem a responsabilidade do setor público pelos idosos e pelo conjunto da população. O modelo de sociedade alme-

jado, com características não excludentes, que dê oportunidade de participação a todos, que conceda saúde, cultura, lazer e assistência de qualidade a toda a população, tem que ser alvo de pesquisas, mobilizações, negociações e ações.

Pelo estado de vulnerabilidade em que se encontram os idosos brasileiros, gostaríamos, com este artigo, de chamar a atenção para um repensar de políticas, programas e ações destinadas a este segmento. No entanto, qualidade de vida deve ser algo oferecido para todo o conjunto da população.

Por fim, se discutir qualidade de vida exige de nós a preocupação de ponderar sobre a vida de outras pessoas, preocupar-se com a qualidade de vida dos idosos requer um compromisso com todas as gerações, pois acreditamos que todos almejam viver com qualidade e desfrutar de uma velhice no mesmo nível.

Referências Bibliográficas

ABREU M.M. *Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

ARAÚJO, J.P. *Manual dos direitos sociais da população*. Belo Horizonte: O Luta-dor, 1998.

DANTAS, R.A.S. Pesquisas sobre qualidade de vida: revisão da produção científica das universidades públicas do estado de São Paulo. *Revista Latino Americana de Enfermagem*, São Paulo n. 11, p. 532-538, 2003.

DEBERT, Guita Grin. A aposentadoria e a invenção da terceira idade. In: *Antropologia e envelhecimento*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1994. (Textos didáticos, 13)

_____. As representações (estereótipos) do papel do idoso na sociedade atual. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: envelhecimento populacional, 1, 1997, Brasília. *Anais...* Brasília: MPAS, 1997.

DEPS, V. L. Atividade física e bem-estar psicológico na maturidade. In: NERI, A. L. (Org.). *Qualidade de vida e idade madura*. Campinas: Papirus, 1993.

FLECK, Marcelo Pio De Almeida et al. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL – 100). *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v.21, n.1, 1999.

GOMES, J.F. Geração de informação, trabalho e qualidade de vida: estudo da velhice no mercado varejista de João Pessoa - PB. *A Terceira Idade*, São Paulo, v.12, n.23, p. 35-51, 2001.

IBGE. *Indicadores sociais: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

MINAYO, M. Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira M. de Araújo; BUSS, Paulo M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.5, n.1, p. 7-18, 2000.

MORAGAS, Ricardo M. *Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida*. São Paulo: Paulinas, 1997.

MOREIRA, W. W. *Qualidade de vida: complexidade e educação*. São Paulo: Papirus, 2001.

NASCIMENTO, Mara C. R. et al. Qualidade de vida na terceira idade. In: PAZ, Serafim Fortes et al. *Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?* Rio de Janeiro: CBCISS; ANG/ Seção Rio de Janeiro, 2000. p. 121-138.

NERI, A L. *Envelhecer num país de jovens: significado de velho e velhice segundo brasileiros não idosos*. São Paulo: UNICAMP, 1991.

_____. *Qualidade de vida na idade madura*. São Paulo: Papirus, 1993. (Vivacidade).

SILVA, F. P. da. *Motivos para frequentar Universidade da Terceira Idade*. Atitudes em relação à velhice e bem estar subjetivo: um estudo metodológico. 2000. Relatório apresentado à FAPESP.

RODRIGUES, Nara Costa. *Conversando com Nara C. Rodrigues sobre gerontologia social*. Rio Grande do Sul: UPF, 2000.

RYFF, C. D. Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 57, n. 6, p. 1069-1081, 1989.

SIMÕES, Júlio Assis. Velhice e espaço político. In: BARROS, Myriam M. L. (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.13-34.

_____. *A maior categoria do país: notas sobre a constituição do aposentado como ator político*. Campinas: UNICAMP, 1994.

SIMÕES, Regina. *Corporeidade e terceira idade*. Piracicaba, UNIMEP, 1996.



Utilização da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) para a Qualidade de Vida dos Idosos do Lar dos Velhinhos - Viçosa, MG



Resumo

A mudança do idoso para as instituições asilares representa uma mudança de vida, a qual deveria proporcionar uma melhor qualidade de vida. No entanto sabe-se que muitas instituições não têm a infra-estrutura adequada para atender às necessidades dos idosos a fim de possibilitar autonomia, segurança e o desempenho de atividades culturais, físicas e sociais. Deste modo, o presente trabalho realizou um estudo de caso realizado no Lar dos Velhinhos, município de Viçosa/MG, e teve como metodologia utilizada a Análise Ergonômica do Trabalho (AET) objetivando levantar diagnósticos relativos às condições de vida dos idosos internados nesta instituição, a fim de recomendar medidas que possibilitem uma melhor qualidade de vida, minimizando a ociosidade vivenciada por eles e reduzindo o quadro de estresse e cansaço dos funcionários do Lar dos Velhinhos.

Palavras chave: idosos, instituição, qualidade de vida.

Summary

Moving to an institutional shelter represents a life change, which should provide a better quality of life to elder people. However, it is known that a lot of institutions are not equipped with the appropriate infrastructure to assist the senior citizens' needs for autonomy, safety and the performance of cultural, physical and social activities. Thus, the present article relates a case study accomplished at the Home of the Seniors, district of Viçosa, in Minas Gerais, using as methodology the Ergonomic Analysis of Work (EAW). The study's objective was to assess the conditions of the interned seniors' life in this institution, in order to recommend measures that may provide them with a better quality of life, minimizing the idleness lived by them and reducing the stress and fatigue of the Home of Seniors' employees.

Keywords: senior, institution, quality of life

ELIECIR SOARES PEREIRA

*Estudante do curso de Economia Doméstica da UFV
eliecir@yahoo.com.br*

SIMONE CALDAS TAVARES MAFRA

*Professora Adjunta do Departamento de Economia da UFV
sctmafra@ufv.br*

ALESSANDRA LIMA SILVA

*Bacharel em Administração pela UFV
assllsilva@yahoo.com.br*

JAQUELINE FIRMINO FIALHO

*Estudante do curso de Economia Doméstica da UFV
jafialho2@hotmail.com*

JULIANA ALEXANDRINO SANTOS

*Graduada em Economia Doméstica
jualexandrinos@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população brasileira é fenômeno crescente: a população idosa constitui hoje 8,6% do total da população, segundo dados do IBGE (2000). Estima também o IBGE que, neste século, o Brasil seja o sexto país do mundo em número de idosos. Os brasileiros estão vivendo em média até os 69 anos, quase 50% a mais do que na metade do século passado.

Trata-se de um rápido e violento aumento da população idosa, que vem assumindo papéis não previstos na literatura ou pelas políticas públicas. Dada a vulnerabilidade do mercado financeiro, a aposentadoria do idoso vem sofrendo defasagem na remuneração, não sendo suficiente para suprir necessidades básicas, de moradia adequada, alimentação, vestuário e assistência médica.

Outro fator agravante é que, sendo essa aposentadoria equivalente a um salário mínimo para a maioria dos idosos, estes precisam de terceiros para subsidiar sua sobrevivência. Por causa disso, acabam sofrendo discriminação da sociedade e, em muitos casos, da própria família. Assim, são postos pela família em instituições asilares.

No entanto, muitas dessas instituições não têm a infra-estrutura adequada para atender às necessidades do idoso, com espaços que lhe permitam viver com autonomia e segurança, desempenhando atividades culturais, físicas e sociais. Deste modo, a mudança do idoso para uma instituição asilar pode representar uma mudança para pior em sua qualidade de vida, podendo acarretar depressão, isolamento social ou até a morte por desgosto.

Numa abordagem contemporânea, a ergonomia considera a problemática dos idosos que residem em instituições asilares com o intuito de melhorar sua qualidade de vida. Segundo Vidal (apud TELLES 1995), a ergonomia tem como objetivo adaptar o trabalho ao homem, entendido aqui como transformador de energia e processador de informações: um ser social, responsável, emotivo, ansioso e que se defende do sofrimento.

Assim, ao adaptar o trabalho ao homem, a ergonomia tenta devolver a este sua dignidade. Usando como metodologia a Análise Ergonômica do Trabalho (AET), pode-se obter diagnósticos que permitam propor recomendações no sentido de proporcionar uma melhor qualidade de vida.

Este trabalho tem como objeto de estudo a instituição asilar Lar dos Velhinhos, no município de Viçosa/MG, uma entidade filantrópica que abriga 34 idosos em regime de internato.

Essa instituição funciona em dois edifícios com dois andares cada. No primeiro fica a recepção, a ala feminina com enfermaria, o refeitório, a cozinha, a despensa. No segundo edifício funciona a capela, a sala de televisão, o refeitório, a lavanderia, a ala masculina com enfermaria, os quartos particulares e para casais.

¹ Considera-se idoso, para efeitos da Lei n. 10.741/03, pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

² IHERING, Rudolf Von. A luta pelo direito. Trad. J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. p. 27.

Os dois prédios são ligados entre si por uma rampa, que os liga também à área externa (pátio).

O objetivo do trabalho é caracterizar os problemas organizacionais e estruturais do ambiente em que vivem os idosos, visando melhorar sua qualidade de vida.

2. METODOLOGIA

Este trabalho usa como metodologia a Análise Ergonômica do Trabalho (AET), que é baseada no sistema homem-tarefa, considerando os aspectos ergonômicos e sociais. Divide-se em três etapas: análise da demanda, análise da tarefa e análise das atividades.

O plano metodológico é composto por: (a) levantamento de dados no Lar dos Velhinhos (LV) através de entrevistas formais com questionário pré-estabelecido, verbalizações provocadas e espontâneas, visitas sucessivas, registros fotográficos; (b) interpretação dos dados coletados e observados, principalmente do discurso dos envolvidos, e posterior análise dos mesmos; (c) diagnóstico das situações de trabalho analisadas e recomendações de procedimentos ergonômicos para cada uma delas, através da confrontação do conhecimento técnico dos avaliadores com a fala dos entrevistados e com os dados de observação.

3. ANÁLISE DA DEMANDA

A demanda para o estudo ergonômico do trabalho teve como tema de interesse a Terceira Idade e o Lar dos Velhinhos/Viçosa-MG foi escolhido como objeto de estudo. As visitas à instituição revelaram, como principal demanda, a ociosidade dos idosos internados, que pode ser referendada através do discurso dos mesmos.

Constatada a ausência de qualquer atividade físico-social dos idosos dentro da instituição, procedeu-se à análise dessa ociosidade com o intuito de sugerir recomendações ou medidas que minimizem essa problemática. O objetivo é melhorar a qualidade de vida dos idosos e as condições de trabalho dos funcionários que lidam direta e indiretamente com eles, partindo da suposição de que a prática de uma atividade reduzirá os problemas de saúde física e mental dos internos, reduzindo por consequência o estresse gerado por tais problemas nos funcionários do Lar dos Velhinhos.

4. ANÁLISE DA TAREFA

A análise ergonômica da tarefa consiste no estudo das condições em que o trabalhador desenvolve suas atividades.

³MELO, Orfelina Vieira. O Idoso Cidadão. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1994. p. 25.

⁴SEGUIN, Elida. Proteção Legal ao Idoso. In: SEGUIN, Elida (Org.). O Direito do Idoso. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999. p. 9.

4.1 Dados referentes ao ambiente físico

4.1.1 Quartos da ala feminina

Os quartos femininos ficam no primeiro edifício (ver figura 1), a ala feminina da instituição, utilizada por vinte mulheres idosas. Há quartos com apenas uma moradora e outros com três ou mais moradoras. Em todos os quartos há um banheiro: pequeno, revestido de cerâmica escorregadia, com barras de apoio para o vaso sanitário e chuveiro. Há dois tipos de janelas: basculantes, que dão para o interior da instituição, e janelas de correr, mais amplas. As soleiras não são niveladas ao chão dos demais ambientes.

Não há padrão no mobiliário, formado por camas em formatos e tamanhos diferentes, guarda-roupas diversos, cômodas, cadeiras brancas de PVC, cadeiras de banho, camas de hospital para as acamadas. Alguns quartos têm cortina, televisão e rádio.



1. Quarto da ala feminina



2. Quarto da ala masculina

4.1.2 Quartos da ala masculina

Os quartos masculinos ficam no segundo prédio da instituição (ver figura 2) e são ocupados por onze idosos. Embora tenham duas camas ou mais, cada um tem apenas um morador. Em todos há banheiros: pequenos e com barras de apoio para o vaso sanitário e chuveiro.

São acomodações insalubres, com forte cheiro de mofo. A pintura das paredes está muito velha e, em vários pontos, descascada. O revestimento do piso é de PVC marrom claro e está em más condições. Os quartos têm uma janela com vista para a área externa do Lar dos Velhinhos, sendo algumas protegidas por grades. Não há cortinas. O mobiliário é semelhante ao dos quartos femininos.

4.1.3 Refeitório da ala feminina

O refeitório feminino fica no primeiro edifício (ver figura 3). É amplo, tem duas portas de acesso aos quartos - uma à esquerda e outra à direita - e uma

escada de acesso ao pátio e à cozinha. O mobiliário é composto por mesas altas de madeira revestida com fórmica, cadeiras brancas de PVC, duas poltronas baixas, um sofá de três lugares, uma televisão, uma geladeira, toca-discos e um aparador. O piso é de cerâmica escorregadia. As paredes são pintadas em duas cores: bege, do teto ao centro da parede, e azul, do centro ao chão. As janelas dão vista para o corredor da ala feminina e para a rua. Outras se abrem para o pátio. Uma escada dá acesso ao segundo pavimento do prédio, onde estão outros quartos, sala de televisão e a capela.

4.1.4 Refeitório da ala masculina

O refeitório masculino fica no segundo edifício (ver figura 4). É um ambiente pequeno, com duas mesas de madeira contíguas e cadeiras também de madeira. Há também uma televisão e um sofá de três lugares. As paredes e teto são pintadas de azul. O piso é de cerâmica escorregadia. Uma das portas dá acesso aos quartos masculinos do primeiro pavimento e a outra dá acesso ao pátio.

4.1.5 Corredores

Há somente um corredor no primeiro edifício (ver figura 5), que dá acesso à ala feminina (enfermaria, quartos e refeitório): tem, de um lado, a ala feminina e do outro uma parede com várias janelas amplas de correr, com vista para a área externa da instituição e para o segundo edifício. É revestido com a mesma cerâmica do refeitório. A parede é revestida com essa cerâmica do centro ao chão, sendo o restante pintado de branco. Em toda a sua extensão, tem bancos de madeira em ripas e quadros com fotos.

Na observação realizada no corredor, uma das funcionárias disse: “...quando fazemos a higienização do corredor com pano umedecido em água, o chão se torna escorregadio. Já cai algumas vezes...”

Em cada pavimento do segundo edifício há um corredor estreito e escuro, que dá acesso aos quartos. Seu revestimento é de PVC marrom claro.



3. Refeitório da ala feminina



4. Refeitório da ala masculina



5. Corredor da ala feminina

4.1.6 Cozinha

A cozinha tem suas paredes revestidas por azulejo branco e piso em cerâmica bege. Há nela uma geladeira, duas bancadas, dois armários (um deles suspenso), uma pia para higienização dos alimentos, uma mesa com quatro cadeiras, uma coifa, dois fogões semi-industriais em estado precário (ver figura 6), um deles sem a porta do forno (ver figura 7). Durante as observações na área da cozinha, a cozinheira fez um comentário: “Nem todos os dias as refeições principais, como almoço e jantar, saem nos horários certos porque os fogões estão ruins. Um deles não tem nem a porta do forno, impedindo que eu faça um bolo ou uma carne assada para servir aos velhinhos...”.



6. Vista parcial da cozinha



7. Fogão sem tampa no forno



8. Entrada do banheiro



9. Banheiro dos funcionários



10. Escada do primeiro edifício



11. Escada do segundo edifício

4.1.7. Banheiros

O banheiro de uso dos funcionários fica na enfermaria da ala feminina. Seu interior é revestido de azulejo do centro ao chão. Tem um vaso sanitário e um chuveiro, sendo que a pia fica na entrada do lado de fora. Tem também um varal, onde são penduradas roupas e toalhas. Esse banheiro é usado também como depósito provisório de roupas sujas (ver figuras 8 e 9).

4.1.8. Escadas

A escada do primeiro edifício dá acesso ao refeitório (ver figura 10), à cozinha e à área externa da instituição. Os degraus são estreitos e revestidos com cerâmica escorregadia. Em um dos lados há uma barra de apoio, que facilita a locomoção dos idosos.

Ligando os dois pavimentos do segundo edifício há uma escada revestida com cerâmica escorregadia, degraus largos e nenhuma barra em toda a sua extensão (ver figura 11).

4.1.9. Pátio

No centro do pátio há uma rampa de cimento, com corrimão em toda a sua extensão. Não existe cobertura. A rampa faz a ligação entre os dois edifícios e entre estes e a área externa. O espaço que existe sob essa rampa serve como depósito para o lixo da cozinha e tem um tanque com torneira, usado na higienização das latas de lixo e das mãos, para limpeza do pátio e irrigação das poucas plantas do jardim.



12. Rampa



13. Vista parcial do pátio

Toda a área externa do pátio é revestida com cimento, com plantas, em alguns pontos, compondo um jardim. É protegido por muros com grades que permitem a visão da rua. Nele se encontram três bancos de cimento, onde os idosos tomam banho de sol (ver figuras 12 e 13).

4.2. Avaliação das exigências do trabalho

4.2.1. Exigências físicas

Na sociedade moderna, velhice é sinônimo de inatividade. Assimilando esse conceito errôneo e carregado de preconceitos, o idoso deixa de levar uma vida ativa, comprometendo sua saúde e necessitando, cada vez mais, da ajuda de uma outra pessoa para realizar atividades básicas, como vestir-se, tomar sua medicação, ir ao banheiro etc..

4.2.1.1 Análise das exigências físicas

Segundo o Grupo de Idosos do Sesc Campinas (1999, p. 96), o envelhecimento como fato biológico não pode ser contido, mas é possível impedir suas manifestações patológicas. Por isso, os idosos não podem continuar sendo marginalizados e impedidos de participar da sociedade.

O avanço da idade traz uma série de limitações que podem deteriorar a qualidade de vida, já que a sociedade não oferece os meios adequados para contorná-las. Tais meios incluem: alimentação adequada, atividades físicas (dança, ginástica, caminhada, natação etc.), atividades mentais (jogos de memória, leituras de livros, dramatização, cálculo numérico “de cabeça” etc.) para que não haja perda de memória e, principalmente, atividades sociais (festas, teatro, sessão de cinema).

Todas estas atividades deveriam ser realizadas pelos idosos, mas nas observações feitas no Lar dos Velhinhos (LV) verificou-se que, lá, velhice é sinônimo de inatividade. As únicas atividades no dia-a-dia dos idosos são as de locomoção para fazer as refeições, dormir e assistir televisão. Devido a esse sedentarismo, os idosos

do LV estão mais propensos a obesidade, hipertensão arterial, doenças cardíacas, depressão, isolamento social, atrofia nos membros superiores e inferiores e perda de memória.

4.2.2. Exigências ambientais

De acordo com Guimarães (2000), o espaço habitado por um idoso precisa considerar suas necessidades físicas, proporcionando conforto e segurança. As ações preventivas incluem:

Rampas: devem ter piso externo áspero com marcações claras no caminho, proteção nas laterais, corrimões instalados numa altura adequada, espaço suficiente para acomodar uma cadeira de rodas, entradas e áreas de circulação largas, soleiras sem elevação.

Portas: devem ter um vão livre maior que 0,80m e ser relativamente leves. As maçanetas devem ser do tipo alavanca com fechadura ou trincos de segurança deslizantes, podendo ser usados cartões magnéticos ou controle remoto para aberturas automáticas. A maçaneta deve ficar na altura de uma pessoa sentada, considerando-se o uso de cadeira de rodas. São recomendadas também molas aéreas ou dobradiças com molas, que mantêm as portas fechadas.

Quarto de dormir: grande e próximo ao banheiro.

- Cama: larga, com cabeceira. O travesseiro deve ter de 0,45m a 0,50m de altura e o colchão deve ter densidade adequada ao peso do usuário. Telefone, interruptor de luz e unidades de alarme devem ficar perto da cabeceira.

- Mesa de cabeceira: deve ser cerca de 0,10m mais alta do que a cama, fixada ao chão ou à parede e com bordas arredondadas.

- Acessórios: abajur fixo na mesa ou na parede, relógio digital com números grandes, suporte para copos, copos de plástico ou metal, telefone e números de auxílio, lanterna na gaveta para emergências.

- Armários: arejados, com portas leves e de fácil acesso, cabineiro baixo, puxadores tipo alavanca, gavetas com travas de segurança nos deslizantes, luz interna ao abrir a porta.

- Janelas: de correr ou com sistema de abertura para dentro; persianas.

- Cadeira ou poltrona: ajuda na hora de calçar meias e calçados.

- Evitar: tapetes soltos, cortinas pesadas, fios elétricos e telefones soltos.

- Manter: pisos antiderrapantes, luz noturna, interruptores de luz próximos à cama.

Banheiro: deve ter espaço suficiente para manobrar a cadeira de rodas ou mesmo para a circulação de duas pessoas; portas com 0,80m e abertura para fora; barras de apoio com superfície não escorregadia e capacidade para suportar o peso de um adulto - devem ser instaladas perto da pia, do vaso sanitário e do chuveiro, em alturas acessíveis.

- **Boxe/chuveiro:** o espaço interno deve ter uma largura mínima de 0,80m; o piso deve ser antiderrapante, nivelado com o chão do banheiro e ter ligeira declividade em direção ao ralo de escoamento; deve ter assento fixo para banho, com largura mínima de 0,45m e altura de 0,46m, ou uma cadeira de plástico; a saboneteira deve ficar numa posição acessível, sendo que a saboneteira para sabão líquido deve ficar a 1,20m do chão; os porta-objetos, como suporte para xampu, devem ser fixos; o porta-toalhas deve ficar bem perto do boxe, numa altura média de 1,30m; as torneiras devem ser de fácil manuseio (com apenas uma volta); o material usado no fechamento do boxe deve ser inquebrável e firme, podendo-se usar porta de correr ou cortina.

- **Vaso sanitário:** altura média de 0,48m a 0,50; descarga simples (caixa acoplada ou descarga por botão); ducha higiênica manual numa altura média de 0,45m do piso; sabonete líquido próximo; papeleira externa de fácil acesso numa altura média de 0,45m do piso; barras de apoio numa altura de 0,30m acima do tampo do vaso.

- **Bancada e lavatório:** altura de 0,80 a 0,85m, com torneiras de fácil manuseio, tipo alavanca, e protetor de ralo; a distância entre a torneira e a face externa frontal deve ser no máximo de 0,50m; barras de apoio junto ao lavatório; tomada e interruptores altos, em área seca (1,10 a 1,30m); sabonete líquido; porta-toalha alto (1,10m a 1,30m) e próximo.

- **Armários:** gabinete com área livre para movimentação das pernas no caso de cadeira de rodas, banqueta ou cadeira; espelho de aumento e frontal iluminado; apoio para escovas, lâminas, tubos e remédios em material inquebrável; prateleiras internas em material inquebrável; gavetas com travas de segurança.

- **Evitar:** prateleiras de vidro e superfícies cortantes; quinas vivas; aquecedores a gás dentro do banheiro.

- **Manter:** luz de emergência e luz noturna; intercomunicador; piso cerâmico antiderrapante.

Refeitório: paredes em cores claras, com diferentes cores e texturas para estimular; iluminação uniforme, contínua e antiofuscante - três vezes mais forte do que o normal.

- **Cadeiras:** sem braços de apoio lateral; com espaço livre para movimentação no entorno.

- **Mesa:** altura média de 0,75m, bordas arredondadas, sem tapete embaixo.

- **Evitar:** cortinas pesadas.

- **Manter:** pisos antiderrapantes; luz noturna nas circulações; interruptores de luz em altura confortável (1,10m) nas entradas e saídas; ambiente livre de obstáculos; talheres, pratos e copos de plásticos ou metal.

Escadas e áreas de circulação: corrimãos ao longo dos degraus numa altura média de 0,80m; proporção entre largura e altura dos degraus; demarcação no início e no fim dos degraus; as rampas devem ter uma declividade máxima de 10%, piso antiderrapante e largura suficiente para comportar uma cadeira de rodas.

Revestimento de piso e parede: o chão deve ter um revestimento antiderrapante, evitando-se cerâmicas com espaçamentos; as paredes devem ser lisas e em tons alegres, estimulantes e claros.

4.2.2.1. Análise das exigências ambientais

Considerando o ambiente em todos os seus aspectos, vários pontos observados merecem destaque.

Há muitos espaços com má distribuição do mobiliário, dificultando a locomoção dos idosos. Os móveis são desconfortáveis, mal conservados, de tamanhos e alturas inadequadas aos idosos como, por exemplo, as cadeiras e mesas do refeitório feminino.

Há muito ruído proveniente de caminhões, carros, pedestres e vizinhança, já que a instituição fica no centro da cidade e próximo ao Hospital São Sebastião.

Os revestimentos das paredes têm que ter sua cor modificada ou passar por manutenção. Algumas paredes apresentam manchas de mofo e estão descascando em alguns locais, evidenciando excesso de umidade ou emprego de material de baixa qualidade.

Há dois tipos de janelas: basculantes e de correr. As basculantes dão vistas para o interior da instituição (corredores ou pátio), são estreitas e não têm cortinas. As de correr dão vistas para a rua, são amplas e algumas têm cortinas. Em algumas janelas há grades.

A iluminação natural em alguns ambientes é deficiente, exigindo constante iluminação artificial. Há apenas um interruptor de luz, junto à porta de entrada do quarto.

O revestimento do piso é de cerâmica, não padronizado, com modelos e cores diferentes. É escorregadio e está se soltando em alguns quartos.

Quanto à segurança, os muros são baixos, com grades em alguns lugares.

A porta de entrada está sempre aberta e muitas vezes sem recepcionista.

Os equipamentos em uso foram doados à instituição, sendo alguns usados. Estão em estado precário, desgastados pelo uso e pela falta de manutenção. É o caso dos fogões, dos quais um já não tem mais forno funcionando.

4.2.3. Exigências sociais

Segundo o Grupo Fim de Tarde, BH/Mg (1999, p. 96), as relações sociais – afeto, respeito e vivência da sexualidade em todos os níveis – são uma condição para que os idosos se posicionem positivamente dentro da sociedade, se fortaleçam por inteiro e descubram novas motivações para viver intensamente seu último ciclo de vida.

Por outro lado, os idosos privados do convívio social tendem a se tornar agres-

sivos e resmungões, a entrar em depressão e a se isolar do mundo que os cerca. Apesar da velhice ser um estágio natural da vida, o idoso precisa de acompanhamento especial: consultas com médico especializado, atividades físicas, atividades sociais, interação com pessoas da mesma idade. Tudo isso ajuda a fortalecer o grupo como um todo e os idosos individualmente, tornando-os mais resistentes a agressões verbais e físicas, mais dispostos a fazer valer seus direitos de cidadãos, mostrando à sociedade que são seres humanos ainda capazes de viver em sociedade.

4.2.3.1. Análise das exigências sociais

No Lar dos Velhinhos, observa-se a ausência de interação entre a maioria dos idosos, que vivem isoladamente, fechados em seu próprio mundo. Além disso, quase não há visitas, da comunidade ou da própria família, o que deixa os idosos carentes de afeto, atenção e convívio social.

Verificou-se também que pouquíssimos deles saem de dentro da instituição. A maioria não tem vontade de sair, nem sozinhos e nem na companhia uns dos outros, ficando o tempo inteiro dentro da instituição.

Outro fator importante a destacar é que, na instituição, além dos enfermeiros, há apenas um médico, clínico-geral, contratado e um otorrinolaringologista, que é voluntário. Faltam fisioterapeutas, profissionais de terapia ocupacional e outros que possam proporcionar aos internos uma melhor qualidade de vida.

5 ANÁLISE DAS ATIVIDADES

5.1. Descrição das atividades (Rotina dos idosos)

O café é servido entre 7h30 e 8h30, sendo que alguns idosos fazem a refeição no quarto e outros no refeitório. Nesse momento, todos os funcionários cooperam entre si para a distribuição da refeição.

Após o café, os idosos tomam banho. Os enfermeiros fazem a troca do enxoval de cama e encaminham à lavanderia as roupas de cama usadas. Havendo necessidade, alguns dos idosos tomam outro banho à tarde. Alguns conseguem tomar banho sozinhos, outros precisam da ajuda do enfermeiro ou enfermeira.

Depois do banho da manhã, alguns tomam banho de sol, sentados no pátio, na varanda ou no corredor da ala feminina. Outros ficam deitados em suas camas, para descansar ou porque estão acamados. Alguns ficam assistindo televisão ou simplesmente sentados em algum dos ambientes da instituição.

O almoço é servido entre 11h e 12h30, no refeitório ou no quarto. Depois do almoço, alguns se retiram para o sono da tarde, outros ficam no pátio ou no corredor ou assistem televisão.

Entre 14h30 e 15h é servido o lanche e o jantar é servido entre 17h30 e 19h, repetindo-se a rotina já relatada.



6. DIAGNÓSTICO

O trabalho realizado revelou inúmeros problemas relacionados aos aspectos sociais, ambientais, organizacionais e técnicos - previstos nas hipóteses formuladas.

6.1. Aspectos sociais

- Inexistência de qualquer tipo de atividade física ou social pelos idosos.
- Insatisfação dos funcionários com o aspecto físico do ambiente de trabalho.
- Comunicação deficiente entre empregador e funcionários.

6.2. Aspectos ambientais

- Iluminação precária em alguns quartos; interruptores distantes das camas.
- Equipamentos ultrapassados, precisando de manutenção.
- Mobiliário com medidas inadequadas, muitas vezes desconfortáveis.
- Ausência de dispositivos de segurança para proteção da instituição (sendo que já ocorreram furtos).

- Banheiros muitos pequenos.
- Revestimento do piso: escorregadio e, em alguns lugares, desgastado.
- Acessórios insuficientes (não há porta-copos na cabeceira, nem campainhas para chamar os enfermeiros).
- Ausência de planejamento do paisagismo.
- Revestimento da parede: tons inadequados em alguns ambientes e pintura precisando de manutenção.
- Falta de barras nos ambientes, com exceção do banheiro dos idosos e da escada da ala feminina.

6.3. Aspectos organizacionais

- Não-otimização dos recursos financeiros e humanos da administração.
- Falta de treinamento regular para os funcionários.
- Ausência de campanhas sociais a fim de arrecadar recursos financeiros e humanos (voluntários) na comunidade.

6.4. Aspectos técnicos

- Falta de planejamento de rotina de atividades para os idosos;
- Ausência de convênios com outras instituições.

7 RECOMENDAÇÕES

7.1. Aspectos sociais

Recomenda-se à instituição realizar convênios com a Universidade Federal de Viçosa, que pode disponibilizar recursos humanos em diversas áreas (estagiários dos diferentes cursos):

- **Economia Doméstica:** treinamentos em desenvolvimento humano; administração de lavanderia; planejamento de rotinas de atividades para os idosos; elaboração de projetos de intervenção social.

- **Educação Física e Dança:** extensão do Projeto da Terceira Idade realizado na Vila Giannetti ao LV; promoção de cursos de dança.

- **Nutrição:** elaboração de cardápios de acordo com as necessidades de cada idoso, considerando as doações recebidas; promoção de treinamento sobre conservação e cocção dos alimentos.

- **Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Florestal e Geografia:** planejamento de adaptações tanto na estrutura física quanto no mobiliário; desenvolvimento de um projeto de paisagismo.

• **Ciências Contábeis, Administração e Secretariado:** promoção de treinamentos nas áreas de gerenciamento financeiro e recursos humanos.

• **Informática:** criação softwares que ajudem a promover a otimização dos recursos financeiros da instituição e o controle dos seus custos totais e por idoso atendido.

• **História, Pedagogia e Letras:** promoção de momentos culturais e educativos, que atendam aos interesses dos mesmos.

• **Direito:** auxiliar nas questões jurídicas, tanto da instituição quanto dos idosos, inclusive a legalização de aposentadorias e pensões.

Através de um convênio com a UFV, os estudantes universitários, por sua vez, contariam com mais um laboratório de estudos, já que a cidade não dispõe de locais para estágios ou para a realização de trabalhos de fim de curso.

Outro convênio de grande importância seria com a CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), requerendo deles doações como:

- Alimentos: supermercados, padarias, mercados etc..
- Vestuário: hotéis, lojas especializadas em roupas e calçados.
- Mobiliário: lojas especializadas, marcenarias.
- Eletro-eletrônicos: lojas especializadas.
- Revestimento e acabamento: casas de material de construção.
- Mão-de-obra: pintores, pedreiros, costureiros e outros.
- Fitas de vídeos: vídeo-locadoras.
- Entradas de cinema ou teatro: administração desses locais.
- Comunicação e divulgação: TV Viçosa e rádios locais.

Não se pode, entretanto, esquecer de que qualquer doação só tem significado para quem a recebe quando está num contexto de relações afetivas. Os idosos em regime de internato são carentes de afeto, sofrendo por não poder dar ou receber o afeto que imaginam merecer.

Desse modo, o significado do voluntariado é promover uma pequena transformação no mundo, transmitindo conforto, carinho e, principalmente, amor, dando maior significado à vida de quem dá e de quem recebe.

Por isso, outro convênio importante seria com as escolas. Uma campanha com um slogan do tipo “Adote um Vovô”, por exemplo, poderia ensinar às crianças o respeito aos idosos e estimular a troca de afeto.

7.2. Aspectos ambientais

Dada a urgência e a falta de recursos, recomenda-se prioritariamente algumas modificações, que podem ser efetivadas a curto e médio prazo:

- Manutenção periódica dos equipamentos em geral.
- Adaptação das escadas com fita antiderrapante e barras de apoio.

- Nova pintura em todo o ambiente.
- Eliminar o acúmulos de lixo na área externa.
- Cuidar do jardim.
- Adaptação do banheiro dos funcionários às suas necessidades.
- Distribuição adequada do mobiliário.
- Buscar novas doações de cadeiras de rodas e de cerâmica para os quartos da ala masculina.
- Adaptação do mobiliário do refeitório feminino.
- Adaptação da sala de TV para outras atividades de lazer.

7.3. Aspectos organizacionais

- Fazer um inventário de todos os equipamentos e mobiliários do LV.
- Levantar o custo de cada idoso para a instituição.
- Criar projetos de apadrinhamento dos idosos junto à comunidade.
- Planejar a rotina de atividades de cada funcionário, estabelecendo um período de descanso entre as atividades.
- Fazer um cronograma de atividades para os idosos.
- Realizar intercâmbios dos idosos com outras instituições.
- Organizar festas comemorativas, envolvendo a comunidade.

7.4. Aspectos técnicos

- Promover treinamentos específicos para os funcionários.
- Realizar dinâmicas de integração entre todos, funcionários e idosos, na instituição.
- Realizar avaliação mensal do desempenho das atividades, podendo haver premiação.
- Elaborar um boletim informativo à comunidade.
- Promover intercâmbio dos funcionários com outras instituições, como o Hospital São Sebastião e outros asilos, para troca de experiências e enriquecimento da aprendizagem.

8 CONCLUSÃO

O interesse inicial deste trabalho era estudar adaptações físicas, principalmente na área dos quartos. Mas, no decorrer da Análise Ergonômica do Trabalho (AET), foi possível fazer vários diagnósticos e, a partir daí, recomendar medidas que possibilitem a adaptação do ambiente atual do Lar dos Velinhos às necessidades dos idosos internos, a fim de lhes proporcionar melhor qualidade de vida no

último ciclo de suas existências. Um dos fatos que mais chamou a atenção na AET foi a ociosidade vivenciada pelos idosos na instituição, sendo este o problema mais urgente a ser solucionado.

A partir desse fato, constatou-se a falta de interação da instituição com a cidade em geral e com a Universidade Federal de Viçosa em particular, já que esta tem a possibilidade de realizar um projeto multidisciplinar para oferecer ao Lar dos Velhinhos - um programa de qualidade de vida dirigido aos idosos e aos funcionários responsáveis pelo atendimento prestado pela instituição.

A ergonomia vem mostrar que não é importante apenas a relação homem-máquina ou homem-trabalho, mas principalmente a relação homem-vida. Desse modo, faz-se necessário que o governo e a sociedade construam uma forte política social voltada para a terceira idade, já que as estatísticas mostram que, até 2020, o Brasil será um país de velhos. É preciso pensar nisso agora: senão, como será a nossa velhice e o nosso futuro?

Referências Bibliográficas

GOMES, C. S. *A realidade da aposentadoria do servidor público e seus efeitos sobre a qualidade de vida: o caso dos aposentados de Cataguases/MG*. 2002. Dissertação de Mestrado em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

GRUPO DE IDOSOS SESC CAMPINAS/SP. Esporte e atividades físicas. *A Terceira Idade*, São Paulo, v.10, n. 17, p. 96, ago. 1999.

GRUPO FIM DE TARDE BELO HORIZONTE/MG. Relações sociais. *A Terceira Idade*, São Paulo, v.10, n. 17, p. 96, ago. 1999.

GUIMARÃES, ELZA MARIA V. *Habitação e construção*. Viçosa, MG: ECD-UFV, 2000. Notas de aula.

IBGE. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

MONTEIRO, J. C. *Lesões por esforço repetitivo: um estudo de caso sobre a vivência do trabalhador portador de LER*. Florianópolis: UFSC, 1997.

SALOMÃO, M. V. N. de F. C. *Análise de instituições asilares: condições e qualidade de atendimento ao idoso na região metropolitana de Belo Horizonte*. 2001. Dissertação de Mestrado em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2001.

TELLES, ANA L. C. *A ergonomia na concepção e implantação de sistemas digitais de controle distribuído: algumas implicações a partir de um estudo de caso na fábrica Carioca de Catalisadores*. 1995. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção - Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

VIEIRA, M. Renda do idoso sustenta família. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 dez. 1999. Caderno de economia, p. 4.

Carta dos Idosos à Nação Brasileira Avaliando a Aplicação do Estatuto do Idoso



Cerca de 500 idosos representando grupos de Terceira Idade de todo o Brasil reuniram-se no SESC Pompéia, unidade do SESC São Paulo, na capital paulista, de 04 a 07 de outubro de 2005, para avaliar a implantação do Estatuto do Idoso no território nacional. As várias áreas temáticas do Estatuto, como Previdência, Assistência Social, Saúde, Profissionalização e Trabalho, Transporte, Habitação, Crimes contra a Pessoa Idosa, Educação, Cultura, Lazer e Esportes, Fiscalização de Entidades de Atendimento, foram analisadas tendo como referência as realidades das regiões brasileiras, das pequenas às grandes cidades, do meio rural ao meio urbano. Como resultado dos debates e reflexões, os participantes decidiram escrever uma carta aberta à nação que ora publicamos.

Os participantes do Encontro Nacional de Idosos de 2005 - Avaliação e Perspectivas da Implementação do Estatuto do Idoso manifestam seus sentimentos, idéias, propostas e aspirações a toda a Nação.

- Passados 21 meses de sua entrada em vigor, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) permanece desconhecido nas esferas administrativas federal, estadual e municipal e também é desconhecido pela maioria dos idosos brasileiros.

- Nossa proposta foi avaliar o quanto dessa lei vigora efetivamente. Fomos procurar respostas nas comunidades, grupos e associações locais e examinamos inúmeras experiências em diversas partes do país. Estudamos e discutimos a nossa lei - procuramos as concordâncias com ela e as discordâncias dela na realidade: nas ruas, no seio da família, na comunidade e nos locais de atendimento.

- Nossas observações e conclusões sobre esses quase dois anos de vigência do Estatuto indicam que o Poder Público ainda está longe de cumprir a sua parte. Mas mostram também que nós, os idosos, assumimos definitivamente a responsabilidade de participar da vida nacional, rumo a um mundo melhor para todas as gerações de brasileiros.

- Nas reuniões preparatórias – e durante este Encontro Nacional –, diversos grupos de idosos, das várias regiões brasileiras, discutiram o Estatuto, examinando as grandes questões que afetam o nosso dia-a-dia. O que se segue são as principais conclusões e propostas em cada um dos títulos abordados.

DO DIREITO À SAÚDE (Artigos 15 a 19)

Definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doença, a saúde é o bem mais importante de qualquer ser humano.

Segundo a Constituição Brasileira, ela é direito de todos e dever do Estado. E, de acordo com o Estatuto, cabe ao Estado assegurar a atenção integral à saúde do idoso por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS.

Mas a “atenção integral à saúde” prometida pelo Estatuto é um processo maior e mais complexo do que o atendimento deficiente atualmente prestado pelo SUS.

Criado há 17 anos, o SUS é inoperante e ineficiente diante do Estatuto: direitos são desrespeitados; falta atendimento domiciliar, inexistem programas permanentes de prevenção de doenças crônico-degenerativas; faltam recursos e medicamentos, faltam instalações físicas e equipamentos adequados.

- É necessário que a rede de atendimento do SUS seja totalmente informatizada para dar mais eficiência e agilidade no atendimento aos idosos e à população em geral.

- É necessário acelerar a criação das unidades de referência por regiões, com equipes especializadas para atendimento de qualidade ao idoso e com destaque à

humanização dos serviços de saúde. Essas unidades também deveriam estar abertas aos grupos de idosos para concentrar também atividades culturais, sociais e outras.

- É fundamental fazer valer o disposto no Art. 15, §2, que veda a discriminação do idoso nos planos de saúde através da “cobrança de valores diferenciados em razão da idade”, não cedendo às pressões das empresas desse setor e combatendo o monopólio que algumas delas tentam impor em determinadas regiões.

- O processo de implantação de Centros-Dia/Hospitais-Dia, em todo o Brasil deve ser acelerado e é absolutamente necessário para o atendimento de uma parcela importante da população idosa;

- As campanhas de vacinação de idosos, em todo o Brasil, devem ser programadas segundo o ciclo climático de cada região.

- É necessário cumprir, de forma simples e desburocratizada, o disposto no Art. 15 §2 do Estatuto, que determina o fornecimento gratuito de medicamentos, especialmente os de uso continuado, próteses, órteses e outros recursos necessários ao tratamento, habilitação e reabilitação.

DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER (Artigos 20 a 25)

Da mesma forma que em outras áreas, a mobilização em torno de nossas reivindicações, educacionais e culturais, é muitas vezes derrotada e desfeita por manobras que minimizam intencionalmente as nossas reais necessidades e supervalorizam em seu lugar outras atividades. Mas, numa visão global, a situação dos direitos dos idosos, no que se refere ao lazer, à cultura e ao esporte é menos dramática do que em outras áreas.

- Nas grandes cidades, em geral, respeita-se o direito ao ingresso com desconto e já há um mercado de turismo, espetáculos e outras atividades posicionadas para os idosos. Mas é preciso destacar que a maioria, vivendo com os poucos recursos de suas aposentadorias e pensões, não tem acesso à maior parte dessas atividades.

- Há também incentivos e programas gratuitos ou acessíveis, que mobilizam recursos comunitários, parcerias e outras formas de apoio, como grupos de convivência, escolas abertas, universidades para a Terceira Idade e outros.



Na área da educação, porém o quadro é mais grave:

- Falta o conhecimento das condições sociais do envelhecimento.
- Faltam programas educacionais específicos para os idosos e não há propostas objetivas em relação à inserção do idoso nos diversos níveis do ensino formal;
- O Brasil tem um grande número de idosos analfabetos e é necessário que sejam criados cursos de alfabetização especialmente dirigidos a essa grande parcela da população idosa, com metodologia adequada a esse segmento.
- Faltam verbas e, muitas vezes, os recursos existentes são cortados. Também não há equipamentos adequados para os processos de educação de idosos.
- Em sua maioria, as universidades abertas de Terceira Idade são pagas e oferecem poucas vagas, ou seja, excluem economicamente e não atendem à grande demanda de idosos interessados.

Na busca de soluções para tais problemas, os grupos organizados de idosos devem permanecer mobilizados e chamar a atenção da opinião pública para:

- Reivindicar a criação de cursos de formação e capacitação profissional para aqueles que trabalham em programas voltados para os idosos nas áreas da cultura, esporte, lazer e educação.
- Lutar pela criação de programas de inclusão digital para idosos, introduzindo o uso de computadores, o uso da Internet e o acesso dos idosos a novas tecnologias.
- Pressionar pela criação de um número maior de cursos, universidades e escolas abertas públicas e gratuitas.
- Valorizar a condição ímpar do idoso como transmissor da memória histórica, das tradições e dos valores culturais, através de programas que estimulem o encontro e a troca de experiências entre as gerações
- Exigir a abertura dos horários e espaços especiais nos meios de comunicação, como prevê o Estatuto, com finalidade educativa, artística e cultural e informativa quanto ao processo de envelhecimento.
- É absolutamente necessária a inclusão da educação para o envelhecimento nas grades curriculares do ensino fundamental, médio e superior.

DA PROFISSIONALIZAÇÃO E DO TRABALHO (Artigos 26 a 28)

Embora o Estatuto garanta o direito à profissionalização e ao trabalho e vede a discriminação em virtude da idade, inclusive em concurso público, persiste a exclusão de idosos no mercado de trabalho.

Quase 30% dos aposentados continuam trabalhando, pela necessidade de uma remuneração e devido às baixas aposentadorias - e muitos continuam sendo arri-mos de família.

É preciso haver uma forte mobilização, com o objetivo de exigir o atendimento

às necessidades de trabalho e profissionalização dos idosos, sem o paternalismo inconseqüente que nada resolve, é humilhante e conduz à dependência:

- O Estado deve criar serviços de informação, cadastramento e recolocação profissional específicos para idosos.

- É necessária a criação de programas de atualização, formação e qualificação profissional que considerem o potencial e as aptidões acumuladas da pessoa idosa, para a geração de renda, assim como o desenvolvimento de alternativas de atividade profissional, como cooperativas e outras formas de trabalho solidário, incluindo o suporte para escoamento da produção daí resultante.

- Também é fundamental a mobilização e a pressão para que sejam criados incentivos fiscais que beneficiem as empresas que empregam idosos, como estímulo à ampliação do mercado de trabalho para os maiores de 60 anos de idade.

DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (Artigos 29 a 31)

O sistema previdenciário brasileiro é um verdadeiro pesadelo para os trabalhadores, aposentados e pensionistas.

Ao contrário do que a Constituição e a Lei de Benefícios dispõem, não se aplica a política de reajuste que garanta a manutenção do valor real dos salários iniciais, já defasados em relação à renda do emprego. Isto provoca o empobrecimento progressivo dos aposentados e pensionistas e, por sua vez, gera a perda da autoestima, o desrespeito familiar e social e a diminuição da qualidade de vida.

Uma lei de junho de 2003, juntamente com o Estatuto, recuperou o direito à aposentadoria por idade, injustamente negada por muitos anos com a figura da “perda da condição de segurado”: agora é suficiente provar o cumprimento de um tempo mínimo de contribuição a qualquer momento. O Estatuto também estabeleceu o Dia Mundial do Trabalho (1o. de maio) como data-base para os reajustes dos aposentados e pensionistas.

- É importantíssimo continuar na luta pela autonomia da Previdência Social, pela aplicação dos recursos do governo federal e a criação de uma forma de gestão transparente, quadripartite (governo, empresários, trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas).

- Vamos prosseguir exigindo a recomposição das aposentadorias e pensões com base no número de salários mínimos da data de sua concessão, lembrando que para a grande maioria dos idosos, a única fonte de renda é a Previdência Social.

- Outra reivindicação fundamental é a utilização do mesmo percentual atribuído ao salário mínimo para o reajuste das aposentadorias.

- Exigimos também o fim do desvio dos recursos da Seguridade Social para o financiamento de outras necessidades do governo. O dinheiro arrecadado pela Seguridade deve ser usado somente para atender os orçamentos da Saúde, da Previdência e da Assistência Social.

- Outro aspecto que não pode ser esquecido é que o Estado deve criar mecanismos para agilizar o processo de concessão das aposentadorias, seja através da capacitação de pessoal para o bom atendimento aos idosos, seja facilitando o cumprimento das exigências para o encaminhamento e a aprovação dos processos.

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (Artigos 33 a 36)

Segundo o Estatuto, a assistência social aos idosos será prestada de forma articulada conforme os princípios e diretrizes da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional do Idoso e no Sistema Único de Assistência Social.

Neste capítulo, a nova lei reduz de 67 para 65 anos a idade mínima para a obtenção do BPC - Benefício de Prestação Continuada, condicionada ao limite de renda per capita no valor de 1/4 do salário mínimo; assegura que esse benefício já concedido a qualquer membro da família não será computado no cálculo da renda familiar, estabelecido na LOAS, e dispõe sobre as entidades de longa permanência que têm um importante papel na prestação da assistência social.

Ainda assim, há um distanciamento entre o Estatuto e a realidade, que se deve às dificuldades de acesso dos idosos aos recursos e à informação, e ainda à precariedade dos programas e serviços de assistência social.

- É preciso enfrentar o desafio de lutar pela manutenção e a ampliação dos programas de proteção social existentes; aumentar e qualificar a rede das entidades de longa permanência, para a efetiva proteção, abrigo e alimentação e oferta de atividades sócio-educativas.

- Prosseguiremos lutando pela manutenção do Benefício de Prestação Continuada, exigindo a alteração do limite de renda per capita de 1/4 do salário mínimo para 1 salário mínimo – e a extensão desse benefício também aos idosos em situação de vulnerabilidade na faixa dos 60 aos 64 anos de idade.

- Nos casos em que um idoso é mantido por aposentado ou pensionista que recebe apenas um salário mínimo, deve ser respeitado o mesmo critério do Estatuto para a concessão do benefício, não podendo ser contada a aposentadoria ou pensão na composição da renda per capita.

- É fundamental a criação de mais entidades públicas de longa permanência, cujo número insuficiente para atender às necessidades brasileiras, fortalecendo a rede de proteção aos idosos em situação de vulnerabilidade.

DA HABITAÇÃO - (Artigos 37 e 38)

A lei garante moradia digna ao idoso, no seio da família e em instituições públicas e privadas; garante também a prioridade na aquisição e a reserva de 3% das unidades construídas pelos programas habitacionais públicos; a implantação de equipamentos urbanos comunitários e a eliminação de barreiras que dificultem o

acesso do idoso e, ainda, critérios de financiamento “compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão”.

- Entretanto, o empobrecimento dos idosos devido às reduzidas aposentadorias e pensões, vem provocando o crescimento do número de idosos sem teto e sem alternativas dignas de abrigo e moradia.

Em grandes cidades, e onde já começa a haver políticas públicas para os idosos, já há algumas modalidades de atendimento que, entretanto, não são definitivas, não contemplam a aquisição prevista na lei, nem têm uma escala de atendimento condizente com a demanda. As famílias, muitas vezes, desconhecem suas obrigações legais, o que contribui para que as condições habitacionais dos idosos se tornem ainda piores.

- Continuaremos mobilizados, em torno de nossas organizações, para exigir o efetivo cumprimento Estatuto no campo da habitação – incluindo a plena divulgação dos programas e das condições de participação nos mesmos.

- Devemos pressionar o Poder Público, para que sejam efetivamente criadas modalidades de financiamento com “critérios compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão”, como determina o Estatuto.

- É preciso que sejam criados mais programas habitacionais, com real disponibilidade de vagas para os idosos - e desenvolvidos com todas as garantias de acessibilidade através da eliminação das barreiras urbanas e arquitetônicas como previsto na lei.

- Continuaremos reivindicando a criação – em larga escala e em todo país – de programas públicos alternativos, como a locação social, a bolsa-aluguel, repúblicas, condomínios e outras soluções cooperativas ou co-financiadas para os idosos.

- Também é necessário exigir do Poder Público a fiscalização dos programas de moradia existentes, denunciar irregularidades e o desrespeito aos dispositivos do Estatuto neste capítulo.

DO TRANSPORTE (Artigos 39 a 42)

Apesar da gratuidade dos transportes coletivos urbanos para os idosos ter sido instituída ainda na década de 1980, muito antes do Estatuto, esta é uma das áreas mais sensíveis no dia-a-dia dos idosos e ainda há muito a ser feito para garantir os direitos que lhes são assegurados em lei.

- A maior parte das empresas de transportes coletivos (terrestres, aquáticos e aéreos) ainda não cumprem o seu dever de implementar os melhoramentos

“É preciso que sejam criados mais programas habitacionais, com real disponibilidade de vagas para os idosos - e desenvolvidos com todas as garantias de acessibilidade através da eliminação das barreiras urbanas e arquitetônicas como previsto na lei.”

ergonômicos e de segurança em suas frotas e locais de embarque e desembarque para se adequar às necessidades dos idosos.

- Continuaremos pressionando as companhias de transporte para que invistam no treinamento e na capacitação de condutores e demais funcionários, garantindo a prestação de serviços de melhor qualidade, não apenas aos idosos mas à população em geral.

- É necessário exercer o máximo de pressão contra a recente liminar do STJ que beneficiou as empresas de transportes com a suspensão da reserva de vagas gratuitas e do desconto nas passagens previstas pelo Estatuto no caso dos transportes interestaduais (Art. 40).

- É nosso dever conscientizar a opinião pública de que essa liminar – somada à eliminação, pelo Senado Federal, dos direitos relativos aos transportes intermunicipais, previstos originalmente no Estatuto - indicam que o próprio conceito de gratuidade pode estar ameaçado, justificando a mobilização de toda a sociedade na defesa deste nosso direito.

DA FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO (Artigos 52 a 55)

A cada dia são criadas novas instituições, confirmando a expansão de um mercado bastante lucrativo de serviços aos idosos. Segundo o Estatuto, cabe ao Ministério Público, à Vigilância Sanitária e aos Conselhos de Idosos a apuração de irregularidades em entidades governamentais e não-governamentais.

Contudo, a fiscalização destas entidades tem sido deficiente: falta pessoal capacitado para este trabalho na área da saúde; o Ministério Público conta com poucas varas especializadas para essa fiscalização, e os Conselhos de Idosos, especialmente em nível municipal, não estão capacitados e instrumentalizados para exercer o seu papel fiscalizador.

- É preciso que seja intensificada e ampliada a fiscalização das entidades de atendimento aos idosos, com o objetivo de melhorar o padrão dos serviços, garantindo a proteção e o respeito que o Estatuto prescreve para eles.

- É necessário capacitar e instrumentalizar os Conselhos de Idosos, para garantir a função fiscalizadora que lhes é atribuída nos Artigos 52 e 53 do Estatuto e também intensificar o seu relacionamento com entidades como os Conselhos Municipais de Assistência Social, visando assegurar o atendimento às regras básicas e o conhecimento de todos os aspectos do funcionamento das instituições.

- É preciso, sobretudo, estimular a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Idosos, nos Estados e municípios onde ainda não existem; reivindicar a disponibilização de recursos para seu efetivo funcionamento para que possam desempenhar integralmente o seu papel.

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA IDOSA (Artigos 93 a 108)

O Estatuto é um código de direitos que propõe medidas de proteção e controle social e representa um avanço importante na luta pela afirmação da dignidade da pessoa idosa. Neste capítulo, ele cria um sistema jurídico em defesa do idoso, com regras processuais novas, que ampliam a competência dos juizados. E também define uma série de crimes contra a pessoa idosa e suas respectivas penas (detenção, reclusão e multas), facilitando a atuação do Ministério Público no combate ao desrespeito, ao abuso, aos maus tratos, à agressão, à violência e ao abandono que constituem as principais queixas dos idosos.

Mas para que esses avanços se efetivem na proteção devida à pessoa idosa, é necessário:

- Criar delegacias e varas especiais de juizado de idosos em todo o país.
- Formar equipes policiais especializadas, devidamente treinadas no atendimento às necessidades específicas dos idosos.
- Incentivar a realização de campanhas educativas, em todos os níveis, esclarecendo a população e sensibilizando as comunidades em relação aos crimes praticados contra os idosos.
- Estimular a aplicação de penas alternativas, de caráter educativo, para os agressores.
- Criar casas de passagem para idosos necessitados de proteção judicial, à semelhança das já existentes para crianças, adolescentes e mulheres.
- Pressionar o Ministério Público no sentido de coibir a propaganda enganosa de produtos financeiros destinados a idosos, e abusos como a retenção dos cartões magnéticos do INSS a título de garantia de pagamento dos empréstimos, que vêm ocorrendo em alguns casos.
- A pressão dos idosos organizados é fundamental, no sentido de fazer com que as denúncias sejam efetivamente apuradas e os culpados sejam punidos pelos seus crimes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo o que observamos e discutimos nestes dias, salta à vista a conclusão de que o Estatuto do Idoso ainda é um desconhecido. Até nas grandes cidades, que em geral já começam a implementar políticas públicas dirigidas a idosos, grande parte da população ignora totalmente a sua existência. O que se poderá dizer, então, das regiões mais remotas e com populações de baixa renda, baixa escolaridade e ainda sem recursos de atenção ao envelhecimento?

Em vista disso, entendemos que é fundamental a mobilização dos idosos e suas organizações, de todas as forças vivas da sociedade brasileira, empenhadas na criação e efetivação de uma política de envelhecimento, para que o Brasil possa se preparar para o fenômeno do envelhecimento populacional das próximas décadas.

É necessário realizar um grande esforço de divulgação e discussão do Estatuto do Idoso em escolas, faculdades, órgãos públicos, locais de atendimento e de trabalho, comunidades, enfim em toda parte, para que os direitos e deveres nele estabelecidos passem a ser conhecidos e praticados por todos os brasileiros – é a nossa tarefa e a de todas as idades, para que possamos criar uma vida de melhor qualidade para todas as gerações.

E, por fim, é fundamental que o governo e toda a sociedade brasileira reconheçam que os cidadãos da Terceira Idade constituem o mais valioso patrimônio de qualquer país que aspire ser uma nação verdadeiramente desenvolvida – não somente do ponto de vista econômico, mas ainda do social, do político e do cultural. Nós, os idosos, somos os depositários da memória cultural de nosso povo – a memória das lutas em prol da democracia, em seu sentido mais radical, de liberdade igualdade e justiça.

Já fizemos muito durante nossas vidas, mas ainda temos muito para contribuir.

São Paulo, 07 de outubro de 2005

Entrevista



Josepha Theotônia de Britto

Nossa entrevistada Josepha Theotônia de Britto levava uma vida comum até o dia em que participou de uma manifestação de aposentados na Praça de Sé, em São Paulo. A partir desse episódio, sua vida sofre uma radical mudança. Paulatinamente torna-se uma militante da causa do aposentado e do idoso. Destaca-se como dirigente sindical e desde 1995 é Secretária Executiva da Frente Parlamentar de Entidades Cíveis e Militares em Defesa da Previdência Social Pública. Como assessora do Senador Paulo Paim e a pedido deste, teve participação decisiva na elaboração do texto que viria a ser o Estatuto do Idoso.



REVISTA: *Conte-nos sobre sua história, infância, juventude...*

JOSEPHA: Gente, quase 73 anos é uma história comprida (risos)! Eu sou filha de imigrantes nordestinos que chegaram ao Rio de Janeiro, só que eu já vim “embutida”, já vim dentro do ventre materno quando meus pais chegaram ao Rio. Nossa família foi muito pobre. Sou carioca. Aos 11 anos perdi meu pai. Ele era alfaiate, trabalhava em casa, tinha uma vida difícil, muitos filhos. O conceito de pobre naquela época era um pouco diferente do conceito de pobre hoje, a gente não era assim miserável, a gente era pobre porque não tinha acesso a uma porção de coisas. Às vezes eu penso assim: não se faz mais pobre como antigamente, o pobre hoje quer ter geladeira, quer ter videocassete, quer ter DVD, quer ter suas coisas e acaba tendo, vai se endividando e acaba tendo até carro. Na minha infância a coisa era muito diferente, a gente não tinha essas ambições de consumo. Isso foi co-

locado na nossa cabeça depois, não sei se foi um bem ou um mal que aconteceu, mas a gente não tinha essa coisa de consumo. Eu andava de tamanco até os 13, 14 anos, numa boa. É claro, não ia de tamanco para a escola, porque eu estudei em escola particular.

REVISTA: *Como foram seus estudos?*

JOSEPHA: Fiz escola particular, apesar da dificuldade financeira de meu pai porque a escola era perto de casa, eu pedi a ele, pedi, pedi, insisti muito e ele acabou capitulando. Eu tinha quatro anos, ele pensou: “Ela vai, fica um pouquinho lá e passa”. Mas não, eu fui porque queria mesmo estudar. Então a professora acabou me dando o curso de graça, embora fosse uma escola particular. Convivi muito bem na escola com crianças de melhores condições de vida. Tentei e acho que consegui passar para a minha filha e tento passar para o meu neto, a importância de se conviver bem com gente rica e com gente pobre. Para fazer o ginásio pedi ajuda a um jornal, eles fizeram uma reportagem comigo e me conseguiram o colégio de graça, livros, uniforme, tive tudo. Recebi até mesmo um “salário” de 100 cruzeiros, dado por um advogado rico que leu a reportagem.

REVISTA: *Uma espécie de bolsa escola...*

JOSEPHA: É verdade, uma bolsa escola. Eu não tinha pensado nisso. Tinha um ordenado para estudar e como eu tinha tudo de graça, livros, escola, esse ordenado era o ordenado que a gente tinha para comer, porque nessas alturas meu pai já tinha morrido. Nós vivíamos daquele meu ordenado. Então chego hoje na minha idade e sinto o seguinte: aos dez anos eu já consegui praticamente prover a família e segui um pedido que meu pai me fez quase

morrendo, que eu cuidasse dos filhos dele. Aí não pude seguir terceiro grau, era mais complicado, eu tinha que trabalhar, já era muito mais difícil, naquela época era difícil a gente conciliar trabalho e faculdade. Não fiz. Não sinto falta de não ter feito, não. Tudo bem, acho que na vida tudo segue o caminho que tem que ser. Então comecei a trabalhar muito cedo e, por começar a trabalhar muito cedo, me aposentei muito cedo.

REVISTA: Começou a trabalhar com quantos anos?

JOSEPHA: Com 14 anos já fiz um trabalhinho informal. Aos 15 anos fui professora, também informal. Era uma cidade do Interior, onde o prefeito contribuía para a escola com duas professoras, a prefeitura pagava, uma era eu. Então eu dei aula durante um ano.

REVISTA: Você trabalhou na famosa fábrica de discos Copacabana, não foi?

JOSEPHA: Sim, mas antes trabalhei em um jornal (intitulado “A NOITE”), aquele mesmo que me ajudou a conseguir fazer o ginásio. Fiquei lá dois anos e depois fui para a Copacabana. Fiquei 38 anos nessa fábrica de discos, que era pequenininha, mas foi crescendo. Então eu me sentia dona daquilo lá também.

REVISTA: Como foi essa experiência na fábrica de discos?

JOSEPHA: Bem, eu fui crescendo junto com a empresa, eu fiquei 38 anos lá. Depois de aposentada, nova, com 46 anos, mas com 30 de contribuição direta, sem parar um mês. Eu acho que não tem nada de errado se aposentar aos 46 anos, eu cumpri 30 anos de trabalho e de contribuição. A essa altura eu já tinha uma filha, fiquei mais dez anos na empresa porque precisava acabar de cria-la. Eu a criei sozinha, dei a ela o melhor que eu pude em termos de escola e a ensinei a não valorizar tanto o consumo das coisas. É claro que ela vive outros tempos, ela faz outras coisas, diferente de mim.

REVISTA: *Você não se casou?*

JOSEPHA: Não me casei. Eu optei por não me casar porque tinha muita independência, eu tinha medo de perder a minha independência, mas queria ter um filho. E a pessoa com quem eu me liguei, o pai dela, não tinha coragem de assumir uma família. Mas eu fiz questão mesmo foi de poder criar minha filha sozinha, como eu quis, sem mais ninguém. Minha mãe era visita, não dava o menor palpite. Tanto que hoje eu também procuro não dar palpite em relação ao meu neto.

REVISTA: *Como é a convivência com seu neto e o que você acha desse tipo de relação?*

JOSEPHA: Com meu neto eu sou companheira de brinquedo. Quando ele está comigo na minha casa, ele me obedece, porque ele sabe que nós somos sozinhos em casa. Mas na casa dele não me obedece de jeito nenhum, eu sou companheira de brinquedo e eu faço questão que seja assim. A minha relação com ele é muito legal, eu acho muito boa. O problema é o seguinte: existem relações de todo tipo e existem avós que se tornam dependentes dos filhos. Como são dependentes dos filhos, acabam virando empregados



dos netos. Então eles vivem naquela condição de morar na casa do filho ou da filha bem-sucedidos e ali ajudar, trabalhar, ser uma espécie de babá. Existe muito isso. Mas existem também relações muito boas, em que os avós são companheiros dos netos e passam muito da sua experiência, das suas memórias.

REVISTA: *Qual é a importância desse repasse de memórias de avós para netos?*

JOSEPHA: Eu acho muito importante que o idoso passe suas experiências, suas memórias, sua sabedoria, sabedoria aprendida com os anos, porque a gente aprende com os anos, os anos vão passando e você vai percebendo melhor as coisas da vida. Então, se você consegue passar para um neto ou um sobrinho... Eu tinha um sobrinho no Rio de Janeiro que gostava que a gente contasse as histórias antigas para ele, ele ficava encantado, maravilhado de saber como foi, gostava de saber como era o avô dele, quem era o meu pai, como era minha mãe. Não houve uma relação de avô do meu pai, porque ele morreu cedo, houve uma relação de avó da minha mãe e a minha mãe foi uma avó muito querida por todos os netos, sempre tiveram uma afeição muito profunda por ela, foi muito legal. Eu até me surpreendi com a minha filha. Quando minha mãe morreu, minha filha tinha 16. Eu me surpreendi quando cheguei em casa e contei para ela, assim de forma natural: “A gente está indo para o Rio, porque a sua avó morreu”. Ela desabou,

eu nunca imaginei que ela tivesse uma afeição tão grande. Elas tinham uma relação boa, passava férias às vezes, eu não podia às vezes parar o trabalho e nas férias minha filha ia com ela para o Rio, as duas ficavam lá passeando, aquela coisa. A afeição que ela teve por ela foi muito grande, eu fiquei surpresa e contente, apesar de ser a hora da morte dela, mas por entender que tinha havido uma relação tão boa. E não é difícil, eu não acho difícil que haja uma relação boa do idoso com a criança. Quem está no meio dessa relação é que faz isso ser bom ou ruim, o intermediário. O intermediário no caso é o pai e a mãe que estão entre os avós e os netos, são eles que provocam às vezes

“...Eu não acho difícil que haja uma relação boa do idoso com a criança. Quem está no meio dessa relação é que faz isso ser bom ou ruim, o intermediário. O intermediário no caso é o pai e a mãe...”

determinadas conflitos, porque existem filhos que criticam os pais, começam a reclamar de certas coisas porque os pais já são idosos. Às vezes até sem querer passa a idéia de que está incomodado com a presença do pai ou da mãe, do sogro ou da sogra dentro de casa. Não diz abertamente que está



incomodado com aquilo, mas começa a reclamar de uma coisa, reclamar de outra, isso passa para o neto.

REVISTA: *Voltando à sua história profissional, o que houve após sua experiência na Copacabana?*

JOSEPHA: Eu me aposentei em 1979. Completei os 30 anos e me aposentei sem parar um dia de trabalhar. O departamento de pessoal da firma cuidou da minha aposentadoria e eu segui normal, do mesmo jeito, no mesmo ponto onde eu estava. A única coisa que eu fiquei sabendo a partir dali, quando comecei a receber, foi que recebia muito menos do que eu ganhava na firma. Isso eu descobri naquela ocasião, não sabia que era assim, não tinha noção de que era dessa forma, descobri a diferença enorme. Mas continuei no meu trabalho, envolvida no meu trabalho e na criação da minha filha, sem pensar em Previdência e no porquê daquilo, fui seguindo. Eu estava imaginando parar quando a minha filha se formasse, esse era o meu objetivo. Mas quando estava faltando uns dois anos a direção da firma mudou e nós entramos em conflito, não por minha causa, o conflito foi porque eu não aceitava o tratamento que estava sendo dado aos outros, aquilo foi mudando e eu bati de frente com eles. Eu era dirigente sindical. Sabe o que eles fizeram comigo? Com 35 anos de trabalho, eu tinha a companhia toda na cabeça e eles me encostaram numa mesa, mandaram alguém que não sabia nada pegar o meu lugar. Aos 25 anos eu ganhei medalha de ouro, aos 30 anos ganhei uma placa, aos 35 tivemos esse entrevero. E o que eu ganhei? Me encostaram como algo inútil. O que eu pude fazer?

REVISTA: *Qual era a sua função na época?*

JOSEPHA: Eu era gerente da parte administrativa de produção. Eu “vestia a camisa”. A gente tinha quatro fábricas, de discos, de cassetes, a gráfica, que era mais uma fábrica, e depois foi montada mais uma fábrica que era de produtos plásticos para aproveitar o tempo ocioso, as sobras de plástico.

REVISTA: *A fábrica de discos Copacabana fechou, não é?*

JOSEPHA: Sim, acabaram com ela. Foi uma coisa muito triste, esses novos donos conseguiram acabar com a companhia. Esse selo foi famoso, teve artistas da maior importância na época: Ângela Maria, Moacir Franco, Agnaldo Rayol, Jackson do Pandeiro, Inezita Barroso, Altamiro Carrilho, Dolores Duran. A gente tinha toda essa gente e eu tinha uma relação muito boa com eles todos. Luiz Vieira foi nosso. Estou esquecendo alguém muito importante? Acho que sim... Elizeth Cardoso, puxa!

JOSEPHA: Nós tivemos um período fantástico na companhia, ela foi crescendo muito e a gente foi junto, crescendo junto. Até que acabou... foi triste isso.

REVISTA: *Em 1990 houve um fato decisivo em sua vida: a manifestação de aposentados na Praça da Sé. Como foi?*

JOSEPHA: Foi assim: briguei com a companhia, então acabou meu tempo de



sindicato, eles me mandaram embora. Eu fiquei lá, e disse a mim mesma: “Eu vou ficar, eles não vão me vencer, não vou pedir demissão”. Mas quando terminou o tempo de sindicato, eles me mandaram embora. Pensei: “o que eu vou fazer agora”? Estava pensando em encontrar um trabalho voluntário,



me filiei ao SESC Carmo, fui fazer ioga, fiz um cursinho de inglês e outros cursos. Fiz um pouco de trabalho voluntário. No Dia do Aposentado eu estava escutando rádio de manhã, não sabia que tinha Dia do Aposentado, não sabia nada disso, absolutamente nada. Estava escutando rádio e escuto dizer assim: “Os aposentados vão fazer uma manifestação na Praça da Sé”. Pensei: “Estou lá, vou lá assistir”. Quando cheguei lá, houve um episódio assim muito marcante para mim, eu não esqueço. Quando entrei na Praça da Sé, estavam discursando no palanque. Nesse momento uma senhora chega para mim e diz: “A senhora conhece alguém daí?”. Eu falei: “Não, minha filha”. Aí ela: “Não dá para fazer alguma coisa aqui”?”. Me mostrou o que ela recebia, eu me vi diante de uma realidade que eu não conhecia. Naquela época, o salário mínimo eu não estou conseguindo lembrar quanto era, mas

essa mulher recebia menos que 15% do salário mínimo! Eu não imaginava que existia aquela realidade. Eu disse: “Espera aí, eu não conheço, mas a gente vai procurar. Vamos comigo”. A mulher morava longe, tinha problemas de saúde e tal. Eu disse: “Eu vou fazer uma cópia do seu contracheque e vou falar com alguém, pode deixar, pode ir embora que eu vou falar com alguém. Eu sei que ninguém vai poder fazer nada pela senhora aqui, mas alguma coisa eu vou levar para eles”. E fui lá com o comprovante dela, me aproximei daquele que estava discursando. Quando ele desceu do palanque lhe expliquei a situação daquela senhora. Ele disse: “Existem milhares de pessoas nessa situação e uma das causas da nossa luta é essa”. Nós estávamos em 90 e a Constituição de 88 tinha dito que ninguém podia ganhar menos que um salário mínimo, só que a Constituição não estava sendo cumprida. Até hoje não está totalmente cumprida, não. Mas esses dispositivos não estavam valendo, eles me explicaram e aí eu fui me filiar à Federação Estadual de Aposentados de São Paulo, que era quem estava promovendo a mobilização. Cheguei lá, vi umas instalações muito modestas, era uma sala que o INSS tinha cedido para eles, tinham uma pessoa que trabalhava ali, um outro que recebia as pessoas e muita gente para ser atendida. Falei para eles: “Se vocês quiserem, eu venho aqui uma vez por semana ajudar vocês”. “Ai, como nós precisamos”? Eu disse: “Eu sou datilógrafa, posso fazer isso para vocês”. Passei a ficar uma vez por semana, logo em seguida passei a duas, acabei indo para lá todo dia. Logo em seguida, no mesmo ano, eles estavam iniciando uma batalha para que a Constituição fosse regulamentada. Eles viviam atrás dos parlamentares do Congresso.

REVISTA: *Esse foi, então o início de sua militância política?*

JOSEPHA: Ali foi o começo do envolvimento, em 1990. Logo em seguida, fui convidada a ajudar o secretário geral da Confederação dos Aposentados. Aí comecei a ir a Brasília.

REVISTA: *Nessa época, todo esse trabalho era voluntário?*

JOSEPHA: Puramente voluntário. Em 91, saiu a regulamentação, a lei de custeio e benefícios da Previdência, discutida e aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República que era o Fernando Collor. Mas ao mesmo tempo, naquele ano, ele tinha dado uma “garfada” boa nos aposentados, porque ele congelou o salário mínimo. Depois ele começou a dar o salário mínimo de uma forma diferente. Sabe aquelas coisas de governo? Uma forma diferente em que o direito não se estendia para todos. Então o que aconteceu com os aposentados naquela época? O salário mínimo subiu em julho de 91 para 42 mil e os aposentados não tiveram o mesmo índice, aquele índice era 147%, para os aposentados foi dado 58%, diferença enorme. Então o clima esquentou.

REVISTA: *Aí então tivemos as manifestações de rua pelos 147% em todo o Brasil.*

JOSEPHA: Exato e as manifestações foram crescendo com idoso apanhando da polícia lá em Florianópolis. Ficou muito marcada aquela luta dos 147%, que nós vencemos. Na minha opinião, nós não vencemos na Justiça. Nós vencemos nas ruas. Sinceramente, eu não tenho medo de dizer isso. Nós hoje temos consciência, eu tenho consciência de que nós não temos uma Justiça que nos defenda. A Justiça vai levando, leva politicamente todas as suas decisões em todas as instâncias, na primeira instância dá uma coisa para uma categoria, qualquer coisa, quando chega na segunda, derruba. Se consegue vencer na segunda, quando chega na terceira, derruba. Se passa disso, quando chega no Supremo, derruba. Nós temos tido casos assim. Então eu tenho consciência de que nós vencemos a luta pelos 147% porque houve muita manifestação.

REVISTA: *Esse movimento a estimulou para prosseguir na militância?*

JOSEPHA: Ah! Sim! Nós vivíamos num movimento muito bonito, porque tínhamos grupos de diferentes ideologias partidárias, ideologias trabalhistas, cada um de uma área e tal. Mas naquela luta do aposentado todo mundo estava junto. Eu questiono muito hoje em dia a dissolução que aconteceu. Eu era dirigente na Federação, fiquei durante um ano e meio. Quando terminou esse um ano e meio, o presidente quis sair da entidade. Todo mundo queria que ele continuasse, mas ele quis sair, era uma pessoa muito honesta, ele tinha projetos políticos e achou que não poderia ser presidente de uma entidade. Ele tinha um projeto político para seguir, ele quis largar. Quando ele quis largar, tentou me colocar como presidente.

REVISTA: *E por que você não assumiu a presidência da Federação dos Aposentados?*

JOSEPHA: Porque o machismo falou mais alto. Eu era secretária geral desse presidente, a gente trabalhou quase dois anos, então ele achou que eu tinha condição de continuar aquele projeto que a gente vinha fazendo na Federação. Mas, não deu certo, o machismo falou mais alto e os homens não me deixaram. Daí eu passei dois anos no Sindicato dos Bancários, na diretoria dos aposentados. Nessa diretoria, eu passei a ir mais para Brasília, porque os bancários são muito atuantes no movimento, então eles viviam me mandando para Brasília. O movimento dos aposentados era muito carente, não tinha recurso nenhum, a COBAP e as Federações não tinham rendimentos, não tinham onde buscar dinheiro, o aposentado, coitado, já era um carente por natureza. Então o Sindicato dos Bancários pagava as minhas viagens para Brasília, para ir lá ajudar o trabalho da Confederação dos Aposentados e Pensionistas, a COBAP.

REVISTA: *Nessa época você ajudou a preparar um importante congresso, não é?*

JOSEPHA: Sim, a gente preparou um congresso extraordinário para discutir a Reforma da Previdência, quando o Fernando Henrique foi eleito. Nós saímos da briga do Collor, entrou o Itamar, o Itamar pagou o nosso 147%, que nós ganhamos politicamente. É claro, a nossa luta fez aquilo. Mas o que fez mais ainda do que a nossa luta? A repercussão da nossa luta em cima de uma situação política, o Collor estava vendo que ia cair e tentou se agarrar em alguma coisa. Nesse se agarrar, ele mandou pagar, mandou completar os 147%, apesar de que os metalúrgicos haviam procurado o Supremo que

deu ganho de causa. Mas nós temos hoje a experiência de que nem sempre o que o Supremo manda fazer o governo faz. O Supremo mandou que o governo desse aumento aos funcionários públicos. Está dando? Não está. O que ele faz? Dá 1% um ano, no outro ano dá mais 0,1 e está “cumprindo” o que o Supremo mandou.

REVISTA: *Josepha, como é que foi a sua entrada na Frente Parlamentar?*

JOSEPHA: Um mês após o Fernando Henrique tomar posse, em fevereiro, ele mandou ao Congresso o projeto de reforma da Previdência, era o projeto completo. Não era o projeto que passou, nem o que ele fez depois, nem o que o Lula fez, era muito mais, que a gente tem medo que ainda venha em 2007. Então ele mandou esse projeto para lá, reformando completamente todo o conjunto da seguridade social, mexia em tudo, em saúde, em tudo. Quando esse projeto entrou, era uma

“A elaboração do Estatuto do Idoso foi o primeiro trabalho que o senador Paulo Paim me pediu. ...Ele disse: pode deixar tudo e mergulhar nisso.”

PEC, pois primeiro teria que mexer na Constituição, mesmo porque a gente tinha conseguido colocar na Constituição o conceito de seguridade social. O governo não estava cumprindo nada, estava muito devagarinho, a lei da previdência só entrou em 91, a lei da saúde entrou em 90, mas não regulamentou logo o SUS, até hoje o SUS está capengando. A lei de benefícios até hoje está capengando. A lei de assistência social entrou em 94 e também ainda não cumpre os objetivos. Então tudo isso foi devagarinho, até que entrou em 95 um projeto que acabava com aquilo tudo. Nessas alturas eu já estava envolvida com a COBAP, ajudando. Então nós realizamos (eu digo nós porque estava lá ajudando, fazendo parte), nós aposentados realizamos um congresso extraordinário no Senado, em março de 95, no dia 21. Tinha acabado de entrar a PEC no Congresso. Só com aquela organização que estava se fazendo, quando chegou na CCJ, a PEC foi desmembrada. Então foi uma parte para a saúde e sobrou a reforma da Previdência. Nesse congresso nós tivemos a presença de 40 e tantos parlamentares, visitamos todos os parlamentares convidando. Quem fez o Congresso foi a COBAP, a Confederação dos Aposentados, mas lá dentro estavam diversas entidades de trabalhadores urbanos e rurais, do serviço público e privado, federações, confederações e centrais, 40 e tantos parlamentares, era um grupo dos mais representativos. Daí o senador Paulo Paim lançou uma frente parlamentar para combater essa reforma, e foi então que surgiu, em março de 1995, a Frente Parlamentar e de Entidades Cívicas e Militares em Defesa da Previdência Social Pública.

REVISTA: *Então a idéia da Frente em Defesa da Previdência foi mesmo do Senador Paulo Paim?*

JOSEPHA: Foi dele, mas tinha cento e tantos parlamentares apoiando e também centenas de entidades. A gente fazia muitas reuniões e nós passamos quatro anos segurando a reforma previdenciária, ela só saiu em 98, em dezembro. Ela saiu, mas nós conseguimos ir cortando muita coisa no meio do caminho. Nós que eu digo são todas as entidades envolvidas na mesma luta. Era muito coeso o trabalho das entidades junto aos parlamentares. A coordenação era dos deputados Paulo Paim e Arnaldo Faria de Sá e eu fiquei como secretária executiva, indo depois definitivamente para Brasília a convite do Paim, na sua assessoria especial de movimentos sociais.

REVISTA: *Josepha, como foi sua participação na elaboração do Estatuto do Idoso?*

JOSEPHA: A elaboração do Estatuto do Idoso foi o primeiro trabalho que o senador Paulo Paim me pediu. Ele me falou que pediam muito a ele para fazer o Estatuto do Idoso, baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente que já vinha trazendo algum resultado, não tudo o que se esperava, mas algum resul-





tado. Ele disse: “Pode deixar tudo e mergulhar nisso”. A gente começou a trabalhar em março e em agosto de 1997 demos entrada no projeto.

REVISTA: *Como foi o processo de discussão do estatuto?*

JOSEPHA: Na ocasião, para preparar o primeiro projeto, nós pegamos um projeto que existia no Senado, pegamos alguma coisa que o governo do Distrito Federal já tinha feito, a Política Nacional do Idoso, a gente foi pegando tudo o que encontrava a respeito. Tinha duas colegas que me ajudavam nisso, íamos catando uma coisa, catando outra, e nós já tínhamos uma colaboração enviada por alguém do Rio de Janeiro que mandou uma série de coisas, eu precisava resgatar até o nome dessa pessoa, não lembro mais. Era enorme o projeto. Sabe essas pessoas prolixas em escrever? Ele escrevia, escrevia, escrevia, até botava coisas que a gente achava impossível propor. Aí nós fomos burilando até entregar para o senador e ele dar entrada no projeto. Deu entrada e começou o trabalho de vender a idéia para todo lado, para conseguir que ele caminhasse. Esse caminho demorou bastante, ele só saiu em 2003, como todo mundo sabe. O presidente Lula assinou o estatuto.

REVISTA: *O que você acha do estatuto que foi aprovado?*

JOSEPHA: Da peça que saiu? Não é aquilo que a gente tinha programado, inclusive o que conseguimos (toda a sociedade e parlamentares) aprovar na Comissão Especial, que discutiu durante dois anos, sob a direção dos deputados Eduardo Barbosa (presidente) e Silas Brasileiro (relator). O governo cortou muita coisa, algumas coisas que mexiam com dinheiro, que tinham necessidade de locação de verbas.

REVISTA: *E quanto a implementação do estatuto, o que você acha?*

JOSEPHA: Justamente, essa implementação sofre a ingerência política na parte de gastar dinheiro e sofre também toda essa disputa política, não se pode fugir disso. Você tem um presidente da República que ganhou a eleição, mas o partido dele não ganhou. O partido dele perdeu a eleição, na minha opinião, pois só elegeu um governador. Fez a maior bancada, ainda é a maior bancada da Câmara, mas não é maioria, a bancada do PT é 20% da Câmara. Quer dizer, quem ganhou a eleição naquela hora foi o Lula. Depois nós temos os principais Estados divididos entre PSDB e PMDB. Depois nós temos o lado de prefeituras e temos uma conjuntura política que eu acho muito complicada, porque ela dilui muito os atos e a administração das políticas públicas pelas três fases, Municípios, Estados e Federação.

REVISTA: *O SESC São Paulo organizou recentemente um Encontro Nacional de Idosos para discutir os efeitos do Estatuto do Idoso nesses últimos dois anos. O que você achou do encontro?*

JOSEPHA: Eu acho que a iniciativa do SESC foi muito importante e muito sábia, porque o SESC viu uma situação em que nós tínhamos uma lei, embora não aquela ideal que foi cortada pelo meio do caminho, mas tínhamos uma peça que, se cumprida, mudaria totalmente a vida do idoso no nosso

país, que está longe de ser a vida de idosos de outros países mais adiantados. Então eu acho que a iniciativa do SESC foi muito oportuna. Foi assinada uma lei, e daí, isso deu algum resultado? Aconteceu alguma coisa? O SESC se quisesse poderia ter formado um fórum de notáveis, de técnicos conhecedores do assunto. Mas, o SESC foi perguntar diretamente aos próprios idosos, independente do seu conhecimento técnico de qualquer coisa, mas àquele que está ali esperando alguma coisa e que às vezes não tem nem preparo intelectual para entender o porquê e para quem. Então esse encontro foi muito oportuno.

REVISTA: *Nesse Encontro Nacional os idosos produziram uma Carta Aberta à Nação, fazendo uma avaliação do que eles acham que foi feito a partir do Estatuto. Qual é a importância dessa carta para você?*

JOSEPHA: A importância é porque ela partiu de lá debaixo. Como disse alguém uma vez, a voz rouca das ruas, essa Carta é a voz do idoso. Se eu tivesse oportunidade de dizer ao presidente Lula que lesse esse trabalho, pediria que ele meditasse e pensasse: será que eu produzi uma lei para ser cumprida, será que eu produzi uma lei com a verdadeira intenção de levar benefícios, de levar segurança, de levar uma vida melhor para os idosos?

REVISTA: *Como é que você acha que essa carta deve ser encaminhada, para quem e como?*

JOSEPHA: Eu penso que ela precisa ir ao Presidente da República, e descer por todos os escalões do Governo. Deve ir para os governadores, prefeitos, poderes legislativos e judiciários de todo o país. Dever ir para a imprensa, às universidades, a todas as escolas de ensino fundamental e médio e, principalmente, deve ser mostrada às crianças, aos jovens.

REVISTA: *Como é que você vê o futuro dos aposentados no Brasil, o futuro dos idosos, você está esperançosa ou pessimista?*

JOSEPHA: Vejo com muita preocupação. Em termos da previdência, fala-se muito que a expectativa de vida cresceu. A expectativa de vida cresceu, é claro, houve progressos da ciência. Apesar de que eu penso nisso muito também em termos filosóficos e espirituais. Acho que existem forças maiores que dão ao homem a possibilidade dele crescer em conhecimentos. Quando ele cresce em conhecimentos, ele consegue alongar o seu tempo de vida, mas precisa ser sábio o suficiente para que esse alongamento não lhe traga outros prejuízos. Hoje todo mundo se concentrou mais nas cidades e nas cidades a qualidade de vida não é a mesma, o idoso não tem nem como dar uma caminhada. Então se existe um aumento da vida, que vida é essa, será que é uma vida natural ou é uma vida artificial?

REVISTA: *Como você está hoje aos 72 anos de idade? Como você está vivendo essa fase da vida?*

JOSEPHA: Ah, a minha experiência tem sido muito legal, porque eu não sinto a idade que tenho. Eu acho que todo mundo, se analisar bem, se fizer um

exame de consciência, vai perceber que você do lado de dentro não precisa mudar. Eu sinto isso às vezes, você está caminhando e não está vendo a figura que você tem hoje, está vendo aquela mesma figura, você é aquela mesma por dentro. Agora, é claro que depois o pé dói, a perna dói, tem todas essas coisas que você percebe que não consegue mais fazer, já é mais difícil fazer aquilo. Mas se é difícil fazer aquilo, você tem que se adaptar e fazer diferente.

REVISTA: *Se você pudesse recomendar alguma coisa para os jovens, no sentido de como é que eles devem se preparar e depois viver efetivamente essa fase da vida, o que você tem vontade de dizer a eles?*

JOSEPHA: Que sempre procurem viver intensamente, como se fosse o primeiro e o último dia de sua vida. Se você viver dessa forma e não fizer mal a ninguém, você vai seguindo bem cada dia de sua existência. Viver cada dia é importante. Não sem se precaver, é claro. Esse viver cada dia não quer dizer que você vá dilapidando o que você tem. A gente não sabe quantos dias mais virão. Eu sou funcionária da Câmara na liderança do PT, mas digo para todo mundo, com todas as letras, que eu conquistei o que hoje tenho (uma autonomia total e o reconhecimento de parlamentares de todos os partidos) com muito trabalho e muita honestidade. O dia em que eu não tiver liberdade para fazer um trabalho sério e honesto, voltado para o bem estar de todos, principalmente os idosos, não serve mais para mim, não tem nada a ver. Eu sou assim.



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS NA REVISTA A TERCEIRA IDADE

A revista A TERCEIRA IDADE é uma publicação interdisciplinar, editada desde 1988 pelo SESC – São Paulo, quadrimestral, e dirigida aos profissionais que trabalham com idosos. Tem como objetivo estimular a reflexão e a produção intelectual sobre Gerontologia e seu propósito é publicar trabalhos técnicos e científicos nessa área, abordando aspectos da velhice (físico, psíquico, social, cultural, econômico, etc.) e do processo de envelhecimento.

NORMAS GERAIS

Os textos podem ser dos seguintes tipos: reflexões teóricas, revisões, relatos de pesquisa, estudos de casos, traduções autorizadas pelos autores.

Os textos devem conter entre 15.000 e 25.000 caracteres do word.

Os textos não precisam ser inéditos, basta que se enquadrem nas normas para publicação, que serão apresentadas a seguir.

Os conceitos emitidos no texto são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião do Conselho Editorial da Revista.

APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos deverão ser apresentados na forma de arquivo em formato Word for Windows e enviados para o e-mail ferrigno@sescsp.org.br, juntamente com o(s) nome(s) do autor(es), endereço completo, e-mail, telefone para contato, indicação da instituição principal à qual o(s) autor(es) se vincula, e cargo ou função que nela exerce. Se entregue pessoalmente ou pelo correio convencional, enviar para o SESC- Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade - GETI- A/C Revista A Terceira Idade, incluindo uma via impressa, além do arquivo em disquete.

Os originais serão apreciados pelo Conselho Editorial da Revista, que opinará sobre a conveniência de sua publicação. No caso de aceitação, o(s) autor(es) receberá uma notificação por e-mail e terá direito a receber 03 (três) exemplares do número em que seu artigo for publicado.

Os direitos de reprodução (copyright) dos trabalhos aceitos serão de propriedade do SESC, podendo ser publicados novamente em outra publicação técnica. O autor também autoriza disponibilização no site: www.sescsp.org.br

Fica entendido que os trabalhos aceitos serão submetidos à revisão editorial e qualquer modificação substancial será submetida ao autor.

COMPOSIÇÃO DOS ARTIGOS

O autor deverá adotar as seguintes normas na elaboração dos artigos:

a) **Resumo:** Deve apresentar de forma concisa o objetivo do trabalho, os dados fundamentais da metodologia utilizada, os principais resultados e conclusões obtidas e conter aproximadamente 200 palavras. Deve vir acompanhado por até cinco palavras que identifiquem o conteúdo do trabalho (palavras-chave)

b) **Abstract:** O resumo em inglês também não deve exceder a 200 palavras. Deve vir acompanhado por até cinco palavras que identifiquem o conteúdo do trabalho (keywords)

c) No artigo devem constar as seguintes partes: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão ou Considerações Finais.

d) As referências bibliográficas, notas de rodapé e citações no texto deverão seguir as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

e) Toda e qualquer citação no texto, seja formal (transcrição), seja conceptual (paráfrase) deve ter obrigatoriamente identificação completa da fonte. Esta identificação aparecerá sob a forma de referência bibliográfica e deve ser colocada no texto (sobrenome do autor, ano e página de onde foi extraída a citação).

f) As notas sejam de referência, sejam explicativas, devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos na ordem em que surgem no texto e podem aparecer em notas de rodapé ou no final do artigo.

g) **Ilustrações:** As ilustrações (gráficos, fotografias, gravuras, etc) devem ser utilizadas quando forem importantes para o entendimento do texto. Pede-se que fotos, mapas, gráficos ou tabelas tenham boa resolução visual, de forma que permitam a qualidade da reprodução. As ilustrações deveram ser numeradas no texto e trazer abaixo um título ou legenda, com indicação da fonte/autor.

OBSERVAÇÕES: Os textos que não estiverem de acordo com estas normas serão devolvidos para que sejam feitas as devidas alterações.

O SESC – Serviço Social do Comércio é uma instituição de caráter privado, de âmbito nacional, criada em 1946 por iniciativa do empresariado do comércio e serviços, que a mantém e administra. Sua finalidade é a promoção do bem-estar social, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento cultural do trabalhador no comércio e serviços e de seus dependentes – seu público prioritário – bem como da comunidade em geral.

O SESC de São Paulo coloca à disposição de seu público atividades e serviços em diversas áreas: cultura, lazer, esportes e práticas físicas, turismo social e férias, desenvolvimento infantil, educação ambiental, terceira idade, alimentação, saúde e odontologia. Os programas que realiza em cada um desses setores têm características eminentemente educativas.

Para desenvolvê-los, o SESC SP conta com uma rede de 30 unidades, disseminadas pela Capital e Interior do Estado. São centros culturais e desportivos, centros campestres, centro de férias e centros especializados em odontologia, turismo social e cinema.

Conselho Regional do SESC de São Paulo 2004-2010

Presidente: Abram Szajman

Efetivos: Antonio Carlos Lima, Cícero Bueno, Brandão Júnior, Eduardo Vampré do Nascimento, Eládio Arroyo Martins, Heiguiberto Guiba, Della Bella Navarro, Ivo Dall'Acqua Júnior, José Maria de Faria, José Maria Saes Rosa, José Santino de Lira Filho, Luciano Figliolia, Manuel Henrique Farias Ramos, Orlando Rodrigues, Paulo Fernandes Lucânia, Valdir Aparecido dos Santos, Wallace Garroux Sampaio

Suplentes: Amadeu Castanheira, Ariovaldo Maniezo, Arnaldo José Pieralini, Benedito Toso de Arruda, Carlos Alberto D'Ambrósio, Dan Guinsburg, Jair Toledo, João Herrera Martins, Jorge Sarhan Salomão, Mariza Medeiros Scaranci, Mauro José Correia, Paulo João de Oliveira Alonso, Paulo Roberto Gullo, Rafik Hussein Saab

Representantes do Conselho Regional Junto ao Conselho Nacional

Efetivos: Abram Szajman / Euclides Carli / Raul Cocito

Suplentes: Aldo Minchillo / Costabile Matarazzo Junior / Ozias Bueno

Diretor Regional: Danilo Santos de Miranda

SESCSP
SÃO PAULO - BRASIL
www.sescsp.org.br

ISSN 1676-0336



9 771676 033005 33